

Pós-graduação em
Desenvolvimento Sustentável

**CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES PRESENTES NO CONTEXTO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA APA DO POUSO ALTO – GO: DESCRIÇÃO
DE SEUS VALORES E DO CAPITAL SOCIAL**

Cristiane de Abreu Meição
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, novembro / 2006



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES PRESENTES NO CONTEXTO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA APA DO POUSO ALTO – GO: DESCRIÇÃO DE
SEUS VALORES E DO CAPITAL SOCIAL

Cristiane de Abreu Meição

Orientadora: Laís Maria Borges de Mourão Sá

Dissertação de mestrado

Brasília – DF, novembro / 2006

Meiçó, Cristiane de Abreu.

Caracterização dos atores presentes no contexto de implementação da APA do Pouso Alto – GO: descrição de seus valores e do capital social. / Cristiane de Abreu Meiçó. Brasília, 2006.

96 p. : il.

Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. APA 2. Valores 3. Capital Social. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Caracterização dos atores presentes no contexto de implementação da APA do Pouso Alto – GO: descrição de seus valores e do capital social.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES PRESENTES NO CONTEXTO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA APA DO POUSO ALTO – GO: DESCRIÇÃO DE SEUS
VALORES E DO CAPITAL SOCIAL**

Cristiane de Abreu Meição

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção profissionalizante.

Aprovado por:

Laís Maria Borges de Mourão Sá, Professora Doutora (Universidade de Brasília)
(Orientador)

Claudia Márcia Lyra Pato, Professora Doutora (Universidade de Brasília)
(Examinador Interno)

Ariane Kuhnen, Professora Doutora (Universidade Federal de Santa Catarina)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 21 nov. 2006

AGRADECIMENTOS

Tenho medo de parecer piegas e de não conseguir expressar em palavras o tamanho da gratidão que tenho por cada uma das pessoas que passou pela minha vida nesses dois anos de mestrado, mas vamos lá.

Inicialmente agradeço aos meus pais, Mônica e Paulo, que me deram o privilégio de poder ir atrás dos meus sonhos. Sem este suporte psicológico e financeiro, sem a educação e o amor que recebi e sem a estrutura familiar que possuo, não teria a possibilidade de encontrar minha vocação. Foram eles que também me deram meus dois maiores amigos e fãs, Quel e Gui, meus amados irmãos. Espero ter servido de exemplo tanto do que deve quanto do que não deve ser feito.

Agradeço ao Peter por ter me mostrado que a vida pode ser como a gente quer. Por ter sempre me admirado, mesmo nos momentos de loucura e estresse. Por ter sido a primeira pessoa a me incentivar a ir atrás daquilo que me fizesse feliz.

Agradeço à minha ex-psicóloga por ter me ajudado a enxergar a minha vocação, a gostar e acreditar em mim e a ter me ajudado a me fortalecer para ir atrás dos meus sonhos.

Agradeço ao professor Jairo Eduardo Borges-Andrade, meu ex-orientador de bolsa de iniciação científica, por ter me incentivado a deixar a área de psicologia organizacional para investir na área que pretendia, a de desenvolvimento sustentável. Foi ele quem me apresentou o CDS.

Agradeço à professora Leila Chalub que foi a primeira pessoa que conheci no CDS e a primeira a acreditar no meu projeto de mestrado. Foi ela quem me orientou na preparação para a seleção do mestrado e a primeira professora a se oferecer como minha orientadora.

Agradeço ao Fernando Lima da Funatura por ter me incentivado a fazer o mestrado e a ter expressado na carta de apresentação, necessária no processo de seleção do CDS, sua credibilidade sobre a minha capacidade e dedicação.

Agradeço à professora Glória Vargas por ter me ensinado a superar obstáculos e por ter me mostrado o quão capaz eu sou.

Agradeço aos meus amados amigos que me deram o afeto necessário para que eu crescesse enquanto pessoa. Por terem me dado momentos deliciosos. Por terem me ouvido na minhas angústias, medos e viagens. Por terem feito parte da minha vida.

Agradeço às pessoas dos municípios que visitei por terem me recebido com tanto carinho e respeito. Por terem respondido com tanta paciência à minha extensa e cansativa entrevista. Por terem me auxiliado a encontrar pessoas e caminhos. Por terem aberto suas casas a mim. Por terem me presenteado com docinhos, cafezinhos, refeições e com a inegável sabedoria de vida. Por terem feito meu trabalho, minhas escolhas e minha vivência valerem a pena.

Agradeço ao meu tio Mauro e a minha tia Rosângela por terem carinhosamente me emprestado sua linda casa em Cavalcante para que me hospedasse durante a estadia neste município.

Agradeço à tia Nancy por ter me guiado pelo lago-oeste até que eu encontrasse os sujeitos necessários para a validação do PQ 21.

Agradeço à toda minha família, avós, tios e primos e à família do Peter por terem me achado uma pessoa tão inteligente e competente, apesar do receio quanto às minhas escolhas tão inéditas e duvidosas.

Agradeço à professora Laís Mourão por ter me apresentado Morin e a maravilhosa complexidade das coisas, lição que levarei pela vida. Agradeço também por ter me dado sugestões preciosas na qualificação e por ter aceito assumir oficialmente a minha orientação no momento em que somente ela poderia fazê-lo.

Um agradecimento especial eu faço à Cláudia Pato que me presenteou com seu conhecimento, sua solicitude, seu carinho e suas inúmeras orientações. Graças a ela encontrei o valioso tema do meu trabalho, valores. Foi ela também quem me acudiu nos momentos de desespero. Mais do que uma orientadora e psicóloga, ela foi minha amiga. Ainda que não seja essa a função de um orientador, seu desempenho deveria servir de exemplo para muitos que desejam ingressar ou já estão nesta carreira. Ela consegue oferecer o suporte técnico e psicológico necessários e, assim como Laís, apresentar uma postura condizente com a proposta interdisciplinar do CDS, tão necessária para a evolução e manutenção da humanidade. Ela faz brotar em qualquer aluno a vontade constante de melhorar cada vez mais.

A todos que acreditaram, incentivaram, vibraram, acharam o trabalho interessante, me acharam inteligente, mostraram minhas limitações, patrocinaram, acham engraçado eu ser uma metamorfose ambulante, estimularam em mim meus melhores e piores valores, me fizeram entrar em conflito, me enviaram energias positivas, me ajudaram a reafirmar minhas escolhas, me tiraram do sério, me fizeram rir, me fizeram chorar, me fizeram vibrar, me fizeram bufar de raiva e indignação, me fizeram duvidar da minha capacidade de terminar o

que comecei, me fizeram correr, me fizeram frear, me fizeram refletir, me fizeram crescer profissional e pessoalmente, a todos vocês um muito obrigada do fundo do meu coração! Saibam que amo todos vocês por engrandecerem minha vida me fazendo uma pessoa melhor, pelo menos na minha opinião. Todos vocês têm um valor inestimado no meu capital social. Espero retribuir a todos vocês ainda nesta encarnação!

Não sei ... se a vida é curta ...
Não sei ...
Não sei ...
Se a vida é curta
Ou longa demais para nós
Mas sei que nada do que vivemos tem sentido
Se não tocarmos o coração das pessoas

Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo:
É o que dá sentido na vida.

É o que faz com que ela
Não seja curta, nem longa demais,
Mas que seja intensa,
Verdadeira e pura ... enquanto durar.
(*Cora Coralina*)

RESUMO

A partir de Schwartz (1992), Woolcock (1998), Narayan e Cassidy (2001), este trabalho evidenciou as relações existentes entre os valores e o capital social presentes no cenário de implementação da APA do Pouso Alto - GO. A descrição dos sujeitos presentes neste contexto permitiu visualizar as dinâmicas de conflito e compatibilidade de valores descritas por Schwartz (1992), bem como a influência destas relações sobre a força do capital social. A amostra contou com 45 sujeitos selecionados conforme o seu grau de representatividade da comunidade e o seu grau de participação durante o processo de implementação da APA. Foram realizadas entrevistas compostas pela aplicação oral da versão reduzida do Inventário de Valores de Schwartz (2004), o PQ 21 (Tamayo, no prelo), e pela aplicação de um questionário relacionado aos determinantes, dimensões e conseqüências do capital social. Os resultados mostraram que os valores priorizados pela amostra e pelos propósitos da APA são condizentes, porém contrários àqueles priorizados pelas estratégias utilizadas durante a implementação desta unidade de conservação, o que explica os conflitos observados. Os resultados também mostraram que tais conflitos prejudicaram a formação de relações de confiança, entre os responsáveis pela implementação desta unidade de conservação e a população local. Além disso, provocaram nesta população a sensação de desrespeito e injustiça, bem como a falta de engajamento com a implementação dessa unidade de conservação. Os dados evidenciaram a estreita relação entre os valores e o capital social e, com isso, a importância dos gestores ambientais trabalharem de maneira multi e interdisciplinar. Evidenciaram ainda a necessidade de continuar a validação do PQ 21 para amostras de baixa escolaridade do meio rural, de ampliar o tamanho da amostra e de validar o Inventário de Narayan e Cassidy (2001) ou mesmo elaborar uma escala que permita mensurar o capital social.

ABSTRACT

Considering Schwartz (1992), Woolcock (1998), Narayan and Cassidy (2001) and taking the implementation of APA do Pouso Alto context as a reference, this work has evidenced the value and social capital relationship. The people description has allowed visualize the values conflict and compatibility dynamics as an influence of these relations upon social capital strength. The sample has had 45 people selected as their community degree of representativeness and their degree of process participation. Has been made interviews compounded by oral application of the reduced version of the Schwartz Values Inventory (2004), the PQ 21 (Tamayo, not yet published), and the application of questions about social capital determinant, dimension and outcome. The results have shown that the sample and APA values are compatible but opposite of those emphaticated by the strategies used during the APA implementation process. This fact had explained the observed conflict. The results also have shown that these conflict have injured the establishment of trust relationship among people accountable for the APA implementation and the local population. Besides, they have provoked the sensation of disrespect and of injustice so as the deficiency of engagement with the process. Data proved the strong relationship between values and social capital and so the importance of environment stakeholders develop an inter and multidisciplinary work. Also proved the necessity of continue the PQ 21 validation and start this process wih Narayan & Cassidy's Social Capital Inventory (2001) or at least develop an inventory for this concept measurement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Determinantes, dimensões e conseqüências do capital social segundo Narayan e Cassidy	41
Tabela 6.1 - Análise descritiva dos 10 tipos motivacionais sugeridos por Schwartz	73
Tabela 6.2 - Análise descritiva dos valores de 2 ^a ordem sugeridos por Schwartz	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1: Distribuição decrescente de importância atribuída aos tipos motivacionais.....	74
Gráfico 6.2: Distribuição decrescente de importância atribuída aos valores de segunda ordem.....	76
Gráfico 1: Distribuição do sexo da amostra	109
Gráfico 2: Nível de escolaridade da amostra	109
Gráfico 3: Local onde a amostra mora	109
Gráfico 4: Percentual da amostra que recebe benefícios do programa <i>Fome Zero</i>	109
Gráfico 5: Percentual dos que sabem o que é a APA do Pouso Alto	109
Gráfico 6: Percentual dos que receberam alguma informação sobre a APA	109
Gráfico 7: Fonte de informação sobre a APA	110
Gráfico 8: Ocupações da amostra	110
Gráfico 9: Percentual daqueles que participaram da criação da APA	110
Gráfico 10: Percentual de quem ajudou na elaboração do plano de manejo	110
Gráfico 11: Percentual daqueles que participaram das reuniões para a formação do conselho	110
Gráfico 12: Percentual daqueles que estão representados no conselho	110
Gráfico 13: Percentual dos significados da APA para a amostra	111
Gráfico 14: Percentual da amostra que confia em cada um dos segmentos	111
Gráfico 15: Percentual da amostra que considera cada um dos segmentos honesto	112
Gráfico 16: Percentual da amostra que considera cada um dos segmentos competente	112
Gráfico 17: Percentual da amostra que considera necessário ser cuidadoso em negociar com quem está implementando a APA	112
Gráfico 18: Percentual da amostra que considera as pessoas que estão implementando a APA egoístas ou solidárias com a comunidade local	112
Gráfico 19: Percentual da amostra que considera que as pessoas que estão implementando a APA tentam tirar vantagem da comunidade local	112

Gráfico 20: Percentual da amostra que espera o voluntarismo de seus vizinhos	112
Gráfico 21: Opinião da amostra em relação ao suporte oferecido pelo governo municipal ..	113
Gráfico 22: Opinião da amostra em relação ao suporte oferecido pelo governo estadual	113
Gráfico 23: Opinião da amostra em relação às soluções oferecidas pelo governo municipal às necessidades da comunidade	113
Gráfico 24: Opinião da amostra em relação às soluções oferecidas pelo governo estadual às necessidades da comunidade	113
Gráfico 25: Opinião da amostra em relação ao atendimento do governo municipal às solicitações da comunidade	113
Gráfico 26: Opinião da amostra em relação ao atendimento do governo estadual às solicitações da comunidade	113
Gráfico 27: Opinião da amostra em relação à consulta do governo municipal às necessidades da comunidade	114
Gráfico 28: Opinião da amostra em relação à consulta do governo estadual às necessidades da comunidade	114
Gráfico 29: Opinião da amostra em relação à atenção que o governo municipal dirige às idéias da comunidade	114
Gráfico 30: Opinião da amostra em relação à atenção que o governo estadual dirige às idéias da comunidade	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Estrutura Universal de Valores segundo Schwartz.....	34
Figura 4.1 – Mapa de delimitação da área dos municípios abrangidos pela APA do Pouso Alto.	46
Figura 4.2 - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.....	46
Figura 4.3 - Atividade pecuária.....	50
Figura 4.4 - Torres de transmissão da TSN.....	53
Figura 4.5 - Vegetação típica do nordeste de Goiás.....	58
Figura 4.6 - Residência localizada entre os municípios de Colinas do Sul e Cavalcante.....	59
Figura 4.7 - Povoado Capela localizado no interior do município de Cavalcante.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 6.1 – Significados atribuídos aos termos do PQ 21 durante a validação semântica	
.....	69

LISTA DE SIGLAS

ACTP - Associação Cidadania, Transparência e Participação

Adesp - Associação das Empresas Controladoras de Pragas do Estado de São Paulo

AGMA – Agência Goiana de Meio Ambiente

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Áreas de Preservação Permanente

CEMAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente

CI - Conservation International do Brasil

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAGO - Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IUCN - União Internacional das Nações Unidas

IVS - Inventário de Valores de Schwartz

OCA Brasil - Oficina de Ciências e Artes

ONG - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PVP - Perfil de Valores Pessoais

RPPN - Reservas Particulares de Patrimônio Natural

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação

SEUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação

TSN - Transmissora Sudeste Nordeste

UC - Unidade de Conservação

UnB - Universidade de Brasília

WWF - Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE SIGLAS	16
INTRODUÇÃO	19
1. O INÍCIO DA PREOCUPAÇÃO COM AS QUESTÕES SOCIAIS	22
2. VALORES	27
2.1 IVS.....	31
3. CAPITAL SOCIAL	36
3.1 MEDIDAS DO CAPITAL SOCIAL.....	41
4. CONTEXTUALIZAÇÃO	44
4.1 CRIAÇÃO DA APA DO POUSO ALTO.....	44
4.2 PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS.....	46
4.3 IMPLEMENTAÇÃO DA APA.....	49
4.4 “CORTE ZERO”.....	50
4.5 A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO.....	52
4.6 O ESTADO DE GOIÁS.....	55
4.7 A REGIÃO NORDESTE DE GOIÁS.....	58
4.8 OS MUNICÍPIOS DE COLINAS DO SUL E CAVALCANTE.....	59
5. MÉTODO	64
5.1 PQ 21.....	65
6. RESULTADOS	69
6.1 VALIDAÇÃO SEMÂNTICA.....	69
6.2 ANÁLISES DESCRITIVAS.....	73
6.3 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA E CAPITAL SOCIAL.....	77
7. DISCUSSÃO	81
7.1 VALORES E CAPITAL SOCIAL.....	81
7.2 VALIDAÇÃO SEMÂNTICA DO PQ 21.....	84
7.3 ANÁLISES DESCRITIVAS E APLICAÇÃO DO PQ 21.....	85
7.4 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA E CAPITAL SOCIAL.....	89
7.5 IMPLEMENTAÇÃO DA APA.....	91
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	102
APÊNDICE II – ANÁLISE GRÁFICA DOS RESULTADOS	108

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por uma rápida evolução da questão ambiental. A partir da década de 80, a temática passou a agregar elementos de teorias sociais como a de Zelezny e Shultz (2000). Estes autores mostraram que grande parte dos prejuízos ambientais é decorrente do comportamento humano.

Aos poucos, diversos estudos e pesquisas começaram a considerar o comportamento humano como uma variável intimamente ligada às questões ambientais e alguns autores se interessaram em estudar seus determinantes. Pato (2004), por exemplo, mostrou que os valores são o centro de uma cultura e os antecedentes ou preditores de comportamentos ecológicos.

Ainda na área da psicologia, Schwartz (2004), demonstrou que os valores possuem uma estrutura universal, ou seja, expressam e derivam de necessidades comuns a toda a humanidade. Segundo o autor, eles motivam diferentes comportamentos dependendo do contexto em que o indivíduo ou grupo está inserido, sendo instrumentos necessários para desenvolver o compromisso, a identificação e a lealdade entre os membros de um grupo, ou seja, requisitos necessários para a existência do capital social.

Neste ponto, surge uma ponte entre as áreas da psicologia e da sociologia, já que, ao discutir os padrões de socialização de determinada população, suas unidades sociais básicas e suas normas, estamos na verdade estudando a influência do capital social sobre a prioridade e a importância atribuídas a cada valor e, conseqüentemente, sobre as diferentes dinâmicas de conflito e compatibilidade entre eles.

Esta natureza relacional do capital social foi explorada por Lin (1999), Woolcock (1998), Narayan e Cassidy (2001), Beduschi Filho e Abramovay (2004). Apesar da diversidade de interpretações acerca deste conceito, estes autores sistematizaram diversos dados teóricos e empíricos e conseguiram discutir: a individualidade e coletividade do conceito; os quatro níveis de relacionamento: o macro, o micro, o inter e o intra grupo; a diferença entre determinantes, dimensões e conseqüências do capital social e ainda a importância deste conceito para a formação de grupos que partilham certos modelos mentais e comportamentos que formam uma referência social cognitiva.

Ainda que todos estes autores tenham trazido importantes contribuições para a compreensão das relações humanas, os estudos de Beduschi Filho e Abramovay (2004), particularmente, conseguiram traduzir a ponte existente entre a psicologia e a sociologia e

assim oferecer o mote deste trabalho. Os autores exploraram a associação de indivíduos a partir da afinidade de seus modelos mentais e comportamentos. Considera-se que os autores conseguiram combinar elementos das duas vertentes teóricas adotadas neste trabalho: psicologia e sociologia, o que permitiu delinear as variáveis que seriam investigadas, os valores e o capital social.

Dessa forma, este estudo passou a ter como **objetivo** descrever as associações estabelecidas entre os indivíduos presentes no cenário de implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pouso Alto a partir de seus valores e das relações que estabelecem uns com os outros. Com isso, julgou-se ser possível compreender as dinâmicas de conflito e compatibilidade observadas durante o processo de implementação dessa unidade de conservação. Deste objetivo geral derivaram os seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar os valores importantes e priorizados pelos atores presentes no cenário de implementação desta APA;
- Identificar as características desses atores e do contexto que pudessem influenciar a importância e priorização atribuídas a tais valores;
- Identificar condições favorecedoras e inibidoras do capital social;
- Analisar as relações existentes entre os valores e o capital social observados.

Para atingir tais objetivos este trabalho seguiu a seguinte seqüência:

O **capítulo 1** apresenta um panorama histórico e político da questão sócio-ambiental no Brasil. Ele mostra a rápida evolução que ocorreu na segunda metade do século passado. Evolução esta que se caracterizou pela mudança de uma perspectiva voltada para a natureza como bem que estava a serviço do ser humano, para uma outra perspectiva voltada para a natureza e agora também para o homem, como partes de uma relação complexa determinada por vários fatores e capaz de provocar diversas conseqüências.

O **capítulo 2** dedica-se ao conceito de valores, um dos principais preditores dos comportamentos humanos. Ele apresenta os principais autores ligados à investigação de valores, inclusive Schwartz (1992) e sua teoria que baseou o estudo realizado neste trabalho.

O **capítulo 3** prossegue a revisão da literatura e apresenta o conceito de capital social. A partir de uma análise histórica, o capítulo mostra o trabalho de autores como Woolcock (1998), Narayan e Cassidy (2001) que sistematizaram diversos dados teóricos e empíricos e

conseguiram evidenciar o caráter relacional do conceito, bem como seus determinantes, dimensões e conseqüências.

No **capítulo 4** inicia-se o estudo do caso da implementação da APA do Pouso Alto. Este estudo ajuda o leitor a visualizar os elementos que influenciam a priorização e manifestação de determinados valores e que, conseqüentemente, determinam a existência ou não de conflitos entre estes indivíduos. Neste capítulo são apresentadas as características do contexto e dos indivíduos estudados.

O **capítulo 5** apresenta o método. Nele estão descritos: a amostra, os procedimentos de coleta e análise de dados e os instrumentos utilizados na coleta de dados. O **capítulo 6** descreve os resultados quantitativos e qualitativos alcançados a partir da exploração dos dados e das diversas análises realizadas. O **capítulo 7** discute os resultados obtidos nessa pesquisa confrontando-os com a literatura pertinente e com as características da região estudada. Por fim, a **conclusão** faz uma síntese dos principais resultados, além de algumas sugestões para futuras pesquisas.

1. O INÍCIO DA PREOCUPAÇÃO COM AS QUESTÕES SOCIAIS

Neste capítulo, é feita uma breve revisão histórica da questão ambiental. Mostra-se como ela evoluiu no Brasil desde a metade do século passado até os dias atuais a partir dos eventos e documentos mais importantes de cada década. Com isso, é possível perceber a mudança do paradigma preservacionista para o conservadorista, considerando que preservacionista, em sentido técnico, significa manter a natureza intocada, sem interferência humana, e conservacionista significa considerar o uso humano dos recursos naturais dentro de limites que não comprometam a reprodução dos sistemas ecológicos (Mercadante, 2001).

No Brasil, até o início dos anos 50, as únicas preocupações em relação à temática ambiental relacionavam-se à natureza e aos recursos naturais. Apesar disso, não havia nenhuma política que assegurasse a conservação de amostras representativas dos ecossistemas brasileiros. A criação de unidades de conservação, por exemplo, obedecia apenas a critérios estéticos e a circunstâncias políticas favoráveis (Mercadante, 2001).

No final desta década e começo dos anos 60, porém, o enfoque voltou-se para a pressão antrópica sobre a Terra: os custos da superpopulação, da poluição, da tecnologia e do crescimento econômico, ou seja, passou-se a questionar a essência do capitalismo (McCormick, 1992).

Tais efeitos, provocados pelo rápido crescimento dos grandes centros urbanos, preocuparam a sociedade civil que, a partir das décadas de 70 e 80, politizou a questão ambiental, criando, por exemplo, Organizações Não Governamentais (ONG) de cunho sócioambiental (McCormick, 1992).

De fato, Mercadante (2001) lembra que, por conta da evolução do debate internacional sobre Parques e Reservas e pela ação de organizações como a União Internacional das Nações Unidas (IUCN) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Brasil começa a amadurecer e produzir seus primeiros resultados a partir da década de 70, que ficou marcada como a época dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Esses Planos Nacionais ressaltavam a importância dos recursos naturais, enquanto patrimônios nacionais, para promover o desenvolvimento do País.

Paralelamente aos PND, a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) refletia a influência do movimento internacional, marcado principalmente pela Conferência da

Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Estocolmo. Segundo Vigevani (1997), esta Conferência inseriu a temática ambiental na agenda diplomática mundial. No mesmo ano, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) começou a estimular e auxiliar pesquisas, acordos e convenções afins.

Foi então que as relações internacionais começaram a funcionar como norteadoras para o processo de institucionalização da questão ambiental, no qual os interesses multilaterais passaram a delimitar e regularizar o comportamento das partes. A criação das unidades de conservação, por exemplo, que até então se justificava pela importância estética de determinada área, passou a sofrer forte pressão das agências internacionais de crédito e auxílio econômico. Estas impunham a instituição de áreas protegidas como condição para o financiamento de grandes projetos típicos da época do “milagre econômico” brasileiro (Morsello, 2001).

A fragilidade das instituições brasileiras diante das negociações com essas agências internacionais deu margem a preocupações relativas aos convênios firmados, já que por um lado ofereciam o auxílio financeiro necessário para o desenvolvimento de pesquisas e políticas voltadas para a preservação ambiental, mas por outro lado implicavam em restrições e condicionantes que ameaçavam a definição e execução de uma política nacional consistente.

Nesta época, apesar de já existirem ONG de cunho sócio ambiental, os interesses multilaterais ainda eram bastante influenciados pelo movimento preservacionista internacional, que partia do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e prejudicial ao mundo natural e selvagem. No final da década de 70, por exemplo, o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) iniciou a elaboração da *I Etapa do Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Este documento, apesar de ser a primeira estratégia que utilizaria critérios técnico-científicos e bases conceituais para selecionar, planejar e gerir as unidades de conservação, priorizava áreas caracterizadas, dentre outros aspectos, por suas grandes extensões e por serem pouco habitadas, facilitando a compra de propriedades por parte do poder público que relocava seus ocupantes.

A grande vantagem da década de 70 foi a internacionalização da questão ambiental. A partir do momento em que organizações e instituições do mundo inteiro voltaram-se para esta temática, ficou clara que as implicações da situação ambiental de um país são sentidas mundialmente e por várias gerações.

Mas foi apenas em meados dos anos 80 que o aspecto social começou a ser levado em consideração. Apesar da influência do pensamento norte-americano ainda presente, esta década ficou marcada pelo fato da comunidade internacional ter se conscientizado de que não havia como dissociar a questão ambiental do desenvolvimento social. Iniciou-se então, uma nova fase em que as questões sociais entraram no debate internacional. Como reflexo dessa nova fase, em 1983 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU, elaborou o Relatório Brundtland, no qual apontava estratégias ambientais de longo prazo que proporcionariam o desenvolvimento sustentável. Neste momento, a atenção que era voltada apenas para a preservação da natureza voltou-se para os impactos que o desgaste ecológico poderia gerar sobre as perspectivas econômicas (Vigevani, 1997). Pela primeira vez um documento afirmou também a preocupação com as gerações futuras, a impossibilidade de separar as questões ambientais do progresso humano e a necessidade de considerar a crise ambiental como uma questão de segurança não apenas nacional, mas também internacional (Vigevani, 1997).

Como consequência da conscientização da comunidade internacional e do Relatório Brundtland, a segunda metade da década de 80 ficou marcada por uma lógica multissetorial em que cinco setores passaram a se destacar: as associações e grupos comunitários ambientalistas; as agências estatais de meio ambiente; as ONGs e movimentos sociais; os grupos e instituições científicas, e o empresariado (Viola e Leis, 1995 apud Franco, 2000). Em 1988, esta lógica multissetorial refletiu-se na inclusão do Artigo 225 na Constituição Federal do Brasil. Este artigo atribui ao poder público a tarefa de criar espaços territoriais especialmente protegidos e afirma ser um dever, não só do Poder Público como também da coletividade, pública e privada, defender o meio ambiente, garantindo para as futuras gerações o direito de usufruir de suas riquezas, cabendo penalizações para aqueles que não observam esses valores (Viola e Leis, 1995 apud Franco, 2000).

Nesse mesmo ano, o IBDF encomendou à Fundação Pró-Natureza – Funatura a elaboração de um projeto de lei instituindo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Paralelamente a isso, em 89 criou-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na tentativa de unificar a política ambiental brasileira e corrigir ambivalências e distorções presentes na administração das unidades de conservação (Viola e Leis, 1995 apud Franco, 2000).

O projeto de lei encomendado à Funatura foi encaminhado ao Congresso em 1992. Neste mesmo ano, realizou-se um dos eventos mais importantes da agenda ambiental

mundial, a ECO-92. Ele resultou em três acordos: a Declaração do Rio, a Convenção sobre a Biodiversidade e a Agenda 21. O primeiro diz respeito a um conjunto de princípios que colocam o homem como centro das preocupações e reafirmam a soberania nacional sobre os recursos naturais. O segundo trata do acesso aos princípios ativos dos recursos naturais para utilização na tecnologia. E o último, constitui-se em um plano de ação que estabelece linhas de cooperação e atitudes responsáveis por mudanças nos padrões de desenvolvimento de cada país (Vigevani, 1997). Ainda em 1992, realizou-se na Venezuela o IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas de Caracas. Nele abordou-se um tema já mencionado no Relatório Brundtland, a inter-relação existente entre fatores econômicos e a criação das áreas protegidas. Concluiu-se que existe uma grande dificuldade em reconhecer e calcular integralmente os benefícios proporcionados por uma Unidade de Conservação. Observou-se também a inexistência de políticas de desenvolvimento que permitissem estimar o retorno proporcionado pelos investimentos feitos na criação e manejo destas áreas (Morsello, 2001).

Os resultados desses dois eventos de 1992 abriram uma brecha para uma discussão, dentre outros aspectos, acerca dos custos e benefícios proporcionados por uma unidade de conservação, da responsabilidade dos cidadãos sobre a proteção dos recursos naturais e sobre a impossibilidade de dissociar as questões ambientais das sociais.

Como resultado dessas discussões e de diversas críticas e sugestões feitas pelos ex-deputados Fábio Feldmann e Fernando Gabeira ao projeto de lei do SNUC, este foi aprovado em 2000 (Mercadante, 2001). Este é o instrumento legal que até hoje regulariza as UC do país. Ele representou a esperança de ordem e unidade para o tratamento normativo das unidades de conservação. No entanto, esta lei veio repleta de limitações e problemas. Ele definiu uma série de unidades de conservação, porém separou-as em duas categorias de forma a atender aos interesses díspares de duas correntes de pensamento, a dos preservacionistas e a dos conservacionistas. Além disso, muitas das definições parecem repetir o mesmo conceito, mudando apenas alguns detalhes que as colocam ao lado de uma ou de outra dessas correntes (Leuzinger, 2004).

Mesmo com suas limitações, a aprovação da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, ou SNUC, refletiu a evolução histórica da questão ambiental no país. A lei também serviu para oferecer diretrizes para a gestão destes espaços e foi um primeiro passo no sentido de organizar as características que diferenciam os diversos territórios e que determinam a necessidade de cuidados específicos (Leuzinger, 2004). Além disso, ela demonstrou ter conseguido incorporar as mudanças de paradigma, provocadas pelas inúmeras discussões e

críticas ao modelo norte-americano, pelo fato de ter legalizado os pensamentos conservacionistas. Passamos, portanto, de uma preocupação na qual o meio ambiente só servia para atender às necessidades de consumo humano para uma realidade onde este ambiente natural mantém a cultura e esta também o mantém.

Apesar do paradigma preservacionista ter evoluído para o conservacionista, nota-se que ainda não há preparo para agir conforme esse último. Ainda há o costume de considerar que o ambiente tem a simples função de proporcionar o bem-estar humano. Isso tem se refletido no ritmo do desenvolvimento tecnológico e no padrão de consumo que têm desrespeitado a resiliência dos recursos naturais. De fato, Zelezny e Shultz (2000) afirmam que grande parte dos problemas ambientais que a humanidade vem enfrentando no último século é decorrente do comportamento humano. Por este motivo, os autores consideram que a solução para a crise ambiental gerada pelo padrão atual de desenvolvimento implica na mudança de comportamentos. Para Oskamp (2000) esta mudança de comportamento deve acontecer não apenas no nível individual, mas também no grupal, organizacional e das nações, já que, como lembra Stern (2000 apud Oskamp, 2000), organizações e instituições constroem as escolhas individuais de seus membros.

O reconhecimento da relevância e do papel dos comportamentos ajuda a compreender que nem sempre as estratégias utilizadas, por exemplo, na criação de uma APA, produzirão os resultados desejados, podendo provocar uma série de conflitos, ainda que atendam aos trâmites burocráticos ou roteiros metodológicos.

De fato, a investigação dos comportamentos é de fundamental importância. No entanto, para compreendê-los são necessários estudos voltados para os seus determinantes, ou seja, para as atitudes, motivações, crenças, intenções e valores pessoais. Segundo Pato (2004), porém, o Brasil não dispõe de muitas pesquisas empíricas voltadas para a compreensão tanto dos comportamentos ecológicos como dos valores pessoais dos brasileiros.

Por ser o centro de uma cultura e os antecedentes ou preditores de tais comportamentos ecológicos, este trabalho se dedicou ao estudo dos valores. Ele foi elaborado no sentido de contribuir para a ampliação do arcabouço teórico e empírico desta área de estudo. Ele não apenas se dedicou ao estudo dos valores com ainda trouxe uma proposta interdisciplinar a partir da análise combinada deste conceito com o de capital social.

2. VALORES

Ao longo das décadas as questões sociais foram tomando um vulto cada vez maior na discussão das questões ambientais. Por conta disso, hoje se procura compreender como o homem pode contribuir ou prejudicar o alcance dos objetivos voltados para a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Procura-se, também, entender como estes dois aspectos podem contribuir ou prejudicar o alcance da qualidade de vida humana.

Hoje se sabe que não é possível dissociar uma questão da outra. Teóricos como Zelezny e Shultz (2000), por exemplo, têm mostrado que grande parte dos prejuízos ambientais é decorrente do comportamento humano. Por conta disso, o número de pesquisas e estudos que lançam mão da multi e da interdisciplinaridade tem aumentado nos últimos anos. Este trabalho, por exemplo, fará uso de construtos da área da psicologia e sociologia para tentar compreender o processo de implementação de uma unidade de conservação que busca conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico e com a qualidade de vida humana.

Considerando que o presente trabalho se deterá ao estudo desses valores, este capítulo será dedicado à sua conceituação e à demonstração da sua importância na manifestação de comportamentos.

Quando se fala de valores, Rokeach é considerado uma importante referência. Seus estudos na área de psicologia social têm ajudado diversas ciências que, interessadas pelo comportamento humano, recorrem ao estudo dos valores já que este construto tem um caráter centralizador (1973 apud Pato, 2004).

Rokeach (1973 apud Pato, 2004) define valores como sendo crenças duradouras que determinam a preferência por condutas específicas distribuídas em um continuum de importância relativa. Desta forma, eles serviriam como guias para as ações e atitudes de um indivíduo.

Feather (1995), outro autor da Psicologia social também interessado no estudo dos valores, investigou-os com a finalidade de compreender como eles afetariam as decisões, ou seja, como eles transformariam uma alternativa em atrativa ou aversiva.

O autor baseou-se em Rokeach e assim definiu valores como sendo estruturas abstratas que envolvem crenças acerca de maneiras desejáveis de se comportar e de existir. Eles

transcenderiam objetivos e situações específicas e se baseariam em necessidades humanas e em demandas sociais, tendo, portanto, um caráter relativamente estável e normativo.

Segundo Feather (1995), os valores possuiriam um grau de importância e, conseqüentemente, uma hierarquia diferente para cada pessoa, dependendo de suas crenças e atitudes. Eles também não seriam isentos de influência dos afetos. Situações de desafio ou frustração provocam sentimentos e reações de atração ou aversão por elas. Esta ambivalência, ao contrário dos valores, não é uma propriedade pessoal, abstrata e estável. Ela seria determinada pela análise que o sujeito faz das conseqüências de cada evento.

Os valores seriam, portanto, pessoais e estáveis e determinariam a valência que o sujeito atribui a cada situação. Isto quer dizer que, dependendo dos valores do sujeito, as conseqüências de cada evento parecerão mais ou menos aversivas e atrativas.

Feather (1995) considera então que os valores seriam não apenas crenças que determinam o que é ou não é desejável, mas também motivações para o desempenho de determinados comportamentos. Esta motivação se traduziria no esforço implementado, na persistência sobre determinada ação, nas escolhas, na forma como cada situação é construída e nos sentimentos gerados com o sucesso ou fracasso de cada ação.

Rohan (2000, apud Pato, 2004), complementa Feather e afirma que os valores motivariam não apenas o desempenho de determinada atividade que tem o potencial de gerar conseqüências positivas, mas também o envolvimento do sujeito com pessoas e situações que lhe proporcionem emoções por ele valorizadas e que supram suas necessidades humanas.

Apesar das contribuições desses e de outros autores, Pato (2004) lembra do destaque que vêm recebendo os estudos de Schwartz na área da psicologia social e transcultural, sendo uma das teorias mais proeminentes e promissoras sobre valores.

Em 1987, Schwartz e Bilsky (1987), considerando os valores como desejos que influenciam a escolha e a avaliação de eventos, já tentavam organizar estes valores em uma estrutura baseada nas diferenças e semelhanças, congruências e contradições de cada um.

Utilizando o Inventário de Valores de Rokeach, os autores iniciaram o que culminaria em um longo percurso de pesquisas. A partir de amostras provenientes de dois países, Israel e Alemanha, foi então elaborada a primeira estrutura de valores. Esta esclarecia os seus significados e as relações de uns com os outros (Schwartz e Bilsky, 1987).

Naquela época, a idéia de uma estrutura de valores já era defendida pelos autores por possibilitar: identificar, prever e interpretar o impacto dos valores, enquanto variáveis independentes, sobre as atitudes e os comportamentos. A estrutura também, segundo os autores, possibilitaria compreender a influência dos diferentes aspectos sociais e estruturais (economia, política, religião etc) sobre os valores, agora enquanto variáveis dependentes; e ainda comparar, entre diversas culturas, as diferenças e similaridades de significado, as congruências e contradições e os diferentes graus de importância atribuídos a cada valor (Schwartz e Bilsky, 1987).

A literatura que norteou Schwartz e Bilsky na construção dessa estrutura de valores definia-os como sendo: crenças; estados ou comportamentos desejáveis; transcendentais a situações específicas; guias para a seleção e avaliação de comportamentos e eventos; ordenáveis conforme sua importância relativa (Schwartz e Bilsky, 1987).

Estas definições, porém, não faziam menção ao significado dos valores. Por conta disso, os autores definiram as propriedades dos valores. Para tanto, assumiram que os valores seriam a representação cognitiva dos três tipos universais de necessidades humanas: as biológicas ou orgânicas, os requisitos para a interação social e aquelas derivadas das demandas institucionais que visam à manutenção do bem-estar e sobrevivência da sociedade (Schwartz e Bilsky, 1987). Os autores consideraram a importância dos valores no enfrentamento das questões cotidianas e mostraram que, eles ajudariam no reconhecimento, avaliação e elaboração de respostas a estas questões.

Em 1990, Schwartz e Bilsky (1990) continuaram suas pesquisas a fim de testar a universalidade de seus achados. Os autores queriam verificar se a estrutura de valores sugerida em 1987 se aplicava a todas as culturas, ou seja, se independente da diversidade socioeconômica, política, cultural, lingüística e geográfica, as compatibilidades e oposições entre os valores se mantinha.

Nesta nova etapa, os autores aplicaram o instrumento a diversos grupos com diferentes níveis de instrução de cinco países. Com isso, buscou-se verificar se alguns dos resultados da pesquisa de 1987 foram conseqüências de falhas de medida, como falhas gramaticais na tradução do Inventário de Valores de Rokeach e mesmo de inadequação de suposições para determinadas culturas, ou se realmente retrataram um fenômeno, podendo ser considerados premissas na teoria sobre valores.

As questões que ficaram pendentes na primeira pesquisa e que foram novamente investigadas nesta nova etapa se referiam: à classificação dos valores conforme o tipo de meta que representa, se terminais ou instrumentais; à separação dos valores conforme o tipo de interesse a que atende, se individualista ou coletivista; ao conteúdo de cada valor conforme o domínio motivacional do qual derivavam, se das necessidades biológicas, de interação ou de demandas sociais; à organização estrutural dos valores conforme a compatibilidade ou contradição gerada pelas conseqüências psicológicas, práticas ou sociais.

Schwartz e Bilsky (1990) levantaram tais questões por reconhecerem que sociedades diferem em seus padrões de socialização, em suas unidades sociais básicas, em suas normas etc. Os autores acreditavam que estas diferenças poderiam gerar diversas interpretações para cada valor, assim como diversas dinâmicas de conflito e compatibilidade entre eles.

Como resultado deste estudo de 1990, os autores concluíram que a universalidade da teoria só poderia ser alcançada se testada em todas as culturas e nos diferentes contextos de cada uma delas. Porém, a diversidade das amostras e dos métodos utilizados garantiu um considerável nível de confiabilidade e replicabilidade para suas premissas.

Com este estudo, Schwartz e Bilsky (1990) conseguiram ainda demonstrar com segurança que os valores poderiam ser caracterizados pelo tipo de meta que representam, pelo tipo de interesse a que atendem e pelo domínio motivacional do qual derivavam. Mostraram ainda que, apesar das relações de conflito e compatibilidade entre os valores apresentarem padrões diferentes entre as culturas ocidentais e orientais, os significados de cada valor seriam os mesmos independentemente do contexto. Isso só foi possível, pois os autores, em seus instrumentos de pesquisa, representaram os valores sem menção aos aspectos do cotidiano de algum contexto.

Em 1992, Schwartz ampliou as discussões realizadas acerca dos resultados desses estudos de 1987 e 1990. A intenção do autor era esclarecer como as experiências sociais influenciariam na priorização de valores, como esta priorização afetaria o comportamento e as escolhas do indivíduo, e em que medida as dimensões dos valores pessoais poderiam ser aplicadas nos estudos de culturas.

Schwartz (1992), porém, considerava que antes de esclarecer tais questões seria necessário verificar a existência de uma estrutura universal e abrangente de valores. O autor então propôs nova pesquisa, na qual alguns valores seriam incluídos, outros aprofundados e outros modificados. A partir desta pesquisa, seria revisto o agrupamento dos valores pelos

seus tipos e, conseqüentemente, a estrutura dinâmica de conflitos e compatibilidades existentes entre eles.

Esta pesquisa consistiu em aplicar um novo inventário construído pelo próprio autor em quarenta amostras de vinte países, inclusive no Brasil. Essa diversidade amostral garantiu mais uma vez a heterogeneidade dos indivíduos e, conseqüentemente, a abrangência e a universalidade dos resultados. A amostra contou com países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com diversas línguas e religiões e com indivíduos de diversas idades, de ambos os sexos e bastantes diversos em outras tantas características (Schwartz, 1992).

Os resultados desta pesquisa apresentaram pela primeira vez uma estrutura axiológica formada por dez tipos motivacionais de interpretação razoavelmente equivalente em todas as culturas. Com isso, o estudo ofereceu um arcabouço teórico para posteriores estudos transculturais (Schwartz, 1992).

A partir desta pesquisa, passou a ser possível verificar as diferenças entre as priorizações que cada cultura e grupo atribui aos seus valores. O inventário desenvolvido por Schwartz foi a base para uma série de estudos, inclusive do próprio autor, que investigou a relação entre os valores, atitudes e comportamentos (Schwartz, 1992).

Em 2004, Schwartz ampliou a quantidade de amostras e de culturas pesquisadas e, utilizando a versão revisada do Inventário de Valores de Schwartz (IVS), o autor investigou diversos aspectos de cada um dos dez tipos motivacionais encontrados em seu trabalho de 1992.

A partir deste estudo, Schwartz propôs uma teoria que unificava e organizava os resultados dessa e das outras pesquisas e os dados de diversas teorias. Nela, o autor reforçou, por exemplo, os argumentos de Feather e Rohan considerando que os valores são construtos motivacionais, ou seja, importantes para que uma pessoa tenha motivação para agir adequadamente, conforme os padrões sociais. Concordando também com Rokeach, Schwartz reafirmou que os valores transcendem situações e ações específicas e guiam a seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos, servindo como padrões ou critérios internalizados (Schwartz, 2004).

2.1 IVS

O IVS foi aplicado em 210 amostras de 67 países de todos os continentes habitados (N = 64.271), o que permitiu diferenciar os aspectos relacionados à diversidade geográfica,

cultural, lingüística, religiosa, de idade, de gênero e de ocupação dos aspectos universais de cada valor (Schwartz, 2004).

Apesar da universalidade dos valores estudados pelo IVS, Schwartz percebeu diferenças nos resultados das amostras de crianças e de moradores das zonas rurais. Além disso, notou que nem sempre uma pessoa que apresenta um tipo motivacional valoriza os seus objetivos (Schwartz, 2004). Por exemplo, pessoas que valorizam a criatividade como um princípio norteador de suas vidas, não necessariamente são criativas. Ele atribuiu estes fatos ao instrumento e ao método utilizado. Com base nisso, Schwartz desenvolveu a segunda versão do IVS, denominada Perfil de Valores Pessoais (PVP). Esta nova versão foi validada em 14 amostras de adultos, estudantes universitários e adolescentes de sete países (N = 7480).

Os resultados desse novo estudo permitiram verificar que o método de mensuração não interfere. A pessoa tanto pode ser solicitada a atribuir grau de importância a um objetivo como norteador de sua vida, como pode mensurar seu grau de similitude com alguém que apresente aquele objetivo como norteador de sua vida. Esta segunda tarefa porém, é mais facilmente compreendida por pessoas de baixas idades e com menor grau de escolaridade (Schwartz, 2004).

Os novos resultados também esclareceram que variáveis como idade, educação, gênero etc, determinam grande parte das circunstâncias a que o indivíduo será exposto. Estas por sua vez, permitem que alguns valores sejam expressos com mais facilidade ou dificuldade que outros e permitam alcançar mais ou menos compensação. Por exemplo, a dificuldade em se obter segurança e bens materiais pode aumentar a importância atribuída a estes valores (Schwartz, 2004).

A partir desse estudo utilizando o IVS, Schwartz confirmou a existência dos dez tipos motivacionais universais encontrados em sua pesquisa de 1992 e descreveu-os a partir do que é valorizado por cada um deles:

- Autodireção – valoriza o controle, a dominância, a autonomia, a independência, a liberdade, o auto-respeito, a criatividade e a privacidade;
- Estimulação – valoriza a excitação, a novidade, o desafio não ameaçador, a variedade, a ousadia;
- Hedonismo – valoriza o prazer e a satisfação;

- Realização – valoriza o reconhecimento social por meio de demonstração de competência, a ambição, o sucesso, a influência, a inteligência e o auto-respeito;
- Poder – valoriza o status social e o prestígio, o controle ou domínio sobre pessoas e recursos, a autoridade;
- Segurança – valoriza a segurança, tanto individual quanto grupal, a harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo, a ordem social, a reciprocidade de favores, a saúde e o senso de pertencimento;
- Conformidade – valoriza a restrição de ações, inclinações e impulsos que tendem a chatear ou prejudicar outros e que violam expectativas ou normas sociais, a auto-restrição na interação cotidiana, a obediência, a autodisciplina, a polidez, o respeito para com os pais e os idosos, a lealdade e a responsabilidade;
- Tradição – valoriza o respeito, o compromisso e a aceitação dos costumes e idéias que a cultura ou a religião do indivíduo fornecem, as práticas, símbolos, idéias e crenças que representam experiências e rumos compartilhados, a solidariedade, os ritos, as normas de comportamento, a humildade, a devoção e a moderação;
- Benevolência – valoriza o bem-estar do próximo, a afiliação, a preocupação voluntária com o bem-estar dos outros, a presteza, a honestidade, a piedade, a lealdade;
- Universalismo – valoriza a compreensão, o agradecimento, a tolerância e a proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza, a justiça social e a igualdade.

Além de descrever os tipos motivacionais, Schwartz mostrou mais uma vez que eles se organizam em uma estrutura dinâmica de onde emergem conflitos e congruências, dependendo da prioridade e importância que cada indivíduo atribui aos seus valores. A Figura 2.1 representa a estrutura proposta pela teoria. Ela mostra a disposição e a relação dos tipos motivacionais.

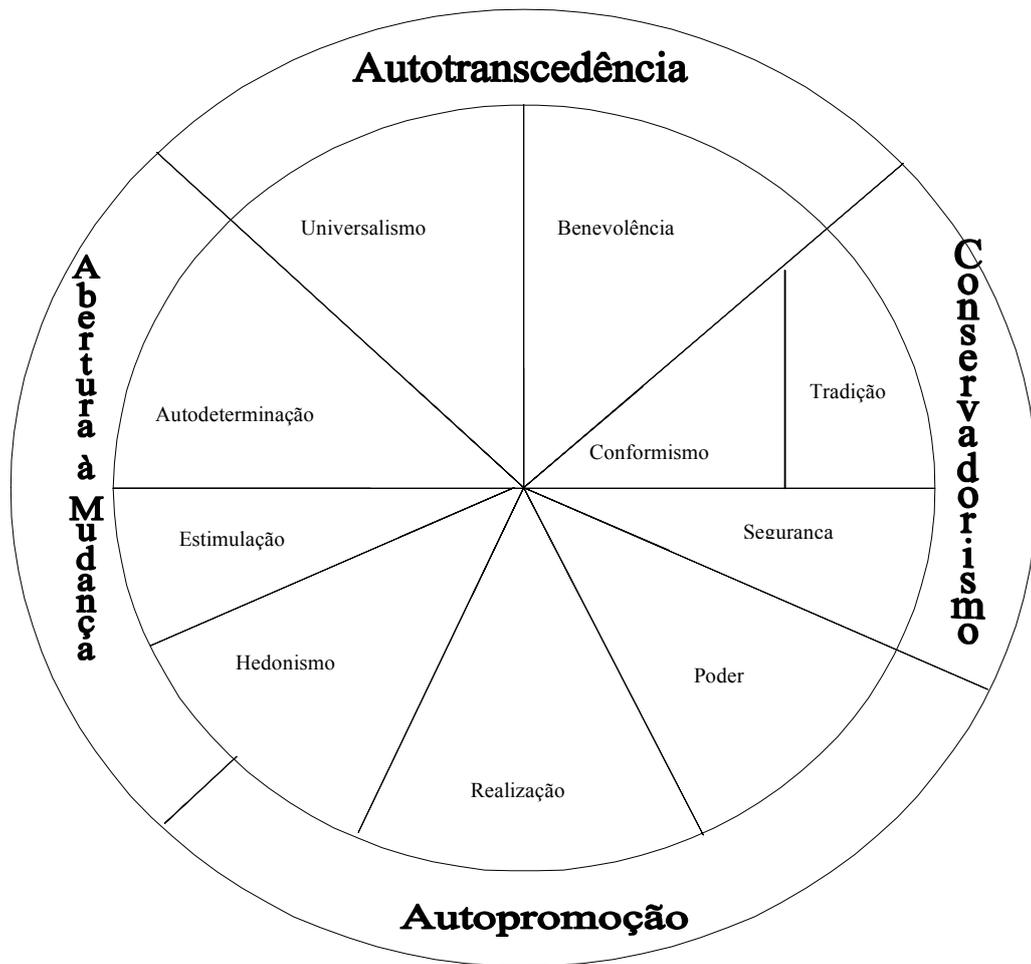


Figura 2.1 – Estrutura Universal dos Valores segundo Schwartz

Fonte: Schwartz, 2004.

Quanto mais próximos os tipos motivacionais, mais semelhantes os aspectos valorizados. Por sua vez, quanto mais distantes, maior o antagonismo e, portanto, maior o conflito entre eles. Esta característica da estrutura pressupõe um *continuum* entre os tipos adjacentes e discriminação entre os tipos opostos.

Schwartz propõe ainda que estes dez tipos motivacionais se agrupariam em duas dimensões bipolares, uma que contrasta “abertura à mudança” e “conservação” e outra que contrasta “autopromoção” com “auto-transcendência”.

A primeira dimensão, “abertura à mudança” x “conservação”, focalizaria o antagonismo entre as ações relacionadas aos tipos motivacionais: autodireção e estimulação, e as ações relacionadas aos tipos motivacionais: segurança, conformidade e tradição. A segunda dimensão, “autotranscendência” x “autopromoção”, focaliza o antagonismo entre os tipos motivacionais: universalismo e benevolência, e os tipos motivacionais: poder e realização.

A partir de sua teoria, Schwartz mostrou que as circunstâncias da vida, não só influenciam a prioridade e a importância de cada valor como também são influenciadas por eles, ou seja, os valores priorizados em determinada circunstância influenciam o desenvolvimento de habilidades específicas e as escolhas sociais, políticas, econômicas e religiosas que, por sua vez, serão a representação de uma nova circunstância (Schwartz, 2004).

O autor sugeriu que este processo ocorreria em quatro etapas: a primeira delas seria a ativação de valores, que depende da acessibilidade a estes, ou seja, da facilidade com que eles vêm à cabeça; a segunda etapa se referiria à motivação proveniente da ativação daqueles valores. Esta motivação faria com que determinadas ações pareçam mais atraentes que outras, visto que facilitariam o alcance dos objetivos daqueles valores. A terceira etapa diria respeito à interpretação da situação que induziria a priorização de determinado valor. A quarta e última etapa referir-se-ia ao planejamento da ação que fortaleceria a crença nas habilidades de atingir o objetivo de forma bem sucedida e aumentaria a persistência em face de obstáculos e distrações e a prontidão para recomeçar frente a interrupções (Schwartz, 2004).

Além de mostrar que muitos são os fatores que influenciam a importância atribuída aos valores e, conseqüentemente, à manifestação de determinado comportamento, a teoria de Schwartz mostrou ainda que grupos relevantes exercem influência normativa reduzindo a influência de valores pessoais sobre o comportamento. Por conta disso, um indivíduo nunca analisa um valor apenas, mas pondera a importância dos valores que o comportamento irá prejudicar, assim como daqueles que irá promover, realizando uma barganha entre os valores antagônicos (Schwartz, 2002).

A importância da teoria de Schwartz para a compreensão dos valores e conseqüentemente dos comportamentos humanos é inegável. Sua relevância para o presente estudo também é notável, visto que permitirá compreender os conflitos presentes no contexto de implementação da APA do Pouso Alto.

3. CAPITAL SOCIAL

Até agora foi possível ter uma visão geral da evolução dos estudos voltados para a temática ambiental. Mostrou-se como a atenção foi aos poucos se voltando para a questão social e desta para o comportamento humano, o que evidenciou a relação direta deste último com os problemas ambientais.

O capítulo dois apresentou elementos que auxiliaram a compreensão da importância dos valores como preditores de comportamentos humanos que, conforme visto anteriormente, têm sido responsáveis por grande parte dos problemas ambientais.

Mostrou-se, ainda, que a interação social ao mesmo tempo influencia a importância e a priorização dos valores e é influenciada pelos comportamentos manifestados pelos indivíduos presentes em determinado contexto.

O que não foi dito ainda é que esta interação social é justamente a base para a formação do capital social. Por conta disso, este capítulo destina-se a esclarecer o conceito de capital social e a buscar na literatura as relações existentes entre ele e os valores.

A noção de capital começou a ser traçada ainda no século XIX pelas tradicionais escolas francesa de sociologia e alemã de história econômica, a partir de autores como: Marshall, Durkheim, Weber e Marx.

Teorias subsequentes mantiveram os elementos básicos daquelas escolas, como por exemplo, a propriedade de troca do capital, porém substituíram a moeda que passou de dinheiro e bens materiais para: conhecimento, nas teorias de capital humano de Johnson, Schultz e Becker; símbolos e significados, na teoria de capital cultural de Bourdieu e relações sociais nas teorias de capital social de Bourdieu, Coleman, Putnam e Lin, dentre outros. (Lin, 1999). Começava então a mudar o caráter do capital que passava de físico para subjetivo.

A mudança, porém não foi radical. Pode-se considerar que houve um processo evolutivo e dinâmico a partir do desenvolvimento das teorias econômicas e políticas. Os autores foram aos poucos compreendendo as relações existentes entre indivíduo, mercado, Estado e as instituições presentes na sociedade.

Na década de 60, por exemplo, teorias neo-clássicas como as de Schultz e Becker mostraram que o grau de capacitação do indivíduo influenciaria sua produtividade, e, com isso, introduziram a noção de *capital humano*. A partir daí, outros autores desenvolveram esta

idéia apontando a importância do suporte proporcionado pelas relações de confiança, cooperação e comprometimento. (Woolcock, 1998)

Não apenas autores da sociologia como também da psicologia observaram que o suporte às atitudes de um indivíduo geralmente é oferecido por semelhantes, ou seja, por indivíduos que compartilham valores, prioridades e objetivos. (Woolcock, 1998). Schwartz, como visto anteriormente, se deteve aos valores e investigou a estrutura axiológica universal que organiza-os conforme as prioridades de cada indivíduo.

Começava a surgir a chamada “nova sociologia econômica” que trazia a noção do *capital social*. Nesta nova fase, vários foram os autores que abordaram este conceito focalizando diferentes aspectos das relações sociais. (Woolcock, 1998).

As teorias com caráter mais racional que subjetivo, por exemplo, abordaram os recursos informacionais resultantes de interações entre indivíduos. Aquelas derivadas de Coleman, ou seja, com uma interpretação mais funcional, focalizaram a confiança, as normas, as sanções, a autoridade e a proximidade das pessoas como formas dos membros de um grupo obterem melhores resultados em suas ações pessoais. “Durkheimianos”, por sua vez, enfocaram o caráter normativo e contratual do capital social, que possibilitaria o comprometimento dos indivíduos com ações e metas. Já os teóricos envolvidos com o estudo das redes sociais viram o capital social como resultado da formação de vínculos entre os indivíduos de determinado grupo. “Weberianos”, consideraram que o capital social se construiria a partir de vínculos e normas que, por sua vez, são a base para a formação de organizações e instituições. (Woolcock, 1998). Aqueles autores que se basearam em Bourdieu, ou seja, em uma interpretação mais estrutural, focalizaram o tamanho dos grupos ou redes sociais, a força e reciprocidade do relacionamento entre seus membros e a quantidade de capital possuído por cada membro dessa rede (Lin, 1999).

Lin (1999), outro autor que se dedicou à conceituação e investigação do capital social, mesclou três aspectos dessas teorias: a estrutura social, a acessibilidade dos indivíduos aos recursos presentes nesta estrutura e o uso que se faz desses recursos. A partir dessa mistura, definiu o capital social a partir da riqueza, do poder e do status, recursos presentes em uma estrutura social e que são acessados ou mobilizados conforme os propósitos de uma ação. Tais recursos, como visto anteriormente, se traduzem em um dos tipos motivacionais de Schwartz, o poder.

O autor abordou também a noção de benefícios produzidos pelas relações sociais: a facilidade de obtenção de informações; o aumento da influência das opiniões dos membros de determinado grupo sobre as decisões de cada um deles; a certificação do pertencimento de um indivíduo a um grupo, o que se reflete no seu acesso aos recursos desse grupo e, finalmente, a identidade e reconhecimento desse indivíduo como membro desse grupo (Lin, 1999).

Falk e Kilpatrick (2000), por sua vez, focalizaram a construção cronológica e sócio-cultural do capital social que teria o potencial de produzir mudanças nas atitudes, habilidades, conhecimento e comportamentos dos indivíduos (Falk e Kilpatrick, 2000). Para os autores, portanto, o capital social seria:

o produto das interações sociais com potencial para contribuir para o bem-estar social, cívico ou econômico de um grupo formado a partir de um propósito comum. As interações atraem conhecimento, recursos de identidade e, simultaneamente usam e constroem capital social. A natureza do capital social depende de diversas dimensões qualitativas das interações nas quais ele é produzido tais como qualidade das interações internas/externas, historicidade, futurocidade, reciprocidade, confiança, valores compartilhados e normas (Falk e Kilpatrick, 2000, p 92-93)

Woolcock (2002), outro autor que focalizou as interações sociais, definiu o capital social como sendo o conjunto de instituições, normas, redes, organizações e comportamentos presentes nessas interações.

Putnam voltou sua atenção para a relação entre sociedade e Estado e argumentou que sociedades em que o capital social está presente ao longo de séculos de sua história e cultura, toleram vários graus de intervenção do Estado. Olson, também interessado nesta relação, por outro lado, argumentou que as obrigações, normas e restrições impostas pelo capital social, quando em excesso, podem inibir o desenvolvimento e o crescimento econômico de uma sociedade ou mesmo de um indivíduo, mas que a falta desses mesmos elementos poderia fragilizar uma sociedade diante de situações complexas que exigem um certo grau de suporte. (Woolcock, 1998)

Essa variedade de interpretações implicou no enfraquecimento teórico e empírico do conceito. Isso porquê, com todas essas definições, ficou difícil saber se o capital social se referia à infra-estrutura ou ao conteúdo das relações sociais. Ficou também complicado distinguir aquilo que é determinante daquilo que é um benefício ou consequência derivada dele (Woolcock, 1998).

Na tentativa de esclarecer algumas dúvidas que surgiram a partir deste enfraquecimento teórico e empírico, autores como Woolcock, Lin, Narayan e Cassidy conseguiram sistematizar diversos dados teóricos e empíricos que mostraram a natureza relacional do conceito. Com

isso, alguns elementos ganharam destaque por serem fundamentais para a sua compreensão, sendo os principais: o ambiente institucional e as redes sociais.

Nesta perspectiva, o ambiente institucional seria constituído por organizações, ou seja, por grupos de indivíduos que compartilham os mesmos objetivos, e por instituições que, além de compartilharem objetivos, também possuem regras, normas, valores e códigos de comunicação comuns (Denzau & North, 1994 apud Abramovay, 2001).

As redes sociais, por sua vez, são estruturas formadas a partir das interações sociais. Elas proporcionam a transmissão de informações e afetam o ambiente institucional (Saint-Charles and Mongeau, 2005; Rogers and Kincaid, 1981; Rogers, 1995; Valente, 1995; Valente et al., 1997; Boulay and Valente, 1999; Kincaid, 2000; Watts, 2003 apud Mertens et al, 2005).

As teorias das décadas de 80 e 90 foram, portanto, as que produziram os maiores avanços na área, sendo que na década de 80 concluiu-se haver dois níveis de relacionamento um macro (institucional) e um micro (pessoal). Já a década de 90 se destacou pela aplicação do conhecimento produzido na década de 80 aos estudos das relações entre Estado e sociedade. (Woolcock, 1998)

Lin (1999), traduziu as conclusões dessas décadas afirmando que o conceito de capital social pode ser interpretado pelo ponto de vista individual ou coletivo. A primeira perspectiva focalizaria a forma como o indivíduo investe nas relações sociais e como ele acessa e faz uso dos recursos gerados nessa relação. A segunda perspectiva, por sua vez, focalizaria a forma como os grupos utilizam o conhecimento, a densidade das redes sociais, as normas, a confiança, as sanções e a autoridade para desenvolver e manter o capital social e como este modifica as oportunidades de vida dos membros desses grupos.

Woolcock (1998), por sua vez, sistematizou os dados da década de 80 com noções importadas das teorias de Simmel e Weber, Durkheim e Parsons acerca de reciprocidade, normas, obrigações, confiança, valores, moral, comprometimento e solidariedade e mostrou haver vários resultados na combinação dos 4 níveis de relacionamento: o macro, o micro e os dois desdobramentos de cada um destes: o inter e o intra grupo.

A partir dos resultados alcançados, o autor realizou análises de alguns contextos atuais e argumentou que para uma comunidade pobre se desenvolver, é fundamental que existam laços entre seus membros e entre estes e os membros de outras comunidades. Granovetter (Apud Woolcock, 1998) acrescentou afirmando que uma possível solução para aquelas comunidades que não funcionam desta forma seria inicialmente fortalecer as relações intra-comunitárias.

Com isso, os indivíduos se tornariam naturalmente mais autônomos e acabariam sentindo necessidade de expandirem suas fontes de recursos.

Woolcock (1998) argumentou ainda que o desenvolvimento de uma comunidade ou grupo não ocorre de forma isolada. Ele depende do contexto histórico, da eficácia destes grupos em ajustarem seus anseios e habilidades às do Estado, da capacidade de cada parte defender seus interesses, da capacidade organizacional do Estado e do engajamento deste com as questões da sociedade.

Este último argumento do autor mostrou que o entendimento da relação entre o Estado e a sociedade é fundamental para compreender as perspectivas de desenvolvimento econômico de uma comunidade. É importante observar, por exemplo, que a falta de integridade das instituições de uma comunidade e a incoerência entre os propósitos e ações do Estado favorecem a corrupção, a destruição dos bens privados e a violação dos direitos humanos básicos. Há outros casos em que apesar do Estado possuir boa relação com a sociedade, ele é incapaz de defender a lei e os grupos vulneráveis, assim como de fazer um bom uso dos recursos escassos, de responder prontamente às demandas dos cidadãos ou de oferecer suporte ao mercado.

Mas o entendimento da relação entre o Estado e a sociedade não serviria apenas para compreender as falhas. Ele auxiliaria também na identificação e manutenção dos elementos que promovem casos bem sucedidos como aqueles em que o Estado e a sociedade estão altamente conectados promovendo um espaço para negociação e renegociação de metas e políticas, assegurando também a existência de equipes competentes e minimizando a corrupção.

O autor lembra que tais dados não devem estar descontextualizados, ou seja, qualquer estudo deve considerar as características de uma sociedade, visto que elas impactam o seu desenvolvimento econômico e político, ainda que este impacto seja mediado pelo tipo de relação existente entre a sociedade e o Estado.

O desafio de teóricos e gestores de políticas públicas, portanto, é identificar os mecanismos que irão criar, nutrir e sustentar os tipos e combinações de relações sociais que conduzirão à construção de sociedades dinâmicas e participativas, de economias justas e sustentáveis e de Estados responsáveis e desenvolvimentistas.

3.1 MEDIDAS DO CAPITAL SOCIAL

Observa-se que é grande a quantidade de interpretações do conceito de capital social. Diversas são as definições e divergências encontradas na literatura, o que, ao invés de contribuir tem gerado uma grande dificuldade em operacionalizar o conceito, ou seja, em identificá-lo em contextos reais. Esta dificuldade está refletida na diversidade de formas para mensurá-lo.

Na tentativa de operacionalizar a observação e mensuração do capital social, Narayan e Cassidy (2001) consultaram os estudos de Inglehart acerca das dimensões do capital social e da influência dos valores pessoais sobre a cultura e desta sobre o desenvolvimento político e econômico. Consultaram também os estudos de Onyx e Bullen sobre os fatores relacionados à organização comunitária e os de Sudarsky que encontraram o capital social enquanto uma dimensão dos valores universais. E, finalmente, consultaram os dados da Comissão Nacional de Renovação Cívica dos EUA sobre engajamento político.

Embora esses estudos consultados tenham apresentado diferenças entre seus métodos, Narayan e Cassidy (2001) encontraram fortes consistências entre os determinantes, as dimensões e as conseqüências do capital social sugeridas pelos autores. A tabela 3.1 apresenta o resumo de tais consistências.

Determinantes do capital social	Dimensões do capital social	Conseqüências do capital social
Empoderamento; Senso de pertencimento; Comunicação	Grupos e redes; Sociabilidade; Participação e conexões; Confiança e normas; Segurança; Bem-estar; Solidariedade.	Engajamento político; Segurança; Empoderamento; Coesão social

Tabela 3.1 – Determinantes, dimensões e conseqüências do capital social segundo Narayan e Cassidy (2001).

Os esforços de Narayan e Cassidy (2001) foram uma tentativa de diferenciar os determinantes das dimensões e conseqüências do capital social. Desta forma, os autores apresentariam medidas confiáveis que permitiriam comparações entre os dados de pesquisas empíricas.

A partir dessa revisão bibliográfica feita pelos autores e da análise de diversos instrumentos para coleta de dados quantitativos e qualitativos, Narayan desenvolveu um questionário que foi submetido a uma validação por juízes, ou seja, a uma revisão realizada por um grupo multidisciplinar de especialistas no assunto, e a duas aplicações piloto realizadas na República de Ghana e em Uganda em 1998.

As amostras de uma das aplicações piloto contemplaram três regiões rurais e uma região urbana, três etnias, diferentes religiões e trabalhadores da agroindústria e de outras indústrias, totalizando 1.471 indivíduos em Ghana. A outra aplicação piloto contou com uma amostra menor de 950 pessoas apenas do meio urbano de Uganda e serviu para rever as escalas utilizadas no primeiro estudo piloto.

Os dados coletados a partir dessas aplicações piloto foram submetidos a uma série de análises estatísticas (análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória e validação preditiva). Narayan e Cassidy (2001) tinham como objetivo construir um instrumento de medida que oferecesse os melhores itens para medir cada dimensão do capital social. Para tanto, selecionaram aqueles que explicaram o maior percentual da variância de cada fator, ou dimensão; aqueles que tiveram estatisticamente os coeficientes de correlação mais significativos; os que demonstraram maior estabilidade e que tiveram as maiores cargas em cada fator.

Todo esse processo de validação demonstrou que o instrumento elaborado para medir o capital social é confiável e válido. Mostrou ainda que as dimensões sugeridas são estáveis e consistentes. Apesar disso, a divisão de determinantes, dimensões e conseqüências do capital social, inicialmente sugerida pelos autores, sofreu algumas alterações de modo a oferecer uma melhor solução fatorial.

Desta forma, o engajamento político passou a ser considerado uma conseqüência e não uma dimensão do capital social. O empoderamento, por sua vez, mudou da categoria de dimensão para a categoria de determinante. A solidariedade comunitária, inicialmente percebida como determinante ofereceu uma melhor solução fatorial enquanto dimensão. E finalmente, a comunicação foi acrescentada enquanto determinante.

A partir do estudo que realizaram, Narayan e Cassidy (2001) conseguiram demonstrar que o otimismo, a satisfação com a vida, as percepções em relação às instituições governamentais e o envolvimento político derivam, em grande parte, das dimensões fundamentais do capital social. Além disso, mostraram que a confiança, o envolvimento

comunitário, o engajamento social e o voluntarismo influenciam positiva ou negativamente as atitudes e comportamentos.

Apesar de confiável, válido e consistente, o instrumento de Narayan e Cassidy não foi validado para o Brasil, portanto não pôde ser utilizado como instrumento de medida de capital social pelo presente trabalho.

Apesar disso esses e os outros autores apresentados até agora trouxeram grandes contribuições para a área a partir da demonstração do caráter relacional do capital social, de sua profunda relação com os valores e da indicação de seus determinantes, dimensões e conseqüências.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO

Até agora foi possível ter uma visão geral da evolução dos estudos voltados para a temática ambiental. No primeiro capítulo foi mostrado que, a partir da década de 80 diversos estudos evidenciaram que grande parte dos problemas ambientais estava relacionada ao comportamento humano. A partir de então, vários autores voltaram sua atenção para a área social e com isso, descobriram que os valores seriam um dos preditores desses comportamentos.

Por conta disso, o segundo capítulo tentou esclarecer o conceito de valores. Nele foram apresentados os estudos de Schwartz que mostraram quais as funções dos valores e como eles se organizam numa estrutura axiológica universal. O terceiro capítulo, realizou uma revisão bibliográfica sobre o conceito de capital social. Mostrou seu caráter relacional, seus determinantes, dimensões e consequências. A partir dessa revisão conceitual foi possível concluir que os valores e o capital social estão diretamente relacionados. E para exemplificar esta relação, este capítulo iniciará o estudo de caso proposto por este trabalho. Sua função é contextualizar o caso da implementação da APA do Pouso Alto. Seguindo a orientação de alguns dos autores citados nos capítulos dois e três, ele apresentará características do Estado, dos municípios e das comunidades selecionadas.

A partir desta caracterização será possível observar alguns dos elementos que determinam a priorização dos valores dos atores e, conseqüentemente, a manifestação dos conflitos observados.

4.1 CRIAÇÃO DA APA DO POUSO ALTO

Segundo Bertran (1997), a proposta de criação da APA Pouso Alto é de autoria da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação (SEMARH), financiada pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e executada pelo Grupo Nativa com o apoio da Oficina de Ciências e Artes (OCA Brasil).

Bertran (1997) afirmou que esta proposta baseou-se, dentre outras coisas, nas indicações técnicas que, na década de 60, determinaram o decreto de criação de um Parque Nacional com 625 mil hectares que, após ações contrárias, teve sua área reduzida para 60 mil hectares. Cinquenta anos depois, a criação da APA tentou resgatar o decreto inicial delimitando uma UC de mais de 800 mil hectares. Segundo o autor, a criação da APA foi também uma forma

de certificar as atividades desenvolvidas dentro de seus limites sendo, portanto, um componente estratégico no desenvolvimento do Estado.

Em outubro de 2000 foi realizada, no município de Cavalcante, uma consulta pública com moradores da região na qual foi discutida a implantação da APA a partir dos eventuais problemas e benefícios que ela traria para a região. Esta consulta pública contou com aproximadamente cento e cinquenta pessoas de todos os municípios envolvidos.

Este número poderia ser considerado irrisório observando-se que, em 2001, a soma da população dos municípios visitados era de 53.154 pessoas. Ainda que o SNUC, lei que regulamenta a criação, implementação e gestão de unidades de conservação, não determine a quantidade de pessoas que devem estar presentes em uma consulta pública, é desejável que o grupo seja composto por pessoas representativas de seus municípios. Isso porque, por meio desta consulta coleta-se informações como a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. Nela o Poder Público também é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas. Porém, alguns moradores dos municípios que fazem parte da APA não consideram que o grupo tenha sido representativo (Meiçó, 2005).

No dia 07 de maio de 2001, o então governador do Estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, assinou o Decreto Nº 5.419. A partir deste, criou-se a APA do Pouso Alto com 872 mil hectares situados no nordeste goiano, abrangendo a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros, diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e seis municípios: São João D'Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Cavalcante, Teresina de Goiás e Nova Roma. A figura 4.1 mostra a área de cada município abrangida pela APA do Pouso Alto.

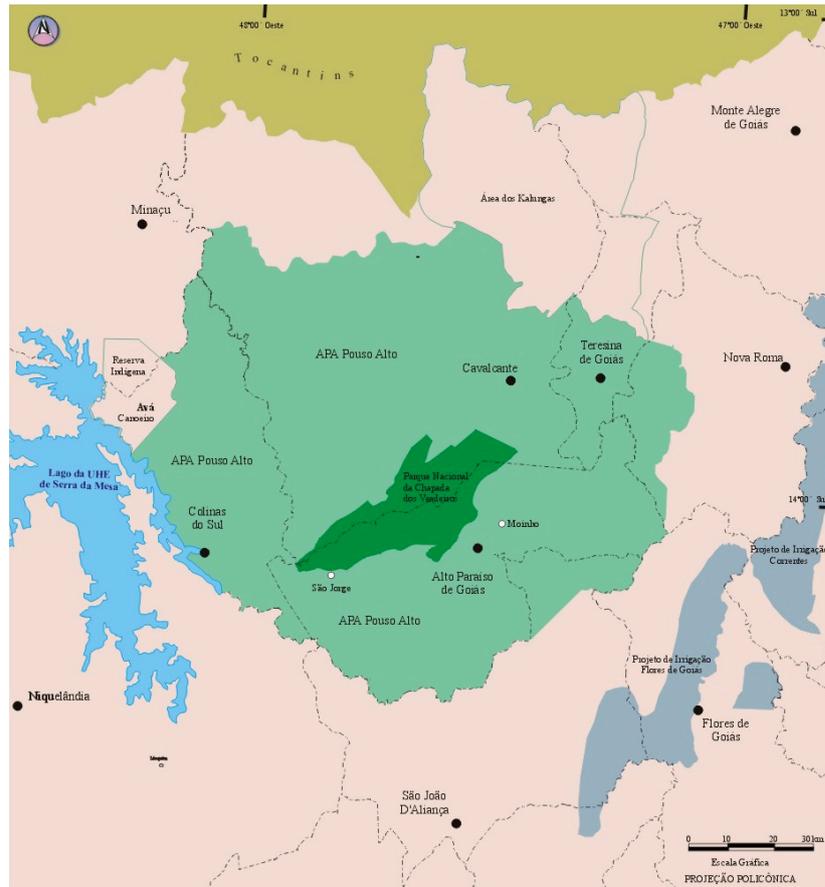


Figura 4.1: Mapa com a definição dos municípios que compõe a APA do Pouso Alto

Fonte: Governo do Estado de Goiás e Agência Goiana de Meio Ambiente (AGMA).

4.2 PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Antes de prosseguir cabem aqui alguns comentários acerca do processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, visto que este tem sido frequentemente confundido com o de criação e implementação da APA.



Figura4.2: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Em setembro de 2001, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, baseado em pesquisa desenvolvida pela Fundação Pró-Natureza - Funatura em parceria com a Conservation International do Brasil (CI), a Fundação Biodiversitas e a Universidade de Brasília (UnB), assinou um Decreto determinando a ampliação da área do Parque, que passaria de 60 mil para 235 mil hectares. Segundo os dados desta pesquisa, o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, essa ampliação possibilitaria maior proteção à biodiversidade da região, ameaçada pela ação dos pecuaristas e agricultores e por problemas decorrentes destas atividades, como por exemplo, o fogo. Ela ainda proporcionaria proteção às bacias hidrográficas dos rios Paranã e Preto, que alimentam a do Rio Tocantins, localizada no nordeste do estado de Goiás. Esta bacia abrange os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, São João da Aliança, Teresina de Goiás e Nova Roma, que por sua vez, compõem o núcleo da Reserva da biosfera do cerrado e que, posteriormente, seriam incluídos na região da APA do Pouso Alto (Faria, 2002).

A decisão do governo, porém, deixou diversos moradores da região insatisfeitos. Sindicatos rurais e proprietários de grandes áreas dos municípios de Nova Roma, São João da Aliança, Alto Paraíso e Cavalcante também se preocuparam com o pagamento das indenizações para os donos das terras desapropriadas, visto que já havia cerca de cinquenta ações pendentes na Justiça, em torno da regularização fundiária dos 65 mil hectares de parque já existentes (Faria, 2002).

Em novembro, proprietários de terras, trabalhadores rurais e moradores da região fundaram então a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP). Esta associação foi criada especialmente para contestar o decreto que ampliou o Parque (Faria, 2002).

Os associados reclamavam que a população não havia sido ouvida pelo Ibama na época da definição dos novos limites do parque e que os estudos técnicos não teriam sido adequados (Ambientebrasil, 2003 e Faria, 2002). Além disso, eles afirmavam que a desapropriação traria desemprego e abandono para a região. Eles ainda lutavam pela possibilidade de transformar suas terras em RPPN, para, desta forma, poderem explorar o ecoturismo no interior do parque (Faria, 2002).

Contrariamente às alegações da ACTP, o Ibama afirmou que a população teria sido ouvida por meio de diversas reuniões com prefeitos dos municípios e também por meio do Conselho Consultivo do Parque, que reúne representantes de órgãos públicos e da sociedade (Faria, 2002). O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, também

informou que várias consultas públicas já haviam sido realizadas e que existiria inclusive um abaixo-assinado, datado de 1992, feito pela população em apoio à criação de uma unidade de conservação na região de Pouso Alto (Ambientebrasil, 2003).

Mesmo com as opiniões e ações contrárias à determinação do governo, a ampliação do Parque garantiu ao governo brasileiro a elevação desta unidade de conservação à condição de Patrimônio Natural da Humanidade, título concedido pela Unesco em dezembro de 2001 (Meiçó, 2005).

Insatisfeitos com todo o processo, em janeiro de 2002, quatro associados da ACTP entraram com pedido de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra os efeitos do decreto (Faria, 2002).

Enquanto esperava a decisão da Justiça, o Ibama começou o processo de desapropriação das terras e afirmou que era até previsível que essa disputa de interesses fosse ocorrer, já que algumas pessoas apenas ocupam as terras, não sendo donos delas e por isso não tendo direito a receber indenização. Donos de terras e trabalhadores rurais, inconformados utilizaram então programas de rádio e faixas nas ruas para criticar a ação desta instituição (Faria, 2002).

Em 2003, após o Mandado de Segurança ter sido impetrado, o Supremo Tribunal Federal finalmente declarou nulo o Decreto de ampliação do parque por entender que este não teria, de fato, sido precedido de estudos técnicos nem de consulta pública à população atingida, conforme determina a Lei nº 9.985/00. (Faria, 2002).

Apesar do decreto de ampliação do Parque ter sido anulado, o assunto foi abordado diversas vezes durante o diagnóstico socioeconômico feito para dar subsídios à elaboração do plano de manejo da APA. Percebeu-se, no discurso de muitos dos moradores da região, a desconfiança sobre as ações do governo e do Ibama. Para estas pessoas a criação da APA seria uma tentativa disfarçada de garantir a ampliação da área protegida no entorno do Parque (Meiçó, 2005).

As suspeitas destas pessoas se fundamentam no fato da criação da APA ter se baseado, em parte, na idéia inicial de se criar um Parque de 625 mil hectares na região. Por conta dessa suspeita e de outras críticas, muitas dessas pessoas manifestaram opinião contrária à APA, ainda que esta não implique na desapropriação de ninguém por pertencer à categoria de unidades de uso sustentável (Meiçó, 2005).

A reação contrária, aparentemente, não diz respeito ao propósito das unidades de conservação, mas sim aos procedimentos adotados para criá-las, aos interesses

incompreendidos do governo e às conseqüências que viriam a partir da criação delas (Meiçó, 2005).

São diversas as críticas e uma discussão mais aprofundada será feita mais adiante. Por hora, pode-se dizer que, em geral, elas se referem à inexpressividade e falta de representatividade das consultas públicas. Alguns moradores da região consideram que não houve efetiva participação da comunidade nestas reuniões. Critica-se também os resultados dos estudos feitos sobre a região. Para alguns eles não seriam fiéis à realidade. Outra grande crítica se refere à falta de informação que deveria ter sido e estar sendo repassada à população (Meiçó, 2005).

Muitos ainda desconhecem e, portanto, desconfiam dos propósitos do governo ao criar estas unidades de conservação: Parque, ampliação dele e APA. Alguns acreditam que o governo estaria criando-as como condição para obter financiamentos de organismos internacionais (Meiçó, 2005).

Finalmente, muitos se sentem injustiçados por terem suas atividades econômicas ameaçadas pela preservação ambiental. Estes acreditam que as restrições decorrentes da implementação das unidades de conservação prejudicariam suas atividades econômicas e que apesar disso, o governo não se preocupou em oferecer indenizações ou alternativas econômicas viáveis que conciliassem o desenvolvimento da região com a proteção ambiental (Meiçó, 2005).

4.3 IMPLEMENTAÇÃO DA APA

Paralelamente ao processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, estava sendo criada a APA do Pouso Alto. Como já foi dito anteriormente, o processo de criação desta unidade de conservação foi iniciado em 1999 e, apesar de ter sido criada em 2001, a APA só começou a ser implementada em 2005, quando começou a elaboração do seu plano de manejo e a constituição de seu conselho consultivo.

De forma semelhante ao ocorrido durante a ampliação do Parque, este processo foi acompanhado por diversas discussões e conflitos. Alguns moradores da região contestaram o processo de criação da APA afirmando que este também não teria sido precedido de consulta pública nem de estudos técnicos. De fato, como visto anteriormente, a consulta pública realizada contou com apenas 150 pessoas das 53.154 residentes nos municípios visitados. Além disso, o estudo foi realizado em apenas três dos seis municípios que viriam a compor a APA (Meiçó, 2005).

Apesar de se referirem ao processo de criação da APA, as discussões se intensificaram e ganharam vulto apenas em 2005, quatro anos após sua data de criação. Isso por que, foi neste ano que começou a ser elaborado o plano de manejo, em resposta ao término do prazo estabelecido pelo SNUC. Esta lei estabelece em seu Artigo 27 § 3º que “o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação” (Meiçó, 2005).

Mas a principal razão das discussões terem sido intensificadas foi a assinatura do decreto chamado vulgarmente de “*Corte Zero*”. Este nome foi dado em função de suas implicações para as atividades realizadas na região (Meiçó, 2005).

4.4 “CORTE ZERO”

Este foi o nome dado a uma das medidas mais polêmicas instituídas durante o processo de implementação da APA do Pouso Alto. Por ter trazido restrições às atividades que envolvem exploração e/ou supressão vegetal, a medida deixou insatisfeitos muitos proprietários de terra, trabalhadores rurais, empresas mineradoras e carvoeiras (Meiçó, 2005).



Figura 4.3: Atividade pecuária.

Durante a realização do diagnóstico socioeconômico e da pesquisa deste trabalho notou-se que muitos moradores da região tinham o “*Corte Zero*” como referência da APA. Muitos não têm nenhuma outra informação sobre ela e associam-na às restrições e proibições instituídas por esta medida, considerando-a ameaçadora para suas atividades econômicas e de subsistência (Meiçó, 2005).

Para entender o que esta medida significa, considere-se sua história. Segundo dados da SEMARH, em 27 de maio de 2004, o então secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos solicitou à AGMA que esta suspendesse temporariamente a emissão de licenças para desmatamento na APA do Pouso Alto. No dia 3 de março de 2005, o Ministério Público, visando a proteção do Bioma Cerrado, encaminhou proposta de uma resolução que vedasse a “exploração e/ou supressão vegetal de qualquer natureza (...) na área compreendida pela APA do Pouso Alto” (Processo nº 26321521, 14/04/2005). Em 16 de maio de 2005, foi encaminhada a Monção do Fórum Ambientalista de Goiás, realizado em Minaçu - GO em 25/11/2004. Esta sugeria a proibição do “corte e da supressão da vegetação primária ou secundária nos estágios avançado e médio de regeneração do cerrado nos limites da APA do Pouso Alto” (Meiçó, 2005).

A partir do processo do Ministério Público, a Câmara Técnica de Recursos Ambientais do CEMAm, manifestou-se favoravelmente pela suspensão de licenças e supressão sobre vegetação primária na APA durante dezoito meses, aceitando a concessão de autorização apenas para limpeza de pastagem que não gerasse material lenhoso e que atendesse à Instrução normativa nº 001/2005 da AGMA. Desta forma, a limpeza de pastagem em áreas que já tivessem sofrido antropização ficariam dispensadas de autorização para desmatamento (Meiçó, 2005).

A Câmara Técnica Permanente de Unidades de Conservação, em 14 de junho de 2005, manifestou-se favoravelmente à solicitação do Ministério Público e recomendou a elaboração de uma resolução que suspendesse a emissão e renovação de licenças de exploração vegetal de qualquer natureza na área compreendida pela APA do Pouso Alto, (...) até que se tivesse o Plano de Manejo elaborado e aprovado (Meiçó, 2005).

Em 11 de agosto de 2005, a ACTP apresentou proposta sugerindo a liberação de capinas em roça de até 5 hectares e o repasse para o poder público dos municípios da APA a outorga de licença para a exploração e/ou supressão vegetal de áreas de seis a trinta hectares (Meiçó, 2005).

Baseando-se na Lei nº 14.334 de 26/11/2002, nas propostas do Ministério Público, da Câmara Técnica da CEMAm e da ACTP e ainda no início das atividades relativas à elaboração do Plano de Manejo da APA pela Bourscheid Engenharia e Meio Ambiente, a SEMARH propôs a resolução que suspenderia a emissão e renovação de licenças de exploração e/ou supressão vegetal de qualquer natureza em área acima de vinte hectares, localizada na APA do Pouso Alto, até que se tivesse o Plano de Manejo elaborado e aprovado

autorizando apenas a AGMA a “emitir licenças de exploração e/ou supressão florestal em áreas de até vinte hectares por propriedade, na região abrangida pela APA do Pouso Alto até a aprovação do Plano de Manejo” (Goiás, 2005), sendo esta emissão precedida obrigatoriamente por vistoria técnica a ser realizada pela AGMA (Meiçó, 2005).

Com base em todo este processo, o CEMAm aprovou no dia 30 de agosto de 2005, por nove votos contra cinco, a Resolução nº 051/2005, segundo a qual ficava suspensa a “emissão e renovação de licença de exploração e/ou supressão vegetal de qualquer natureza em área acima de trinta hectares, localizada na APA do Pouso Alto”, sendo permitida apenas a emissão de licenças para exploração e/ou supressão vegetal em áreas que não ultrapassassem esta medida por propriedade até que se tivesse o Plano de Manejo elaborado e aprovado e com a condição de haver vistoria técnica prévia feita pela AGMA (Meiçó, 2005).

4.5 A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO E A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Apesar dos problemas da APA terem iniciado com sua criação, em 2001, foi apenas em 2005 que eles começaram a vir à tona, visto que neste ano foram iniciadas as etapas de elaboração do plano de manejo e de constituição do conselho da APA. Estes dois momentos, que serão relatados a seguir e que podem ser conferidos em Meiçó (2005), foram marcados pelas polêmicas relacionadas ao “*Corte Zero*”.

Previsto pelo SNUC, o plano de manejo é o documento que dita as diretrizes ou normas de utilização da área compreendida em uma unidade de conservação. A lei determina, em seu artigo 27, um prazo de cinco anos, após a data de sua criação, para a elaboração deste documento (Brasil, 2000). Esta APA, porém, após quatro anos de criada ainda não o possuía.

Diante de tal situação, a AGMA contratou em 2005 uma empresa de Porto Alegre, Boursheid, para elaborar o plano de manejo e constituir o conselho. A empresa deu início aos seus trabalhos com levantamentos técnicos feitos por profissionais de Brasília que já conheciam a região, visto que o tempo disponível para este levantamento era de apenas um mês.

Mesmo contratando profissionais de Brasília com experiência na região, o fato de ser uma empresa do Sul, gerou críticas por parte de alguns moradores da região, que questionaram a habilidade dos profissionais em retratarem as reais necessidades e problemas da região tão fielmente quanto alguém da própria região. Esta foi uma das diversas polêmicas que acompanharam o processo de elaboração do plano de manejo.

Outra crítica feita ao trabalho da Boursheid relacionou-se à ordem dos procedimentos adotada pela empresa, que iniciou seus trabalhos pelo levantamento dos dados biótico, abiótico e socioeconômico. Muitos moradores da região argumentaram que ainda que o SNUC não estabeleça claramente o prazo para a constituição do conselho, ele determina que este deve acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo. Sendo assim, ele deveria estar formado antes de ter sido iniciada a elaboração deste documento.

Além da insatisfação da população local com os técnicos e com ordem dos procedimentos, surgiu ainda a desconfiança com relação às intenções da empresa em relação à região. Esta desconfiança se deveu ao fato dela ter sido paga pela AGMA com dinheiro da compensação ambiental da Transmissora Sudeste Nordeste (TSN), empresa que possui a concessão para a transmissão de energia elétrica captada na Subestação de Serra da Mesa, desde 2000.

Cabe aqui esclarecer que a TSN, por ter causado grande impacto ambiental com a instalação de suas torres de transmissão na área onde hoje está a APA, precisou pagar para a AGMA uma compensação ambiental. Este dinheiro, por sua vez, foi em parte utilizado para pagar os serviços da Boursheid, o que levantou uma série de questionamentos, como por exemplo: de que lado a Boursheid está, da TSN, da AGMA ou da população local? Os dados levantados favoreceriam quem destes três? Como confiar que ela estaria defendendo os interesses da região e não do Governo estadual ou da TSN?



Figura 4.4: Torres de transmissão da TSN.

Mesmo com todas as reclamações, a Boursheid deu continuidade aos seus trabalhos e em outubro de 2005 iniciou o processo de constituição do Conselho da APA. Várias reuniões

foram feitas em cada um dos seis municípios que compõe a APA. Em cada um dos municípios foram convocadas pessoas representativas do poder público e da sociedade civil. Foi ainda aberto espaço para a participação de qualquer pessoa da comunidade que estivesse interessada em obter informações ou expor suas opiniões acerca da implementação da APA e da formação de seu conselho.

Assim como o levantamento de dados para a elaboração do plano de manejo, estas reuniões receberam muitas críticas, desde o momento da convocação e realização até os resultados alcançados em cada uma delas. Criticou-se a ausência de produtores rurais, aqueles que estariam de fato sendo prejudicados pelo “*Corte Zero*”. Esta crítica veio acompanhada de outras referentes às estratégias de convocação, já que estas teriam sido inadequadas à realidade de cada município e também ao intervalo de tempo entre a convocação e a realização das reuniões. Segundo muitos, não estaria sendo respeitado o tempo necessário para que a convocação chegasse àqueles cidadãos residentes em áreas distantes das sedes municipais, nem para que as pessoas pudessem se programar para participar e se deslocar até o local das reuniões. Criticou-se ainda a incoerência dos documentos apresentados e os procedimentos adotados.

Apesar da Boursheid ter apresentado argumentos em sua defesa para todas as situações, o que se observou foi uma contradição entre as suas alegações e as dos participantes das reuniões. No caso da convocação para as reuniões, a empresa alegou ter utilizado várias estratégias de comunicação de forma a alcançar tanto os moradores da sede municipal quanto os da zona rural. Moradores da região, porém, afirmaram que a inadequação dessas estratégias fez com que muitos, principalmente os moradores de povoados distantes da sede municipal, não recebessem nenhuma convocação e conseqüentemente não tivessem podido participar das reuniões.

Uma ressalva se faz necessária. Muitos dos produtores rurais, moradores de povoados distantes da sede municipal, quando entrevistados, manifestaram desconhecimento em relação à APA, mas todos demonstraram desaprovar o “*Corte Zero*”. Aqueles que possuíam alguma informação sobre a APA associavam-na às restrições e prejuízos econômicos que, acreditavam, seriam trazidos pela medida. Alguns alegaram que se pudessem e tivessem sido convocados teriam participado das reuniões a fim de obter esclarecimentos acerca das implicações desta medida.

No caso do intervalo de tempo entre a convocação e a realização da reunião, a Boursheid alegou ter feito as convocações com pelo menos uma semana de antecedência.

Muitos, porém, afirmam que, por conta das extensões territoriais dos municípios, este intervalo seria pequeno visto que as informações às vezes chegam apenas na véspera ou no dia do evento, inviabilizando o deslocamento de muitos cidadãos para os locais determinados.

Finalmente, no caso da incoerência dos documentos, a Boursheid afirmou ter apenas repassado informações constantes em leis e documentos elaborados pelo Estado de Goiás. Porém, muitos dos que compareceram às reuniões mostraram haver duplicidade de informações entre os documentos apresentados. Um exemplo é o Decreto 5.500 de 2001 e o roteiro metodológico elaborado pelo IBAMA, também em 2001, para orientar a criação de APA. Ambos os documentos instituem o conselho da APA como sendo gestor. Porém o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), lei 14.247 de 2002, estabelece-o como sendo consultivo.

Apesar de ser posterior, o SEUC, por ser lei estadual, tem valor maior que de um decreto estadual ou roteiro metodológico. Por conta disso, o SEUC foi o documento adotado para estabelecer o caráter do conselho da APA do Pouso Alto. Mesmo assim, muitos participantes das reuniões questionaram e reclamaram da contradição dos documentos e se sentiram prejudicados pela diminuição do poder concedido a eles por meio do conselho.

4.6 O ESTADO DE GOIÁS

Conforme dados da Agência Goiana de Meio Ambiente, a ocupação do território goiano se iniciou no período colonial (final do séc. XVII e início do séc. XVIII), com a exploração aurífera. A atividade mineradora durou aproximadamente cinquenta anos, mas ainda hoje é possível verificar alguns casos de prospecção e exploração de metais e pedras (Meiçó, 2005).

Após o declínio dessa atividade, o Estado passou por um período de estagnação que durou todo o século XIX e só terminou com o surgimento da agropecuária nas primeiras décadas do século XX. O início destas atividades foi resultado do programa “Marcha Para o Oeste” que atraiu um contingente de imigrantes principalmente para o sul do Estado na década de 40 (Meiçó, 2005).

Na década de 60, a transferência da Capital do país para Brasília provocou a ampliação da malha viária. Na mesma época, as pesquisas feitas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) transformaram os solos do Cerrado, de baixa fertilidade natural, em áreas de agricultura comercial. A combinação destes fatores provocou o rápido avanço da fronteira agrícola (Meiçó, 2005).

Em 1999, as diversas pesquisas e investimentos na área provocaram uma elevação no grau de mecanização e de utilização de insumos industrializados, o que fez com que a agricultura contribuisse com 16,16% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás. O relevo pouco acidentado do Estado favoreceu a pecuária bovina extensiva. Esta atividade, também importante para a economia estadual, tem sido responsável pela maior parte dos desmatamentos do Estado, tendo aumentado em 222% a área ocupada entre os anos de 2000 e 2001. Concomitantes às atividades agropecuárias, diversos empreendimentos hidrelétricos têm sido instalados no Estado, considerado um dos maiores aquíferos do mundo (Meiçó, 2005).

Atualmente, o Estado é considerado o maior potencial agrícola do país, sendo caracterizado pelas grandes monoculturas e extensas pastagens para criação de gado. A região também tem se transformado em um dos maiores produtores e exportadores de energia elétrica do Brasil (Meiçó, 2005).

Se de um lado estas atividades representam um grande peso nas balanças comerciais não só do Estado como também do País, por outro têm sido responsáveis por um grande impacto social e ambiental. Isso porquê as atividades agropecuárias somadas aos barramentos de projetos hidrelétricos e ao aproveitamento das várzeas para projetos de agricultura irrigada, destroem diversos elementos, necessários ao equilíbrio ecológico, como por exemplo, a água e inúmeras espécies da fauna e da flora. Além do meio ambiente, as atividades afetam a população que, dentre outras coisas, precisa ser desapropriada e acaba perdendo áreas que guardam história, cultura e oferecem terreno para seus cultivos (Meiçó, 2005).

O despovoamento e a retirada da vegetação nativa, medidas necessárias para as atividades agropecuárias, aumentaram as desigualdades sociais e a concentração de renda. Além disso, o cerrado, bioma que possui uma das maiores biodiversidades mundiais, ficou extremamente ameaçado. Outras conseqüências dessas atividades serão discutidas junto aos resultados desta pesquisa (Meiçó, 2005).

Com todas estas ameaças, as reservas legais e as Áreas de Preservação Permanentes (APP) determinadas pelo Código Florestal Federal de 1965, juntamente com a implementação de unidades de conservação não têm sido suficientes para garantir a preservação ambiental do Estado. A AGMA argumenta que a dificuldade em conter o desmatamento está ligada a problemas estruturais do setor público e não à ausência de instrumentos legais (Meiçó, 2005).

De fato, são vários os instrumentos legais tanto federais quanto estaduais relacionados à questão ambiental. Porém, também são diversas as reclamações em relação a eles, seja pela falta de conhecimento por parte da população ou pela simples insatisfação desta com as conseqüências que eles provocam. Por exemplo, o Decreto estadual nº 5.806, apesar de ter sido assinado em julho de 2003 instituindo a Câmara Superior das Unidades de Conservação do Estado de Goiás, até hoje não foi amplamente divulgado nem discutido com a população da APA. Como conseqüência disso, a recente descoberta de sua existência por alguns moradores da região provocou diversas dúvidas e desconfianças (Meiçó, 2005).

Outro caso polêmico já citado foi o do “*Corte Zero*” que, na opinião de muitos proprietários de terra e produtores rurais, foi elaborado sem consulta pública nem preocupação com a realidade local, dando margem a diversos prejuízos em suas atividades econômicas (Meiçó, 2005).

Em relação à criação da APA do Pouso Alto, também se verificaram diversas reclamações. Como visto anteriormente, muitos moradores da região consideram que a consulta pública não teve um número expressivo de pessoas e que os estudos sobre as características da área foram insuficientes (Meiçó, 2005).

O que se observa é uma aparente contradição. De um lado o Estado possui instrumentos normativos que defendem a conciliação do desenvolvimento social com a proteção ambiental. De outro, verifica-se muitas reclamações de uma parte da população que alega ter seu desenvolvimento atrasado por conta desses instrumentos. Um terceiro fator contraditório refere-se ao tamanho da área do território estadual que é de fato protegida legalmente por unidades de conservação (Meiçó, 2005).

Segundo dados do IBAMA e da AGMA, entre 1998 e 2002, o Estado de Goiás aumentou de 1,3 para 4,48 o percentual de sua superfície protegida por unidades de conservação. Este percentual, porém, ainda é pequeno se comparado ao de 10% recomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ou aos 20% determinados pela Constituição do Estado e pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação, promulgado recentemente pelo Governo do Estadual (Meiçó, 2005).

Estas contradições, em parte, justificam as desconfianças da população da região da APA e levantam questionamentos como: qual a prioridade do Estado e de sua população, o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental ou a conciliação dos dois fatores?

4.7 A REGIÃO NORDESTE DE GOIÁS

A região nordeste do Estado de Goiás é uma das que possui a maior área protegida por unidades de conservação. Ela possui a APA do Pouso Alto, O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros e diversas RPPN (Meiçó, 2005).



Figura 4.5: Vegetação típica do nordeste de Goiás.

Esta é uma das justificativas para a sua cobertura vegetal nativa encontrar-se bastante preservada. Outra explicação para este fato encontra-se no deslocamento do eixo econômico do nordeste para o sul e sudeste do Estado que se deu por conta das grandes altitudes e da escassa infra-estrutura que esta região dispõe.

De fato, são poucas as estradas para escoamento de produção e precários os meios de comunicação. Com isso, a região caracteriza-se por ser uma das mais bem preservadas do Estado e, no entanto, com o menor índice de desenvolvimento social e econômico (Meiçó, 2005).



Figura 4.6: Residência localizada entre os municípios de Colinas do Sul e Cavalcante.

4.8 OS MUNICÍPIOS DE COLINAS DO SUL E CAVALCANTE

Colinas do sul

Localizado no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Lago de Serra da Mesa, o município de Colinas do Sul viu sua população crescer com a construção da represa da Hidrelétrica de Serra da Mesa. A construção desta hidrelétrica trouxe para o território municipal a empresa TSN que, desde 2000, interliga o empreendimento às regiões sudeste e nordeste a partir de suas linhas de transmissão de energia elétrica. Apesar de ter a concessão para tal serviço desde 2000, a TSN ainda está em pleno processo de negociação e pagamento de indenizações para os proprietários das terras que foram utilizadas para construção de suas torres de transmissão. Tais indenizações vêm causando bastante polêmica entre diversos proprietários de terra que consideram muitas delas irrisórias e desproporcionais aos prejuízos causados pelas torres. Segundo alguns deles, a presença de uma torre desvaloriza o preço da propriedade. O que não se diz, porém, é que muitos desses proprietários ainda não têm suas terras regularizadas (Meiçó, 2005).

Há cinco anos iniciou-se o processo de regularização das terras do município pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), porém, assim como aconteceu nos Municípios de Alto Paraíso e Cavalcante, o processo foi embargado pela procuradoria do Estado após uma denúncia de que terras devolutas estariam sendo vendidas. Desta forma, a maioria das propriedades do município continuam sendo posses o que retira o direito destas receberem qualquer tipo de indenização. Este assunto, porém, só é lembrado quando se fala sobre a APA. Muitos

acreditam que, assim como aconteceu com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o Governo Estadual deveria indenizar os proprietários que tiveram suas propriedades abrangidas pela APA, se não pela desapropriação, pela desvalorização que as terras sofreram e pelos prejuízos que os proprietários terão por não poderem mais desenvolver suas atividades de agropecuária e extração vegetal. Alguns donos de terra afirmam que a implementação da APA provocou não só a queda dos preços de suas propriedades como também a dificuldade de encontrar algum comprador interessado em comprá-las. Isso porquê muitos desses proprietários e compradores acreditam que o “*Corte Zero*” seria uma medida permanente da APA inviabilizando o beneficiamento da terra para a agricultura e principalmente para a plantação de pasto para a criação de gado (Meiçó, 2005).

Independentemente da APA, muitos produtores rurais sofrem prejuízos tanto na venda de se produtos quanto na venda de suas terras por não terem asfalto nas estradas que dão acesso ao município. Todos os acessos são feitos por estradas de terra que sempre estão em condições precárias para o tráfego e escoamento de produtos. Este, na opinião de alguns produtores, não é o principal problema, visto que o relevo da região dificulta o estabelecimento das grandes monoculturas. Por conta disso, as atividades mais fortes do município são pesca, muitas vezes predatória, no lago serra da mesa, a pecuária e a extração vegetal para fabricação de lenha e carvão, fato confirmado por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002) (Meiçó, 2005).

A desvantagem do relevo para a prática da monocultura se traduziria em vantagem para a preservação das APPs não fosse a ameaça da falta de regularização fundiária. Como dito anteriormente, a maioria das propriedades não possui titulação, o que por um lado impede a retirada de licenças para o beneficiamento da terra, mas por outro dificulta a fiscalização do uso do solo (Meiçó, 2005).

Em se tratando de necessidades municipais, a população carece de uma série de serviços de assistência básica como: saneamento; aterro sanitário; tratamento da água; policiamento; iluminação pública gratuita; transporte público gratuito para moradores da zona rural poderem ir à sede municipal buscarem seus benefícios oferecidos pelo governo; rádio comunitária para divulgação de informações para a população; acesso amplo à Internet, atualmente disponível apenas na prefeitura; torres de várias companhias de telefonia celular, já que atualmente só existe uma; empregos, sendo que atualmente a prefeitura é a maior empregadora, dentre outros. Com relação aos empregos, nota-se uma grande dificuldade em atender à toda a demanda, visto que a maior parte da população é jovem e vive na sede municipal. Por ser a

maior empregadora, a prefeitura acaba por ficar sobrecarregada. Por conta de todas as carências, o município possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado (Meiçó, 2005).

Cavalcante

Também localizado no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Cavalcante possui um escritório da TSN. Este, no entanto, não oferece suporte ao empreendimento de Serra da Mesa, o que dificulta o acesso da população a informações e decisões tomadas pela empresa.

Este fato, porém, não mobiliza a população de Cavalcante. Muitos moradores do município sequer sabem qual a atividade da TSN. A preocupação destes cidadãos em relação à APA se refere ao “*Corte Zero*”, visto que muitos, assim como em Colinas do Sul, entenderam que esta medida traria uma série de restrições e, conseqüentemente, prejuízos às atividades econômicas já restritas pela topografia da região. As Empresas que trabalham na região com prospecção e extração mineral, por exemplo, ficaram extremamente preocupadas com a medida, tendo inclusive mobilizado moradores de outros municípios, em uma passeata realizada em Teresina de Goiás, para tentar impedir que o decreto do “*Corte Zero*” fosse assinado (Meiçó, 2005).

Esta preocupação das mineradoras, porém, é recente. Apesar da legislação estadual, anterior ao decreto do “*Corte Zero*”, exigir licenciamento para o desenvolvimento de qualquer atividade que gere impacto ambiental, o decreto proibiu a emissão e renovação de licenças para “supressão vegetal de qualquer natureza em área acima de trinta hectares localizada na APA”, o que para muitas empresas de mineração significou grandes prejuízos financeiros, ainda que a medida fosse temporária, ou seja, só valesse até que o plano de manejo ficasse pronto (Meiçó, 2005).

Além das mineradoras, muitos produtores agropecuários se sentiram ameaçados pelo “*Corte Zero*”. Apesar da topografia não favorecer as monoculturas, permitindo apenas a prática da agropecuária de subsistência, a lenha é o produto que oferece maior rendimento médio anual para o município, ou seja, não se cultiva, mas se extrai vegetação. Com isso compreende-se a preocupação, já que o decreto limita a exploração de apenas trinta hectares, o que, novamente, se traduz em prejuízo para muitos que exploram uma área muito maior que esta (Meiçó, 2005).

Apesar da agropecuária de subsistência não oferecer o maior rendimento médio para o município, ela é uma importante atividade para o município, já que esta possui a maior parte de sua população na zona rural. Porém, segundo dados da Secretaria de Agricultura e da Agência Rural, o que se tem observado é a decadência desta atividade como consequência do assistencialismo do governo. Este assistencialismo tem atraído muitos moradores da zona rural que migram para a zona urbana em busca de emprego e estudo, porém a demanda é maior que a oferta, já que a população é em sua maioria jovem e a prefeitura é uma das únicas empregadoras (Meiçó, 2005).

Na tentativa de manter o trabalhador no campo, essa secretaria e a Agência vêm auxiliando o produtor rural na busca por financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destinados principalmente à compra de gado. Neste ponto, novamente o “*Corte Zero*” traz à tona uma polêmica: muitos produtores precisam de mais do que apenas trinta hectares para arrecadar o suficiente para pagar o financiamento concedido. O caso daqueles que não são agricultores familiares é ainda mais grave. Segundo o PRONAF, Os agricultores familiares não precisam ter o título da terra. A comprovação de que 80% da renda familiar são provenientes da agricultura e de que a família reside na propriedade rural já garante a liberação do financiamento mesmo para posseiros. Por outro lado, aqueles que não são agricultores familiares não podem obter financiamento e aqueles que não possuem a titulação da terra, ficam também impedidos de obter licença da AGMA para o beneficiamento da terra (Meiçó, 2005).

Assim como aconteceu em Colinas do Sul, há cinco anos iniciou-se o processo de regularização das terras do município pelo IDAGO e EMATER, porém, o processo foi embargado pela procuradoria do Estado após uma denúncia de que terras devolutas estariam sendo vendidas (Meiçó, 2005).

Além de todos os problemas expostos até agora, o município de Cavalcante ainda sofre com a falta de infra-estrutura e saneamento básico. Não há rádio comunitária, o que dificulta a divulgação de informações para a população espalhada em um vasto território. A telefonia também é precária. Existem apenas duas torres retransmissoras de Pouso Alto, sendo uma de telefonia fixa e outra de celular. O acesso à Internet ainda é discado / analógico, pois o cabo ótico não chega até o município, o que dificulta a obtenção e a solicitação de serviços e informações estaduais. Faltam estradas vicinais para escoamento de produção. A energia também é precária, pois a tensão é variável. E finalmente, falta um aterro sanitário. Esta

situação faz com que muitos moradores considerem que o município foi esquecido pelo governo estadual (Meiçó, 2005).



Figura 4.7: Povoado *Capela* localizado no interior do município de Cavalcante.

5. MÉTODO

No primeiro capítulo foi apresentado um panorama da evolução histórica da questão ambiental no Brasil. O segundo e o terceiro capítulos fizeram uma revisão bibliográfica do arcabouço teórico utilizado nesta pesquisa. O último capítulo apresentou as características do caso estudado.

As informações que serão apresentadas neste capítulo ajudarão outros pesquisadores interessados em replicar a pesquisa modificando ou ajustando procedimentos, o que possibilitará o alcance de novos resultados que corroborem, acrescentem ou invalidem os já encontrados.

O estudo de caso realizado neste trabalho começou com uma revisão do diagnóstico socioeconômico realizado por Meição (2005). Este material evidenciou algumas características do contexto estudado e de seus atores que permitiram selecionar dois dos seis municípios que compõem a APA, bem como, dois momentos: a constituição do conselho dessa unidade de conservação e a elaboração do seu plano de manejo. Essas foram duas situações em que ficaram bastante evidentes as variáveis situacionais que favorecem ou não a priorização e a manifestação de determinados valores e comportamentos.

Colinas do Sul e Cavalcante foram então selecionados por estarem próximos do escritório da ACTP e também da Hidrelétrica de Serra da Mesa, de onde saem as torres de alta tensão da TSN, empresa que financiou a elaboração do plano de manejo e a constituição do seu conselho consultivo. Além disso, esses dois municípios têm a agropecuária como uma das atividades econômicas mais expressivas e, por conta disso, tiveram a maior extensão de área atingida pelas medidas. Mais ainda, os dois municípios possuem quase toda sua extensão dentro do território da APA. Tal característica potencializou as críticas e receios em relação à mesma.

Amostra

Por conta da dificuldade em compreender a utilização da escala do inventário de valores, e, ainda, por conta da cultura de “prosa¹”, cada entrevista durou mais de uma hora, sendo que as pessoas de menor escolaridade exigiram mais tempo. Se por um lado a “prosa” aumentou o tempo das entrevistas, por outro favoreceu o acesso a inúmeras informações

¹ “prosa”, maneira natural de falar. Mesmo que conversa (Ferreira, 1975). Momento em que várias informações são passadas informalmente.

relevantes para a caracterização do contexto e compreensão da dinâmica dos conflitos e coerências encontradas. Esta, segundo Günther (apud Pasquali, 1999), é uma das vantagens da entrevista.

Além do tempo tomado pelas entrevistas, as más condições das estradas e a falta de sinalização dificultou o acesso a muitos dos entrevistados, reduzindo o número de entrevistas realizadas por dia.

Estes dois fatores combinados determinou uma amostra de 45 sujeitos em um universo de 13.628 habitantes dos dois municípios (IBGE, 2005). Por conta disso, os sujeitos da amostra foram selecionados de acordo com seu grau de participação durante o processo de elaboração do plano de manejo e constituição do conselho da APA do Pouso Alto. Selecionou-se tanto aqueles que participaram da criação quanto aqueles que não participaram mas que deviam tê-lo feito. Selecionou-se ainda sujeitos representativos daqueles grupos mais diretamente afetados por medidas como o “*Corte Zero*”, ou seja, presidentes de associações, de sindicatos de produtores rurais e de agências rurais, vereadores, secretários das prefeituras e líderes comunitários.

Por conta da dificuldade de contato com a AGMA, TSN e Boursheid, que possuem seus escritórios em Goiânia, Rio de Janeiro e Porto Alegre, respectivamente, estas empresas não foram incluídas na amostra.

5.1 PQ 21

Diante das características da população, do pouco tempo disponível para a realização da coleta de dados e por apresentar formato e linguagem mais adequados a pessoas de baixa escolaridade, optou-se pela versão brasileira e reduzida da escala de Schwartz, o PQ 21 (*apêndice I*), para investigar os valores da amostra. Este instrumento, composto por vinte e um itens, foi validado por Tamayo (no prelo) que se baseou na versão brasileira do IVS, o PQ, também validada por este autor e que possui quarenta itens, quantidade considerada extremamente exaustiva para o tipo de procedimento que optou-se por adotar, a aplicação oral do inventário seguida da realização de diversas perguntas relativas ao questionário sobre capital social.

Validação semântica

Ainda que o PQ 21 tenha sido validado por Tamayo para a população do Brasil (apud Pato, 2004), inclusive em amostras de baixa escolaridade, optou-se por submeter a versão

brasileira e reduzida da escala de Schwartz a uma nova validação semântica, de modo a garantir a validade desse instrumento para amostras provenientes do meio rural.

Segundo Pasquali (apud Pasquali, 1999), esta validação tem como objetivo verificar se todos os itens são compreensíveis para todos os membros da população à qual o instrumento se destina, inclusive para os membros do estrato mais baixo de habilidade, por exemplo, de menor grau de escolaridade. Além disso, este procedimento diminuiria as chances de erros de medida, isto é, de imprecisões nos resultados devido a falhas nas respostas por falta de compreensão (Hair et al, 2006).

No caso deste estudo, a validação semântica garantiria que a linguagem seria adequada para todos os moradores dos municípios selecionados, inclusive, para os pequenos produtores rurais.

O processo de validação baseou-se nas recomendações de Pasquali (apud Pasquali, 1999). Desta forma, foi realizada a apresentação do instrumento a três indivíduos da zona rural do entorno de Brasília com características semelhantes às dos pequenos produtores rurais dos municípios estudados. A cada uma dessas pessoas foi solicitado que explicitasse seu entendimento acerca dos termos de cada um dos vinte e um itens. Diante das respostas, foi verificada a compatibilidade entre a compreensão do indivíduo e o real significado do item. Depois de realizadas pequenas adaptações na redação de alguns itens, delimitou-se a amostra.

A coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas divididas em duas etapas. A primeira referiu-se à aplicação oral do PQ 21. Após estabelecido o nível de confiança entre entrevistador e entrevistado, cada item era lido e ao sujeito era solicitado que se posicionasse conforme o grau de semelhança com a pessoa descrita no item. A escala utilizada foi uma escala tipo *Likert* de seis pontos que variavam de “se parece muito comigo” até “não se parece nada comigo”. Conforme Günther (apud Pasquali, 1999) esta é a escala mais utilizada nas ciências sociais.

A segunda etapa da entrevista consistiu no levantamento de dados relativos ao capital social. Este conceito não contou com levantamento de dados baseado em nenhum inventário, visto que o instrumento de Narayan e Cassidy (2001) ainda não foi validado para a população do Brasil e sua validação não fazia parte deste trabalho. Mesmo assim, dados sobre esse construto foram levantados nas entrevistas, por meio de perguntas abertas e fechadas (*apêndice I*). Elas se basearam nos elementos descritos pela literatura, principalmente no

trabalho de Narayan e Cassidy (2001): determinantes, dimensões e conseqüências. Ao sujeito era dada a liberdade de discursar sobre cada tema apresentado: características e normas dos grupos a que pertencia; proximidade dos sujeitos destes grupos; sociabilidade cotidiana e conexão com os demais membros de cada grupo; voluntarismo; confiança; orgulho e identidade no pertencimento a cada grupo; comunicação; qualidades do governo; honestidade e corrupção; competência dos membros dos grupos; segurança e engajamento político.

Optou-se por terminar a entrevista com esse questionário pelo fato de suas perguntas servirem para capturar aquelas opiniões não cobertas pelos itens objetivos do PQ 21 (Günther, apud Pasquali, 1999). Essas perguntas aprofundaram vários dos temas já abordados pelo PQ 21.

Análises realizadas

Segundo Günther (Günther apud Pasquali, 1999) o tamanho da amostra é de fato determinado pelos recursos (tempo, dinheiro e recursos humanos) disponíveis. O autor afirma ainda que esse tamanho da amostra determina os tipos de análises realizadas. De fato, por conta do reduzido tamanho da amostra, foi possível realizar apenas análises descritivas, ou seja, de frequência dos dados provenientes tanto do PQ 21 quanto do questionário sobre capital social. Tal opção de análise foi corroborada por Hair et al (2006) que afirmam não ser adequado realizar mais avançadas como, por exemplo, análises de regressão, em amostras menores que cinquenta sujeitos.

Desta forma, inicialmente, realizou-se análises exploratórias dos dados referentes ao PQ 21, conforme recomenda Hair et al (2006). Para tanto, utilizou-se o pacote estatístico SPSS 10.0. Segundo os autores, o primeiro passo para qualquer análise de dados é realizar uma análise descritiva e exploratória gráfica inicial para conhecer os dados, ou seja, para verificar a existência de erros de digitação, de dados perdidos, de distribuição desigual das repostas, de observações atípicas, enfim de fatores que possam afetar a significância dos resultados e a capacidade destes descreverem toda a população.

Desta forma a análise descritiva iniciou-se com a caracterização da forma de distribuição das repostas dos sujeitos por meio da representação gráfica obtida com um histograma. Este gráfico permitiu analisar a normalidade dos dados, ou seja, se as repostas distribuíam-se em torno de um ponto médio. Outro gráfico analisado foi o boxplot, ou gráfico de caixa. Este permitiu identificar *outlier*, ou seja, observações atípicas, aquelas que apresentam padrões de repostas diferente do restante da amostra.

Os autores lembram ainda que todo resultado obtido por meio dessas análises descritivas e exploratórias deve ser visto a partir do contexto estudado e analisado pelos tipos de informação que possa fornecer. Eles podem estar indicando características da amostra que não seriam destacadas em uma análise normal e também podem estar influenciando os resultados dessas análises e prejudicando o seu entendimento (Hair et al, 2006).

Após as análises exploratórias gráficas, foram feitas análises das médias, medianas e desvios-padrão. Inicialmente foram realizadas as análises agrupando-se os itens de acordo com o tipo motivacional a que pertencem e, posteriormente, agrupando-se estes tipos motivacionais em seus respectivos valores de segunda ordem.

Com os dados provenientes do questionário sobre capital social, as análises também foram descritivas sendo que, a frequência das respostas dos sujeitos foi obtida a partir de uma análise de conteúdo, ou seja, depois de serem agrupadas em categorias, essas foram então somadas e apresentadas em gráficos (*apêndice II*) que mostram os percentuais de cada categoria de resposta.

6. RESULTADOS

Este capítulo se dedica a apresentar os resultados da validação semântica e das análises realizadas a partir dos dados coletados nas entrevistas.

6.1 VALIDAÇÃO SEMÂNTICA

A apresentação do PQ 21 à amostra da validação mostrou que diversos itens seriam reescritos com outras palavras, porém o sentido original foi adequadamente compreendido. Outros itens, porém, para manter o sentido original, teriam que ter seus termos modificados, isto porque aqueles trazidos pelo instrumento apresentaram outra conotação.

No Quadro 6.1 encontram-se na primeira coluna os itens originais, na segunda os resultados da validação semântica e na terceira os formatos finais dos itens.

Item original	Significado atribuído na validação semântica	Item final
Pensar em novas idéias e ser criativa é importante para ela. Ela gosta de fazer coisas de maneira própria e original	Criativo = alguém que produz Maneira própria = alguém que não depende das idéias dos outros Original = alguém inteligente que inventa; alguém diferente	Para esta pessoa é importante não depender das idéias e pensamentos das outras pessoas. Ela gosta de inventar maneiras novas de fazer as coisas
Ser rica é importante para ela. Ela quer ter muito dinheiro e possuir coisas caras	Ser rico = ter fazenda, ter terra, ter gado.	Para esta pessoa é importante ser rica. Ela quer ter muito dinheiro e possuir coisas caras.
Ela acredita que é importante que todas as pessoas do mundo sejam tratadas com igualdade. Ela acredita que todos deveriam ter oportunidades iguais na vida.	Igualdade = respeito, educação, compreensão Ter oportunidades iguais = todos terem a mesma ocupação	Para esta pessoa é importante que todas as pessoas do mundo sejam tratadas com igualdade, compreensão e justiça

(Continua)

Item original	Significado atribuído na validação semântica	Item final
É muito importante para ela demonstrar suas habilidades. Ela quer que as pessoas admirem o que ela faz.	Ter habilidade = saber fazer o serviço	Para esta pessoa é importante demonstrar suas habilidades. Ela quer ser admirada pelo que ela sabe fazer
É importante para ela viver em um ambiente seguro. Ela evita qualquer coisa que possa colocar sua segurança em perigo.	Segurança = não ter roubo nem violência. Ter pessoas ajudando e retribuindo favor	Para esta pessoa é importante viver em um ambiente seguro. Ela evita qualquer coisa que possa colocar sua segurança em perigo.
Ela gosta de novidade e mudança, sempre tenta fazer coisas novas. É importante para ela fazer várias coisas diferentes na vida	Mudar = ter seus próprios bens	Para esta pessoa é importante fazer coisas novas, mudar. É importante para ela fazer várias coisas diferentes na vida
Ela acredita que as pessoas deveriam respeitar as normas. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando.	Regras = aquilo que alguém manda fazer. As obrigações da pessoa	Para esta pessoa é importante respeitar as normas. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando
É importante para ela ouvir as pessoas que são diferentes dela. Mesmo quando não concorda com elas, ainda quer entendê-las	Ouvir os outros = serve para aprender e para obter conselhos sobre o que fazer	Para esta pessoa é importante ouvir as pessoas que são diferentes dela. Mesmo quando não concorda com elas, ainda quer entendê-las
É importante para ela ser humilde e modesta. Ela tenta não chamar atenção para si.	Ser humilde = ser servidor, não ter condições financeiras para ter seu próprios bens	Para esta pessoa é importante ser humilde e modesta. Ela não gosta de ter coisas que chamem atenção para si.
Para ela é importante aproveitar a vida. Ela gosta de divertir-se.	Aproveitar a vida = poder viver do que produz Divertir = fazer coisas prazerosas em grupo ou sozinho	Para esta pessoa é importante aproveitar a vida. Ela gosta de divertir-se.

(Continua)

Item original	Significado atribuído na validação semântica	Item final
É importante para ela tomar suas próprias decisões sobre o que faz. Ela gosta de ser livre para planejar e escolher suas atividades	Ser livre = não ter dependentes	Para esta pessoa é importante tomar suas próprias decisões sobre o que faz. Ela gosta de ser livre para planejar e escolher suas atividades
É muito importante para ela ajudar as pessoas ao seu redor. Ela quer cuidar do bem-estar delas.	Ajudar = acabar com as necessidades e sofrimento das pessoas Bem-estar = pode ser material e espiritual	Para esta pessoa é importante ajudar as pessoas ao seu redor. Ela quer cuidar do bem-estar delas.
Ser muito bem-sucedida é importante para ela. Ela gosta de ser admirada pelas pessoas	Bem-sucedida = ter seus próprios bens; não depender dos outros; terminar os estudos; não ter gente ruim por perto	Para esta pessoa é importante possuir bens materiais e ter autoridade sobre as pessoas. Ela gosta de ser admirada.
Para ela é importante a segurança. Ela gosta de sentir-se segura na vida	Segurança = não ter roubo nem violência. Ter pessoas ajudando e retribuindo favor	Para esta pessoa é importante ter segurança. Ela gosta de sentir-se segura na vida.
Ela gosta de se arriscar. Ela está sempre procurando aventuras	Arriscar = não ter certeza, colocar a vida em perigo Aventura = fazer raly, fazer algo arriscado	Para esta pessoa é importante se arriscar. Ela está sempre procurando aventuras.
É importante para ela se comportar sempre corretamente. Ela quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam achar errado.	Comportar-se corretamente = tratar as pessoas bem, não fazer o errado, não pegar dos outros, ser obediente, cumprir acordos	Para esta pessoa é importante se comportar sempre corretamente. Ela quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam achar errado.
É importante para ela estar no comando e dizer aos demais o que fazer. Ela quer que as pessoas façam o que manda.	Estar no comando = ter poder, ser o chefe	Para esta pessoa é importante estar no comando e dizer aos demais o que fazer. Ela quer que as pessoas façam o que manda.

(Continua)

Item original	Significado atribuído na validação semântica	Item final
É importante para ela ser fiel a seus amigos. Ela se compromete com eles.	Ser fiel = não trair, não ser falso	Para esta pessoa é importante ser fiel a seus amigos. Ela se compromete com eles.
Ela acredita firmemente que as pessoas deveriam preservar a natureza. Cuidar do meio ambiente é importante para ela.	Cuidar da natureza = não cortar pé de árvore, não matar bicho, não queimar, cuidar da água	Para esta pessoa é importante preservar a natureza. Cuidar do meio ambiente é importante para ela.
Fazer as coisas da maneira como sempre foram feitas é importante para ela. Ela busca a tradição em sua vida.	Fazer as coisas como sempre foram feitas = ganhar a vida como os antepassados, ou seja, trabalhando Tradição = dar continuidade às coisas boas	Para esta pessoa é importante fazer as coisas da maneira como sempre foram feitas. Ela busca a tradição em sua vida.
Ela gosta de divertir-se pelo prazer que lhe proporciona. Ela fica feliz em aproveitar a vida.	Divertir-se = passear, jogar, prostrar Aproveitar a vida = comer bem, vestir roupas boas, dormir bem	Para esta pessoa é importante divertir-se pelo prazer que lhe proporciona. Ela fica feliz em aproveitar a vida.

Quadro 6.1 – Significados atribuídos aos termos do PQ 21 durante a validação semântica.

A apresentação do PQ 21 para estas pessoas mostrou que a aplicação do instrumento em forma de entrevista exige a repetição dos termos “para esta pessoa é importante...”, isto deixou mais claro para os respondentes que a frase mencionada não é uma verdade absoluta e sim o valor de alguém a quem o sujeito deve se comparar.

Outro fato observado diz respeito aos significados atribuídos. Estes nem sempre foram semelhantes à real conotação do item, estabelecida teórica e empiricamente por Schwartz (2004) no IVS, nem por Tamayo no PQ ou no PQ 21. Nestes casos, optou-se por substituir os termos originais por outros que os respondentes consideraram ter significados semelhantes aos termos utilizados pelo PQ 21. Porém, naqueles casos em que a compreensão foi exata, optou-se por deixar os termos originais deste instrumento.

6.2 ANÁLISES DESCRITIVAS DOS VALORES

Tipos motivacionais

A análise dos histogramas de cada tipo motivacional (*apêndice II*) mostrou que apesar dos tipos: realização e estimulação, apresentarem a maior concentração de sujeitos no ponto médio da escala, nem mesmo estes valores possuem uma distribuição normal dos resultados, ou seja, nenhum dos dez tipos apresenta distribuição uniforme das respostas em torno do ponto médio da escala.

Apesar da normalidade da distribuição dos dados ser um pressuposto para inúmeras análises multivariadas, a distribuição assimétrica encontrada nos histogramas foi um dado bastante positivo e desejável para o presente trabalho, já que confirmou o agrupamentos dos indivíduos conforme diferentes valores, por vezes contraditórios, o que explicou os conflitos observados no contexto estudado.

Este dado pôde ser corroborado pelos boxplot de cada tipo motivacional (*apêndice II*) que mostraram a existência de *outlier* em praticamente todos eles, sendo que os tipos motivacionais: universalismo e benevolência não puderam ser caracterizados como observações atípicas propriamente ditas, visto que as respostas destes casos se aproximam da média das respostas dos outros sujeitos.

Os dados gráficos puderam ser melhor compreendidos quando analisados descritivamente. A Tabela 6.2 apresenta a distribuição decrescente da média, mediana e do desvio-padrão de cada um dos dez tipos motivacionais.

Tipo motivacional	Média	Mediana	Desvio-padrão
Benevolência	5,70	6	0,52
Universalismo	5,70	6	0,44
Segurança	5,17	5,50	1,07
Conformidade	5,13	5,50	1
Tradição	4,63	5	1,14
Hedonismo	4,57	5	1,20

Auto-direção	4,37	4,50	1,25
Estimulação	3,84	3,50	1,24
Realização	3,75	3,50	1,34
Poder	2,15	1,50	1,39

Tabela 6.1 – Análises descritivas dos 10 tipos motivacionais de Schwartz.

O gráfico 6.1 mostra que os tipos motivacionais se distribuem em um *continuum* decrescente de importância que se inicia com “universalismo” e termina em “poder”, sendo este considerado o menos importante pela amostra.

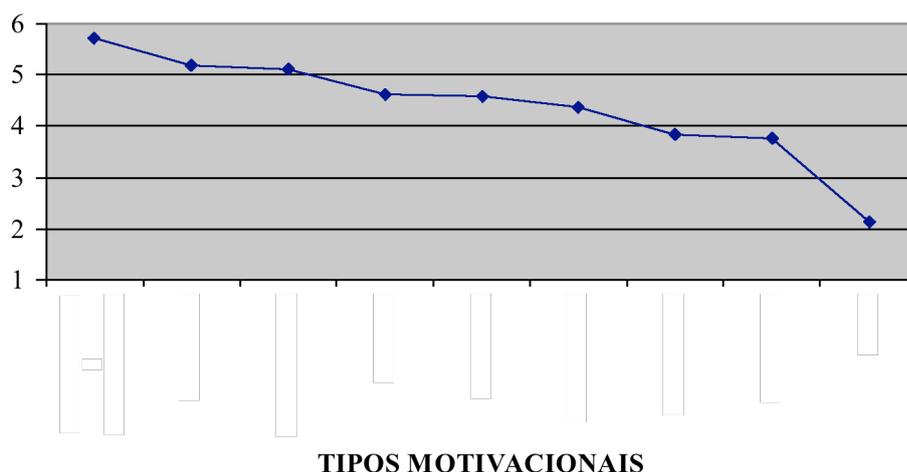


Gráfico 6.1: Distribuição decrescente de importância atribuída aos tipos motivacionais.

Os resultados dessa análise descritiva confirmaram os dados obtidos nas análises exploratórias gráficas, ou seja, as pessoas desses dois municípios valorizam: a benevolência, o universalismo, a segurança, a conformidade, a tradição, o hedonismo e a auto-direção. Apesar de apresentarem médias baixas, observa-se que a realização e a estimulação também tendem a ser valorizados. O único tipo motivacional que realmente não é valorizado pela amostra é o poder. Algumas ressalvas fazem-se necessárias.

Os resultados do tipo motivacional **universalismo** mostraram que as observações que apareceram no boxplot (*apêndice II*) separadas do restante da amostra não interferiram no resultado.

No caso do tipo motivacional **poder** o alto desvio padrão pode estar associado aos casos de *outlier*.

Os resultados do tipo motivacional **realização** a média e mediana, embora tenham sido bastante próximas, não foram suficientemente altas para que se possa afirmar que as pessoas destes municípios valorizam o sucesso pessoal por meio de demonstração de competência, a ambição, o sucesso pessoal, a capacidade, a influência sobre outras pessoas, a inteligência, o auto-respeito e o reconhecimento social. O item que sofreu alteração na validação semântica e passou a trazer em sua redação a valorização dos bens materiais e da autoridade sobre as pessoas, pode ter contribuído para abaixar a média e a mediana deste tipo motivacional. Este dado aponta para a necessidade de realizar nova análise multivariada e verificar se este item continua dentro desse tipo motivacional. Aponta, ainda, para a necessidade de verificar se a redação sugerida para este item foi a mais adequada.

No caso do tipo motivacional **estimulação** a média e mediana também não foram suficientemente altas para se afirmar que as pessoas desses municípios valorizam a mudança, a excitação, a novidade e o desafio. Este fato pode estar associado ao significado atribuído pelos sujeitos aos termos utilizados no item, o que aponta para a necessidade de novas adaptações da redação do item.

Valores de 2ª ordem

A análise dos histogramas (*apêndice II*) mostra que com exceção do valor “abertura à mudança”, que tendeu à distribuição normal das respostas, os outros valores de segunda ordem mostraram concentrações nos pontos extremos da escala.

Os boxplot (*apêndice II*) apresentaram um único caso de observação atípica no valor “auto-transcendência”. Mas na verdade, este não se caracteriza como tal, visto que sua resposta se aproxima da média e da mediana da amostra.

Com isso, observa-se que a amostra tendeu a aumentar a sua homogeneidade conforme foi sendo agrupada em graus mais abrangentes de valores. A análise descritiva dos dados confirmou tal argumento.

Os valores apresentaram os escores mostrados na Tabela 6.3.

Valor de 2ª ordem	Média	Mediana	Desvio-padrão
Auto-transcendência	5,70	5,75	0,37

(continua)

Valor de 2ª ordem	Média	Mediana	Desvio-padrão
Conservação	4,98	5,25	0,81
Auto-promoção	2,95	2,75	1,10
Abertura a mudanças	4,26	4,33	0,84

Tabela 6.2 – Análises descritivas dos valores de segunda ordem sugeridos por Schwartz.

Os dados apresentados na tabela confirmam os resultados obtidos nas análises dos dez tipos motivacionais. As altas médias e medianas dos valores: auto-transcendência, conservação e abertura a mudanças mostram que as pessoas dos dois municípios de fato valorizam os tipos motivacionais agrupados em cada um deles.

Os dados do gráfico 6.2 corroboraram os resultados relativos aos tipos motivacionais, visto que o valor “auto-transcendência” apareceu como o mais importante, seguido por “conservação”, “abertura a mudanças” e “auto-promoção”. Tais dados apontam para o fato de que a amostra tende a atribuir mais importância aos valores coletivistas.

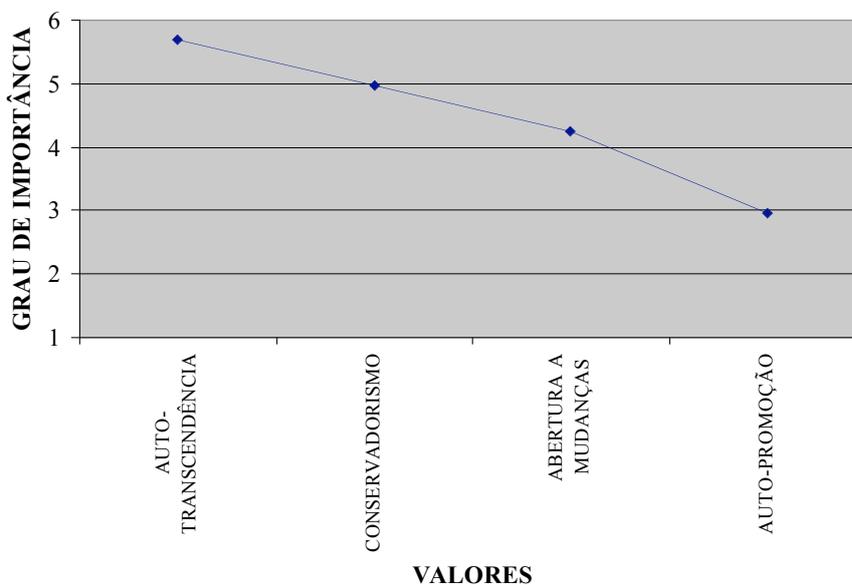


Gráfico 6.2: Distribuição decrescente de importância atribuída aos valores de segunda ordem.

6.3 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA E CAPITAL SOCIAL

Assim como ressaltado por diversos autores que estudaram os valores e o capital social, as características da população estudada são de extrema relevância, visto que têm o poder de influenciar a priorização de valores, a emergência de conflitos e congruências entre tais valores e a formação e manutenção do capital social.

A análise descritiva dos dados mostrou que a **idade** média da amostra foi de quarenta e cinco anos e é composta por **homens** (77% da amostra). Este dado condiz com o fato de ser uma comunidade que valoriza a tradição, já que ainda são os homens mais velhos os ocupantes dos cargos de representação dos seus segmentos.

Em relação ao **nível de instrução**, observou-se que 6,8% da amostra não possui escolaridade, 31,8% possui o 1º grau incompleto, 4,5% o 1º grau completo, enquanto que 4,5% possui o segundo grau incompleto, 20,5% o segundo grau completo, 6,8% possui o 3º grau incompleto e 25% o terceiro grau completo. Tais dados mostram que mais da metade da amostra possui um bom nível instrucional. Além disso, durante as entrevistas, observou-se que mesmo aqueles com baixo nível instrucional e com poucas informações sobre a APA, possuem capacidade crítica acerca dos processos políticos e econômicos que permeiam os acontecimentos municipais, por exemplo, a implementação desta UC. Inclusive, manifestaram bastante interesse por informações acerca daquilo que possa afetar sua subsistência.

De fato, o baixo nível instrucional não pode ser associado à baixa capacidade crítica. Ele pode apenas indicar dificuldade no entendimento de questões técnicas e legais que exigem graus mais elevados de conhecimento como, por exemplo, a linguagem técnica utilizada pelos consultores responsáveis pelo plano de manejo e constituição do conselho e ainda a linguagem e funcionamento dos instrumentos legais utilizados durante a criação e implementação da APA.

Os dados sobre **local em que mora** mostraram que 60% da amostra moram na sede municipal e 40% na zona rural. Apesar disso, muitos dos que moram na sede são produtores rurais, dado que pode ser confirmado pelas **ocupações** dos sujeitos: 31% são funcionários do governo municipal; 25% são produtores rurais e 11,4% são políticos e produtores rurais.

Estes dados confirmam aqueles que foram apresentados no capítulo 4, ou seja, que as atividades que movimentam a economia dos municípios são os empregos da prefeitura e a produção rural.

Observou-se que 18,2% da amostra **recebem algum benefício** do programa *Fome Zero*. Ressalta-se, porém, que alguns destes que recebem tais benefícios são funcionários da prefeitura.

Em relação à divulgação da APA, os dados mostraram que 77,3% sabem ou **ouviram falar sobre a APA**, sendo que 57,6% destas pessoas receberam informações quando se iniciaram os processos de elaboração do plano de manejo e constituição do conselho. Apenas 27,2% sabiam sobre a APA antes de iniciar este processo e destes apenas 6,8% **participaram da criação da APA**.

Daqueles que receberam alguma informação, 36,4% **foram informados** pela AGMA e pela Boursheid; 13,7% pelo governo municipal; 6,8% pelo sindicato rural; 6,8% por amigos ou familiares; 4,6% pela ACTP; 4,5% pela empresa mineradora e pelo INCRA na passeata que foi realizada em Teresina. Apenas 4,5% da amostra havia sido informada por algum membro do conselho da APA.

A respeito da **participação das pessoas no processo de implementação da APA**, 20,5% da amostra ajudaram no levantamento de dados para a elaboração do plano de manejo e 38,6% participaram das reuniões para a formação do conselho consultivo da APA. Dado que se reflete no fato de 61,4% não saberem se estão ou não representados no conselho formado. É importante ressaltar que mesmo as pessoas que participaram das reuniões estão incluídas neste último percentual.

Em relação ao **significado da APA**, 83,9% da amostra consideram que a APA não representa aumento de segurança. Para 58,1% porém, ela representa proteção ambiental. Para 61,3% a APA não representa oportunidades de desenvolvimento social e econômico. Dado que é corroborado pelos 64,5% que consideram que a APA representa restrição e proibição às atividades praticadas no território.

Capital social

A análise qualitativa mostrou que, em relação às normas que têm regido a criação e implementação da APA, 70% da amostra considera **necessário ser muito cuidadoso em negociar** com os responsáveis por este processo, sejam estes ligados: ao conselho da APA, aos governos municipal e estadual; à TSN à Boursheid. Isto porque, 55% da amostra considera que, no momento de elaborarem essas normas, **as pessoas têm sido egoístas** e não têm levado em consideração as necessidades da população. Consideram que cada parte

defende seus próprios interesses e todos impõem regras de “cima para baixo” sem consulta à população ou estudo do contexto.

Somam-se a estes resultados os dados que apontam para o fato de que 63% da amostra consideram que o governo municipal não **ouve a opinião da comunidade** quando vai elaborar regras, leis e políticas públicas. 74% consideram o mesmo em relação ao governo estadual.

Apesar disso, 50% da amostra consideram que as **normas são justas**.

Os resultados mostraram ainda que 90% daqueles que fazem parte de algum conselho, associação, sindicato, ou outro grupo, afirmam **participar das decisões** tomadas por seu grupo.

Em relação ao suporte oferecido pelos governos municipal e estadual, a amostra se manifestou mais satisfeita com o suporte municipal, ainda que o considere precário. 56%, por exemplo, consideraram que o governo municipal consegue **fornecer à população todos os serviços** que deveria (ambulância, profissionais de todas as áreas, transporte da zona rural para a zona urbana para que a população recolha seus benefícios, estradas, iluminação pública, policiamento etc). Por outro lado, apenas 25% acham o mesmo em relação ao governo estadual.

Apesar da maior parte da amostra considerar que o governo municipal consegue fornecer todos os serviços que deveria e de 76% se sentir seguro no município onde mora, 72% afirmaram que a **segurança** que desfrutam não é proporcionada por ele e sim pela população. De fato, 60% da amostra consideram que as pessoas do seu município **costumam ser voluntárias** com as demais. Este dado corrobora aquele que caracterizou as pessoas dos dois municípios enquanto benevolentes.

Enquanto 58% da amostra considera que o governo municipal atende quando a **população solicita**, apenas 26% têm a mesma opinião em relação ao governo estadual. Apesar de se sentirem atendidos ao menos pelo governo municipal, apenas 37% da amostra considera que este procura saber do quê a **comunidade está precisando** e 24% afirmam o mesmo em relação ao estadual.

Os resultados mostram que mais de 50% das pessoas dos dois municípios **confiam** apenas nas próprias famílias e nos vizinhos. Menos de 40% confiam nas pessoas que estão envolvidas com a implementação da APA do Pouso Alto: pessoas que fazem parte do

conselho da APA, pessoas dos governos municipal e estadual e pessoas que trabalham para as duas empresas, TSN e Boursheid.

Estes dados refletem o fato de apenas 42% da amostra considerarem os membros do conselho da APA e do governo estadual **honestas**; 23% considerarem as pessoas da TSN honestas e 20% considerarem as pessoas da Boursheid. A única instituição considerada honesta pela maioria da amostra, 55%, foi o governo municipal. Cabe lembrar que a maioria da amostra trabalha para a prefeitura, logo se incluem nesta avaliação de honestidade.

Apesar das avaliações negativas em relação à honestidade, quando questionados a respeito da competência das instituições, 67% da amostra considerou os membros do conselho da APA **competentes**, 57% considerou o governo municipal competente e 55% considerou o governo estadual competente e apenas 33% consideraram a TSN e a Boursheid competentes.

Neste ponto há de se fazer uma ressalva. 35% da amostra não conhecem as pessoas que fazem parte do conselho da APA, 14% não conhecem o governo estadual, 64% não conhecem a TSN e 67% não conhecem a Boursheid. Muitas destas pessoas atribuíram suas avaliações negativas a respeito da honestidade dessas instituições ao fato de desconhecerem seus membros. Este desconhecimento, porém, não influenciou negativamente a avaliação da competência, pois segundo muitos dos respondentes é necessário ser competente para ocupar um cargo dentro dessas instituições.

7. DISCUSSÃO

Este capítulo será dedicado à sistematização e discussão dos resultados obtidos. Estes serão confrontados com o arcabouço teórico utilizado e com as características da região estudada.

7.1 VALORES E CAPITAL SOCIAL

Conforme visto anteriormente, os valores e o capital social estão intimamente relacionados. Enquanto a importância e a prioridade atribuídas aos valores são influenciadas pelas relações sociais, os valores são determinantes, dimensões e conseqüências da existência do capital social.

As discussões de vários autores apresentadas ao longo deste trabalho mostraram não apenas haver estreita relação entre os conceitos, mas também muita semelhança entre eles. Tanto os valores quanto o capital social podem ser avaliados a partir da dimensão individual ou coletiva. Ambos dependem das relações sociais para terem sentido e se manifestarem. Além disso, tanto um quanto o outro pode favorecer ou prejudicar essas relações. Finalmente, ambos são influenciados pelas variáveis situacionais e pelas características dos sujeitos presentes nestas situações.

Em se tratando das dimensões individual e coletiva, Tamayo (1993) identificou a tendência coletivista dos valores de autotranscendência e de conservação naquelas sociedades em que existem obrigações e expectativas recíprocas entre todos os membros dos grupos primários: família, vizinhos e colegas de trabalho. Já a tendência individualista dos valores de autopromoção e de abertura à mudança foi identificada pelo autor naquelas sociedades em que as obrigações e expectativas são restritas a alguns membros nucleares de cada um desses grupos.

Observa-se que o capital social está presente tanto nas sociedades descritas por Tamayo como coletivista quanto nas individualistas, porém o seu aumento é favorecido pelos valores de autotranscendência e de conservação. Isto porque, a sociedade coletivista tende a dar importância aos seus determinantes e dimensões: a segurança, a reciprocidade, o senso de pertencimento, a solidariedade, as normas, a afiliação, o bem-estar das outras pessoas e da natureza, a justiça social e a igualdade.

No contexto estudado, observou-se que, se por um lado as pessoas apresentam uma tendência coletivista por esperarem a solidariedade e voluntarismo de todos os demais, inclusive de quem não mora no município; por outro lado, essas pessoas também manifestam uma tendência individualista, evidenciada em seus vínculos e suas relações de confiança restritas a poucos grupos. Com isso, evidencia-se a dinâmica e a barganha dos valores, ou seja, a co-existência de todos eles e a priorização de cada um conforme a força do capital social ou da relação que se estabelece.

Com relação ao caráter relacional dos valores e do capital social, Tamayo (1993) lembra que é a partir da socialização que o indivíduo aprende maneiras socialmente aceitas de expressar suas necessidades e metas. Weber (apud Woolcock, 1998), por sua vez, apontou para os vínculos sociais como um dos determinantes da existência do capital social, já que são eles que estabelecem as normas e sanções. Além disso, é a partir dos vínculos que indivíduos e grupos recebem o suporte oferecido pelos seus semelhantes, ou seja, por aqueles que compartilham valores, prioridades e objetivos.

A contextualização e a pesquisa feitas por este estudo mostraram que atitudes como a formação da ACTP, a passeata em Teresina de Goiás e a associação de muitos produtores rurais aos sindicatos rurais foram formas que a população encontrou para estabelecer vínculos que oferecessem suporte, que ensinassem as maneiras adequadas de expressão de seus valores e ainda oferecessem respaldo e garantias para suas ações por meio das normas e sanções de cada grupo.

A respeito do favorecimento e dos prejuízos que os valores podem trazer para as relações sociais, cabe destacar as dinâmicas de conflitos e congruências que podem existir dependendo da importância e da prioridade atribuída a cada tipo motivacional. Em relação ao capital social, Putnam e Woolcock, (1998) afirmaram que, se por um lado o excesso de normas inibe o desenvolvimento e o crescimento social e econômico, por outro, a falta de suporte e confiança fragiliza a sociedade e o indivíduo diante das intervenções do Estado e dos conflitos de interesse.

Neste ponto, cabe destacar que medidas como a do “*Corte Zero*” e da ampliação do Parque foram consideradas como inibidoras do desenvolvimento social e econômico. A maneira como foi elaborado o plano de manejo e constituído o conselho também foi considerada como inadequada. Por conta disso, a relação de confiança entre a comunidade local e o Estado ficou fragilizada.

Esta relação de confiança, porém, é necessária para o engajamento e comprometimento da comunidade com as ações de implementação da APA. Sua ausência deu lugar a diversos conflitos entre os valores priorizados por cada segmento (comunidade local, governos estadual e municipal, TSN e Boursheid). Com isso, a possibilidade desta unidade de conservação ser considerada como uma oportunidade de desenvolvimento e, de fato, promover mudanças voltadas para este desenvolvimento, ficou prejudicada.

Finalmente, em relação às variáveis situacionais e características dos sujeitos, Tamayo (1993) lembra que o grau de desenvolvimento cognitivo do indivíduo influencia sua capacidade de expressar conscientemente seus valores. Considerando que este desenvolvimento cognitivo compreende não apenas o nível instrucional do indivíduo, mas também sua capacidade de análise crítica das situações pode-se afirmar que a amostra deste estudo, possui um nível razoável de desenvolvimento. Observou-se que apesar do baixo nível instrucional de alguns destes indivíduos, muitos demonstraram nas entrevistas um posicionamento crítico e de insatisfação em relação à forma com que as decisões tem sido tomadas, isto é, pelos grupos mais instruídos com poder normativo maior que impõe suas decisões de “cima para baixo”. O baixo nível instrucional, portanto, pode estar apenas dificultando a manifestação desta insatisfação e dos conflitos internos da própria comunidade, ou seja, conflitos entre os interesses de seus subgrupos (grandes produtores, pequenos produtores, comerciantes, governo municipal).

Schwartz (2004) também mostrou que as circunstâncias da vida não só influenciam a prioridade e a importância de cada valor, como também são influenciadas por eles, ou seja, os valores priorizados em determinada circunstância influenciam o desenvolvimento de habilidades específicas e as escolhas sociais, políticas, econômicas e religiosas que, por sua vez, serão a representação de uma nova circunstância. De fato, a priorização dos valores individualistas fez com que muitos fossem contrários à APA e brigassem para ser representados no conselho e assim garantir a defesa de seus interesses. Por outro lado os valores coletivistas determinaram a associação de diversos municípios, por exemplo, na passeata de Teresina e nas ações da ACTP.

Essa associação dos municípios evidenciou a influência das variáveis situacionais e das características dos sujeitos sobre o ambiente institucional. O gênero, a idade, a religião, o nível educacional e socioeconômico, as atividades de subsistência e a distribuição espacial dos atores determinaram a formação dos grupos e suas normas, o fluxo de informações entre os atores de determinado cenário, o acesso e o uso dos recursos presentes neste cenário

(Rogers and Kincaid, 1981; Rogers, 1995; Valente, 1995; Valente et al., 1997; Boulay and Valente, 1999; Kincaid, 2000; Watts, 2003 apud Mertens et al, 2005 e Lin, 1999).

7.2 VALIDAÇÃO SEMÂNTICA DO PQ 21

Alguns dos termos que, para a amostra utilizada por Tamayo (no prelo) na validação do PQ 21, tiveram um significado, para a amostra de produtores rurais residentes no interior dos municípios, tiveram outro significado.

Aqui cabe lembrar que a diferença de significado não implica na inexistência dos tipos motivacionais, mas sim na diferença de importância e prioridade atribuída a cada valor e, conseqüentemente, na diferença de dinâmicas de conflito e congruência observada entre os tipos motivacionais.

Alguns termos merecem destaque por terem apresentado as mais diferentes conotações e por fazerem parte de itens que geraram os resultados menos significativos. Acredita-se que a diferença de significação pode estar indicando que, para amostras de produtores rurais, os itens podem ter um diferente agrupamento por valores, ou seja, alguns itens podem ter passado a investigar um valor diferente daquele sugerido pela resolução estatística obtida na validação do PQ 21 realizada por Tamayo (no prelo). Desta forma, destacaram-se:

“Divertir-se” está associado ao trabalho;

“Bem-sucedida” significou possuir “bens materiais” e “autoridade”. Tais termos, por sua vez, estão ligados ao tipo motivacional poder e não realização;

“novidade” e a “mudança” estão condicionadas ao conhecimento das conseqüências, visto que não podem significar arriscar o pouco que possuem;

“arriscar-se” implica em colocar em risco o pouco que possui para a subsistência da família.

Sugere-se a realização de análises estatísticas mais complexas para verificar se os itens que possuem estes termos continuam relacionados aos valores sugeridos pela validação de Tamayo (no prelo) mesmo em amostras de produtores rurais. Isto porque, a modificação dos termos pode ter provocado um impacto nas análises empíricas. Desta forma, um item que media determinado valor, depois das modificações propostas pela validação semântica, pode ter passado a se agrupar a outros itens. Por exemplo, o item que teve o termo “bem-sucedido” trocado pelos termos “possuir bens materiais e autoridade” pode ter deixado de medir

realização e ter passado a medir poder. Por isso, recomenda-se que novas análises multivariadas sejam feitas a fim de verificar a divisão dos itens por tipo motivacional.

7.3 ANÁLISES DESCRITIVAS E APLICAÇÃO DO PQ 21

Uma das razões para a aplicação do instrumento em forma de entrevista foi a possibilidade que esta ofereceu de esclarecer dúvidas que porventura surgissem em relação à sua utilização. A entrevista possibilitou apresentar exemplos a partir da realidade vivida pelo indivíduo, o que facilitou a compreensão de determinados itens e, conseqüentemente, sua resposta (Günther, apud Pasquali, 1999). De fato, observou-se que a entrevista serviu como estímulo para a discussão e a contextualização de diversos temas abordados pelos itens do instrumento ou mesmo daqueles não abordados por ele.

Corroborando Günther (apud Pasquali, 1999), as principais desvantagens da entrevista foram a dificuldade em utilizar a escala *Likert* do PQ 21, o alto custo para o deslocamento e o encontro com cada indivíduo e o grande tempo investido. De fato, as pessoas tinham dificuldade em decorar todas as opções de resposta da escala. Além disso, a extensão territorial dos municípios era bastante grande e com localidades de difícil acesso, por conta do mal estado das estradas.

Por conta do tempo exigido nas entrevistas e do curto período de permanência em campo, a amostra ficou bastante reduzida. Mesmo assim ela pode ser considerada representativa, visto que foi possível entrevistar representantes de praticamente todos os segmentos comunitários relevantes, inclusive as pessoas que foram eleitas ou indicadas para o conselho da APA. Foram deixados de fora apenas aqueles que não estavam presentes nos municípios e aqueles que se recusaram a participar da pesquisa.

A amostra também não contou com representantes da AGMA, TSN e Boursheid. Este fato pode ter limitado o entendimento de alguns dos conflitos apresentados no quarto capítulo, já que para compreendê-los seria necessário identificar as prioridades desses setores, não apenas da população local. Desta forma, seria possível confirmar ou não as impressões da amostra acerca da divergência de valores dos responsáveis pela implementação da APA. as combinações de valores de cada um dos segmentos presentes no cenário estudado. Ainda assim, a análise da relação entre os valores pessoais e coletivos da amostra obtida ofereceu uma grande contribuição para a área, já que nenhum estudo havia sido feito utilizando o PQ 21 com população do meio rural, muito menos em um contexto de implementação de uma unidade de conservação.

Mesmo com as limitações encontradas, muitos dos resultados alcançados com a aplicação do PQ 21 foram corroborados pelo levantamento das características da amostra e do capital social. Na verdade, estes dados explicaram a priorização de cada um dos tipos motivacionais valorizados pela amostra.

Tipos motivacionais

Os *outlier* encontrados nas análises exploratórias gráficas, apesar de serem poucos e parecerem inexpressivos para a amostra, podem estar confirmando a suspeita de existência de outros grupos. O que indica para estudos futuros a necessidade de ampliação da amostra e análise dos casos separadamente.

Em relação à coleta de dados, observou-se que mesmo com as dificuldades encontradas na aplicação do PQ 21, foi possível descrever os valores da amostra e compreender muitos dos conflitos observados durante o processo de implementação da APA. Observou-se que muito do que é importante e priorizado pelos cidadãos dos dois municípios condiz com os propósitos da APA e, no entanto, foi frustrado ou desprezado durante a implementação dessa unidade de conservação, já que não era importante e priorizado pelos responsáveis por este processo.

Com isso, os resultados conseguiram evidenciar as dinâmicas de conflito e congruência presentes na estrutura axiológica descrita por Schwartz (2004). Os tipos motivacionais considerados mais importantes e prioritários para a amostra encontram-se exatamente na porção contrária daqueles priorizados pelos responsáveis pela implementação da APA.

Além disso, percebeu-se que, apesar de atribuírem importância a muitos dos tipos motivacionais, muitos sujeitos não os manifestam em seus comportamentos. Este dado apenas corrobora a teoria de Schwartz (1992) e Feather (1995) que afirmam que o desempenho de um comportamento depende da avaliação das conseqüências que este pode gerar. Corrobora ainda as teorias comportamentais, que apontam para uma lacuna entre a intenção e a ação propriamente dita, o que tem desafiado os pesquisadores interessados no comportamento ecológico.

Em relação aos tipos motivacionais **universalismo** e **benevolência**, as suas classificações como os primeiros em termos de importância traduzem a grande preocupação da amostra com o bem-estar social, com o respeito, com a igualdade e com a justiça, necessidades que, na opinião dela, não receberam a atenção e priorização merecidas, o que foi motivo de conflito, já que muitos entenderam que a APA, apesar de seus propósitos, estava

desprezando totalmente as graves carências sociais e econômicas sofridas pela população local.

Os resultados para o tipo motivacional **segurança** mostraram que, apesar da amostra atribuir a ele o segundo lugar na escala decrescente de importância, ela alegou não estar recebendo suporte por parte do governo municipal e estadual, o que explica os conflitos relativos a esta temática. Muitos alegaram ainda que tiveram sua segurança de subsistência ameaçada pelo “*Corte Zero*” e que apesar de enfrentarem sérias carências sociais e econômicas são punidos pelas ações dos outros, tais como o empreendimento da TSN e as produções agropecuárias dos municípios das outras regiões do Estado. Este conflito é explicado também por Maslow (1943), que aponta como a segunda maior necessidade humana a de segurança. Esta não só não tem sido suprida como ainda tem sofrido a ameaça de ser reduzida.

O terceiro lugar na escala decrescente de importância atribuído ao tipo motivacional **conformidade** mostrou que a população local valoriza as restrições de tudo aquilo que prejudique o grupo, o que é uma forma de manter a segurança dele. Valoriza ainda a manutenção daquilo que o grupo considera ser positivo para o bem estar coletivo. O que justifica as inúmeras reclamações feitas em relação ao plano de manejo e ao “*Corte Zero*”, já que as restrições destes documentos não estariam respeitando as opiniões e funcionamento da comunidade, o que agravaria a situação de carência vivida por esta população.

Em relação ao tipo motivacional **tradição**, o seu quarto lugar na escala decrescente de importância explica a insatisfação em relação às propostas de inovação associadas à implementação da APA. Ainda que tais propostas, na opinião dos responsáveis pela implementação desta unidade de conservação, representem a melhoria de vida da população associada à proteção ambiental, na opinião da amostra, elas representam o rompimento com as práticas tradicionais tão valorizadas por eles. Ou seja, as alternativas econômicas apresentadas pelo governo estadual exigem o abandono de práticas tradicionais mantidas há gerações.

O quinto lugar na escala decrescente de importância alcançado pelo tipo motivacional **hedonismo** traz um dado novo, visto que na validação semântica o prazer foi associado ao trabalho e não à gratificação sexual como apontado pela teoria de Schwartz (1992). Este dado pode estar sugerindo a necessidade de uma nova adaptação semântica ou mesmo de uma nova análise que permita verificar se os itens continuam agregados e representando o tipo motivacional “hedonismo”. O que já foi possível observar foi que essa associação com o

trabalho não ofereceu ao hedonismo o mesmo grau de importância atribuído ao tipo motivacional “segurança”, também associado ao trabalho, visto que este último está relacionado à subsistência do indivíduo e não ao prazer.

O tipo motivacional **auto-direção** apesar de ter sido considerado o sexto em ordem decrescente de importância, ainda apresentou relativa importância, o que foi motivo para alguns conflitos relativos à autonomia da população. Estes conflitos estão intimamente relacionados ao fato da população ter se sentido desrespeitada e injustiçada, necessidades representadas pelos tipos motivacionais “universalismo” e “benevolência”, primeiros na escala de importância. De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, a amostra considera que os responsáveis pela implementação da APA têm imposto decisões de “cima para baixo” desconsiderando as opiniões, necessidades e vontades da população local, o que retira totalmente o controle, a dominância, a autonomia, a independência e a liberdade desses indivíduos sobre seu próprio território e sobre suas próprias atividades produtivas.

O sétimo lugar na escala decrescente de importância foi o tipo motivacional **estimulação**. Ao contrário daqueles considerados mais importantes, este também desencadeou conflitos no sentido em que ele está associado à novidade e, na opinião da amostra, esta novidade, quando não acompanhada de exemplos de casos bem sucedidos, pode representar risco. Considerando-se que as propostas e alternativas apresentadas pelo governo estadual representaram novidades e não ofereceram garantias ou segurança, tipo motivacional diretamente oposto e valorizado pela amostra, compreende-se a resistência que esta demonstrou e os conflitos que daí surgiram.

Em relação ao oitavo tipo motivacional na escala decrescente de importância, **realização**, cabe lembrar que a validação semântica pode ter modificado seus escores finais e, conseqüentemente, seu grau de importância. Este fato pode estar apontando para a necessidade de reavaliar a redação utilizada nos seus itens, bem como, a representatividade desses em relação ao tipo motivacional que deveriam medir. De qualquer forma, a baixa importância atribuída à “realização” não desencadeou conflitos, apenas algumas críticas por parte da amostra, que considera não ter havido valorização do conhecimento e das habilidades da população local por parte da AGMA, que preferiu contratar consultores de outros Estados e regiões para descreverem a região.

Finalmente, o tipo motivacional que ocupou o último lugar na escala de importância, o **poder**, mesmo sendo considerado pouco importante pela amostra, predissem algumas das reclamações descritas nas entrevistas. Observou-se que apesar da população local não

valorizar o status social, o prestígio e a autoridade, críticas foram feitas em relação à postura do governo estadual, que, na opinião de muitos, não ofereceu o mesmo prestígio oferecido a outras regiões do Estado ou mesmo à TSN. Este dado condiz com a máxima importância atribuída aos tipos motivacionais “universalismo” e “benevolência” já que a falta de prestígio, na opinião de muitos, foi responsável por muitas injustiças, como por exemplo o “corte zero” e ainda pela falta de respeito e consideração em relação à opinião, às tradições e necessidades da população.

Valores de segunda ordem

Em relação aos valores de segunda ordem, observou-se que, assim como a concepção da APA que prioriza os valores coletivistas, a amostra também mostrou priorizar estes valores, já que os dois valores considerados mais importantes foram os de auto-transcendência e conservação. Porém, a aparente priorização dos valores individualistas, “abertura à mudança” e “auto-promoção”, por parte dos responsáveis pela implementação desta unidade de conservação mostrou ter relação direta com os conflitos observados durante a elaboração do plano de manejo e constituição do conselho consultivo.

De fato, a maior importância atribuída aos valores de auto-transcendência e conservação, condiz com a distribuição dos tipos motivacionais na escala decrescente de importância apresentada anteriormente. Essa confirmação dos dados reforça os argumentos relativos aos tipos motivacionais e que explicam os conflitos observados durante a implementação da APA.

7.4 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA E CAPITAL SOCIAL

Observou-se que, assim como afirmado por Schwartz (1992), muitas das características da amostra, de fato, influenciaram a importância atribuída pela amostra a cada um dos dez tipos motivacionais. Da mesma forma, a aparente desconsideração dos valores priorizados pela amostra por parte dos responsáveis pela implementação desta unidade de conservação, enfraqueceu as relações necessárias para a existência de um forte capital social.

Observou-se, então, que as preocupações com as questões sociais e restrições impostas pelo plano de manejo e pelo “*Corte Zero*” foram agravadas pelo fato do sustento da população ser proveniente, basicamente, da produção rural e dos empregos cedidos pela prefeitura.

Em relação aos determinantes do capital social, observou-se que a amostra considerou não ter havido solidariedade por parte do Estado em relação ao suprimento de suas

necessidades, já que o “*corte zero*” e as outras restrições que adviriam da APA agravaria a carência vivida pela população. A amostra considerou ainda que o fato do conselho ser consultivo, das decisões virem de “cima para baixo” e de faltar prestígio para a região retirou a possibilidade de empoderamento e diminuiu o senso de pertencimento dessa população. Finalmente, a falta de informação e esclarecimento dos objetivos, procedimentos e conseqüências da implementação da APA prejudicaram a comunicação entre os diversos setores pertencentes a esta UC. Todos estes fatores reunidos explicam o motivo do frágil capital social observado, já que seus determinantes inexisteram ou existiram de forma precária.

O fato de não ter sido possível verificar a presença de todas as dimensões do capital social está diretamente ligada a esta ausência e precariedade dos seus determinantes. Notou-se, por exemplo, que os vínculos e relações de confiança dos membros da amostra são restritas a poucos grupos. Isto porque medidas como o “*Corte Zero*”, a ampliação do Parque, a elaboração do plano de manejo e a constituição do conselho consultivo provocaram tanto e tamanho prejuízo que as relações de confiança foram desrespeitadas minando a sua existência. A aparente falta de atenção e consideração do governo estadual e municipal às opiniões e necessidades da população, por sua vez foram responsáveis pela diminuição da sensação de segurança e de engajamento governamental.

Muitos cidadãos dos municípios ficaram com a impressão de que os responsáveis pela implementação da APA estariam sendo egoístas e desonestos, visto que só estariam preocupados com interesses particulares e utilizando a APA como disfarce. Além disso, muitos associaram a APA a restrições e proibições.

Estas e outras atitudes dos responsáveis pela implementação da APA acabaram por prejudicar as relações de confiança, reciprocidade, solidariedade, proximidade e também a execução de normas e sanções, indicadores da existência do capital social (Woolcock, 1998) e da presença de alguns dos dez tipos motivacionais de Schwartz (2004): universalismo, segurança, conformidade, tradição, benevolência e poder.

O prejuízo a estas relações minou o comprometimento dos atores com os comportamentos esperados deles, ou seja, com os comportamentos ligados às conseqüências do capital social, por exemplo o engajamento da população no processo de implementação da APA. Isto porque os indivíduos e grupos consideraram que seus valores prioritários foram frustrados ou desprezados.

Apesar do conselho consulto ter sido criado, a falta de confiança, por parte da amostra nos propósitos dos responsáveis pela criação e implementação da APA, provocou a inexistência de uma rede, ou seja, prejudicou o surgimento de um ambiente institucional baseado nas normas desta UC e formado a partir dos vínculos entre grupos e instituições pertencentes a ela.

Todos estes fatos se refletiram na existência de um frágil capital social no contexto de de implementação desta APA.

7.5 IMPLEMENTAÇÃO DA APA

O caso da APA do Pouso Alto foi um excelente exemplo da relação existente entre os valores e o capital social e da influência desses construtos sobre a participação dos atores dos dois municípios no processo de implementação dessa unidade de conservação.

Desde a sua criação, os cidadãos dos municípios abrangidos pela APA reclamam por não terem seus direitos atendidos. A consulta pública que deveria ter promovido o engajamento do Estado com a comunidade local, por exemplo, foi considerada precária pela população local. Ela alegou que os estudos feitos e a consulta pública não teriam sido suficientes para que se conhecesse as necessidades individuais e coletivas.

A população se sentia prejudicada não apenas por isso, mas também pelas restrições e proibições que esta unidade de conservação traria para as suas atividades econômicas e de subsistência. Ela temia ainda que, assim como aconteceu na implementação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, os moradores lesados não recebessem as devidas indenizações.

Após quase quatro anos em que a questão ficou adormecida, todas as questões vieram novamente à tona. O início da elaboração do plano de manejo da APA e a formação do seu conselho despertaram as mesmas reclamações de outrora. A população local mais uma vez se sentiu lesada por não ter: o engajamento do Estado, o espaço para negociação, por não ter os acordos cumpridos, por não ter sido ouvida, por ter sido prejudicada pelo “*Corte Zero*”, por não ter sido informada com clareza sobre todo o processo e por não receber o devido suporte do Estado para suas necessidades básicas.

Em entrevista, muitos afirmaram que a implementação da APA e do “*Corte Zero*”, assim como a ampliação do Parque, haviam sido medidas estabelecidas de “cima para baixo” para favorecer apenas aqueles grupos que tinham influência normativa maior (Governo

estadual, TSN, Boursheid e organismos internacionais) e aqueles que compartilhavam dos interesses desses grupos.

A falta de informação levou a população local a considerar que o governo Estadual estava recebendo benefícios financeiros de organismos internacionais para criar a APA e que a TSN e a Boursheid estariam favorecendo o governo estadual para também buscarem por benefícios particulares.

Os municípios abrangidos pela APA e pesquisados por este estudo, mostraram se sentir preteridos em relação àqueles das regiões produtivas do Estado. Eles alegaram que a dificuldade em se produzir na região desviava todo o suporte necessário para outras regiões, o que contribuiu para manter o nordeste do estado dentre as áreas menos desenvolvidas social e economicamente.

Observou-se com todos estes dados que aquelas condições necessárias para a existência do capital social não têm sido atendidas. Da mesma forma, não tem havido congruência entre os valores priorizados pelo Estado e pelos grupos locais.

Enquanto a APA tem como objetivo promover a proteção ambiental associada ao desenvolvimento social e econômico local, o Estado não deixa claros os seus objetivos e os grupos locais mostraram ter seus objetivos mais voltados para a proteção das questões sociais e econômicas do que para as questões ambientais, fato este que pode ser compreendido à luz da teoria de Maslow (1943).

Segundo Maslow (1943), as necessidades básicas do ser humano estão organizadas em uma estrutura hierárquica que determina a prioridade de satisfação de cada uma delas. Segundo o autor, as necessidades fisiológicas são as primeiras da lista, seguidas da necessidade de segurança e suporte. A terceira necessidade seria a de afeto e pertencimento. A quarta de auto-estima, estima pelos outros, realização, adequação, confiança, independência, liberdade, prestígio, reconhecimento, atenção, importância e apreciação. E a quinta e última necessidade seria de auto-realização, ou seja, de desempenho das próprias habilidades. Maslow (1943) lembra ainda que as condições para a satisfação dessas necessidades são: liberdade de expressão, conhecimento, liberdade de defesa pessoal, justiça, honestidade, imparcialidade e regularidade.

Tanto as necessidades como as condições apontadas por Maslow (1943) traduzem valores, determinantes, dimensões e conseqüências do capital social. O que se observou no cenário de implementação da APA, porém foi a ausência dessas condições para a satisfação

das necessidades básicas da população. Não apenas a entrevista como também o diagnóstico socioeconômico (Meiçó, 2005) mostraram que os municípios carecem de: saneamento básico, emprego, regularização fundiária, saúde, educação, sistemas de comunicação, estradas e policiamento. Além disso, ainda se sentem preteridos em relação às outras regiões do Estado e afirmam isso mostrando que apesar de estarem na região com a maior parcela de vegetação nativa preservada, possuem os menores IDH do Estado. Diante deste cenário não é difícil entender que a necessidade de colaboração com o processo de implementação da APA esteja muito longe de ser priorizada pela população local.

Cabe aqui lembrar das críticas feitas por Feldman e Gabeira (Mercadante, 2001). Eles afirmaram que o alijamento da população do processo de criação, gestão e planejamento de uma unidade de conservação, bem como a desconsideração da realidade desta população, poderiam ser encaradas como um ato autoritário e injusto provocando a oposição das comunidades envolvidas e, conseqüentemente, efeitos contrários aos objetivos destas áreas.

Apesar destas críticas terem sido feitas à primeira versão do projeto de lei do SNUC e, apesar de sua versão final apresentar um teor mais participativo, o caso da APA do Pouso Alto mostrou que a postura de muitos gestores ambientais ainda não incorporou a devida preocupação e atenção com as questões sociais. Mostrou também que enquanto as necessidades e características de uma população não recebem tanta atenção quanto as questões geológicas e biológicas de um território, pouco se avançará no âmbito da proteção dos ecossistemas.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos na aplicação do PQ 21 mostraram que a amostra tem forte tendência a priorizar os valores coletivistas. Desta forma, ela seria uma amostra auto-transcendente e conservacionista. De uma maneira não tão intensa, a amostra teria também uma tendência individualista visto que seria aberta à mudança. Dados que condizem com os propósitos da APA, mas, aparentemente, não com os propósitos dos responsáveis pela implementação desta UC.

Apesar da implementação da APA se favorecer desses valores, os inúmeros conflitos observados ao longo do processo apontaram para a utilização de estratégias que dão destaque aos valores contrários àqueles priorizados pela população. Isto quer dizer que os responsáveis pela implementação da APA precisam dedicar mais atenção ao conhecimento das necessidades que motivam as ações e atitudes dos indivíduos, ou seja, aos valores que predizem seus comportamentos. Só assim essas pessoas podem negociar com as prioridades da população local e fazer com que os valores coletivos sejam utilizados em prol do desenvolvimento sustentável da região.

Isto não significa que os responsáveis pela APA tenham tido a intenção de gerar conflitos, mas que faltou atenção e conhecimento em relação às prioridades da população local, o que o que minou a confiança, o comprometimento e a motivação desta em relação ao alcance dos objetivos e cumprimento das normas desta UC, já que foram enfatizados os argumentos contrários ao que é valorizado pela população e com isso, ela se sentiu ameaçada em relação ao não suprimento das necessidades representadas pelos tipos motivacionais priorizados por ela.

Com todas estas informações, o trabalho mostrou que o engajamento dos gestores de unidades de conservação com as questões da população local é extremamente importante já que ele proporciona a identificação dos valores priorizados por ela e, conseqüentemente, da força do capital social existente no contexto. Isso diminuí as chances de ocorrência de conflitos aumentando as possibilidades de negociação ou ajustamento das estratégias e normas estabelecidas.

Os resultados deste trabalho mostraram ainda que, se por um lado as características da população determinaram a importância e prioridade atribuídas aos valores, por outro a frustração e o desprezo daqueles valores que refletem as necessidades básicas geram conflitos e o conseqüente enfraquecimento do capital social.

Aos interessados em compreender um contexto relacional recomenda-se, portanto, não apenas observar os valores priorizados por cada indivíduo ou grupo, mas também as dinâmicas de conflito e compatibilidade resultantes dessa priorização. Recomenda-se ainda a observação das características da população e da força do capital social existente. Estes dados permitem observar a relevância de cada valor e também qual a capacidade dos atores lidarem com os conflitos que porventura venham a emergir.

A implementação da APA

O trabalho mostrou que as últimas três décadas do século passado e a década atual foram marcadas por uma mudança de paradigma. A preocupação puramente estética e econômica vem dando espaço a uma preocupação social, na qual os saberes tradicionais vêm sendo valorizados pela sua relevância na manutenção não só das populações como também do ambiente natural.

É importante lembrar que a lei que regulamenta a criação e gestão das unidades de conservação do país existe há menos de uma década. Até então, elas eram criadas por fatores estéticos, momentos políticos favoráveis ou pressões de agências internacionais. Além disso, visava-se apenas o bem-estar e qualidade de vida do ser humano a partir do desenvolvimento econômico imediato.

Foi há apenas seis anos que a consideração dos aspectos técnico-científicos e sociais passaram a ser uma exigência e um pré-requisito no momento de selecionar a área e planejar a unidade de conservação. Ou seja, faz pouco tempo que a sociedade se viu obrigada a pensar a questão ambiental de forma diferente, considerando o bem-estar das populações atuais e futuras não só sob o aspecto do desenvolvimento econômico, mas associando este com o desenvolvimento local e regional capaz de promover social e economicamente as comunidades envolvidas, conforme já havia afirmado Fábio Feldmann (Mercadante, 2001).

Apesar de atualmente todos serem obrigados a seguir a lei do SNUC, ainda há grandes dificuldades para colocá-la em prática, já que ela não estabelece critérios nem métodos para se alcançar suas determinações. Além disso, seu tempo de existência, apenas seis anos de idade, tem se mostrado pequeno para a adoção de uma nova postura por parte da sociedade e dos gestores ambientais ou mesmo para a mudança do panorama sócioambiental. De fato, as discussões, ações e políticas voltadas para as questões ambientais são bastante recentes na história da humanidade. A rapidez e a quantidade dos avanços nesta área não foram acompanhadas de uma mudança no panorama socioeconômico e político brasileiro.

Muitos dos problemas que foram temas de discussão ainda estão presentes nos dias atuais: a presença do capital estrangeiro e as imposições de condicionantes por parte das agências internacionais para financiamento de projetos e programas; a falta de regularização fundiária de muitas das propriedades rurais; a extrema pobreza das populações residentes e circundantes das ou nas próprias unidades de conservação; a carência de recursos humanos e financeiros para a fiscalização destas áreas e a prevalência de interesses privados e imediatistas sobre necessidades coletivas de longo prazo.

Isso tem implicado em dificuldades para incorporar as determinações dos diversos documentos, convenções, leis e acordos firmados nas últimas três décadas do século XX. Essas dificuldades são evidenciadas, por exemplo, pelos diversos conflitos que permeiam a criação e implementação de uma unidade de conservação como, por exemplo, a APA do Pouso Alto.

Apesar da figura da APA já existir antes do SNUC ficar pronto, esta UC podia ser considerada simplesmente como uma forma de ordenamento do uso do solo (Mercadante, 2001). Atualmente, porém, esta categoria tem como principal característica afirmada por lei, a consideração da importância dos atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, que devem ser disciplinadas para garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

O que se observou neste trabalho, porém, é que ainda que os propósitos da APA estejam descritos e garantidos no SNUC, a falta de costume em lidar com as questões sociais, no caso da APA do Pouso Alto, provocou uma aparente desconsideração dos valores prioritários e das características da população local. Fato este que culminou na elaboração de estratégias inadequadas, que prejudicaram a formação de relações de confiança entre os responsáveis pela implementação desta UC e a população local. Prejudicaram ainda a motivação e o estabelecimento do comprometimento por parte da população local em relação ao alcance dos objetivos da APA e cumprimento de suas normas.

O caso da APA do Pouso Alto evidenciou, portanto, a importância dos gestores ambientais levarem em consideração as características da população nos momentos de elaboração de projetos, programas, estratégias e políticas de gestão. Cabe aqui lembrar que todo trabalho de gestão deve contar com a combinação de todas as informações possíveis, não apenas dados sobre os indivíduos, mas também dados contextuais que ajudarão na compreensão das suas características e da priorização de seus valores.

Neste sentido, pode-se dizer que este trabalho trouxe algumas contribuições tanto para a academia quanto para a gestão ambiental.

Contribuições para a gestão de APA

Este trabalho conseguiu atingir seus objetivos no sentido em que mostrou que a identificação dos valores de uma população permite compreender e diminuir conflitos e assim aumentar as chances de colaboração e comprometimento da população local com o processo de criação e implementação de uma UC. Mostrou ainda que a identificação das características da população e de suas necessidades básicas permite compreender a importância e a priorização atribuídas a esses valores.

Em relação ao capital social, o trabalho mostrou que a falta de informação por parte da população e de engajamento por parte dos responsáveis pela APA enfraquece as relações de confiança, o que dificulta a formação de um ambiente institucional e de uma rede, fragilizando o capital social. Um fraco capital social, por sua vez, pressupõe o não atendimento às necessidades de uma população e conseqüentemente a existência de conflitos.

Contribuições para a academia

Para a academia o trabalho também trouxe contribuições. Foi a primeira vez em que o PQ21 foi aplicado em meio rural. Até então ele só havia sido aplicado em meio urbano, ainda que de países tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos.

O trabalho também evidenciou a relação entre os tipos motivacionais, os determinantes, as dimensões e as conseqüências do Capital Social, o que fortaleceu o argumento de que é extremamente importante para os gestores ambientais construir o conhecimento e aplicá-lo de maneira multi e interdisciplinar.

Futuras pesquisas

Mesmo com suas contribuições, o presente trabalho se dedicou apenas às análises descritivas de cada conjunto de dados: valores, características da amostra e capital social. Tais análises já foram suficientes para ter uma primeira caracterização da amostra a partir de seus valores e do capital social existente. Também foi possível obter dados que ajudassem a explicar e justificar alguns dos resultados gerados.

Para futuras pesquisas, porém, sugere-se continuar a adaptação do PQ 21 para amostras de baixa escolaridade do meio rural, tanto em relação à sua redação quanto em relação à sua escala.

Sugere-se ainda ampliar o tamanho da amostra para que seja possível verificar se os itens do PQ 21 mantiveram o agrupamento por tipo motivacional alcançado por Tamayo (no prelo), mesmo depois da validação semântica. A ampliação do tamanho da amostra permitirá ainda verificar se os outlier e se as distribuições assimétricas observadas nas análises exploratórias gráficas caracterizam a existência de subgrupos da amostra. Finalmente, com uma amostragem grande será possível verificar as correlações dos dados conforme o subgrupo estudado.

Por fim, sugere-se validar o Inventário de Narayan e Cassidy (2001) ou mesmo elaborar uma escala que permita mensurar o capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. STF declara nulo decreto de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO. **Ambientebrasil Notícias**, 14 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/>.

_____. Áreas naturais protegidas: a dimensão internacional. In: **Unidades de Conservação: a Dimensão nacional**, [S.l.: s.n.], cap 1.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, [S.l.: s.n.], vol 15, n 43, 2001.

BEDUSCHI FILHO, L.C. e ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**, Belo Horizonte: [s.n.], vol 14, n 3, p. 35-70, 2004.

BERTRAN, Paulo (org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás**, Brasília / Goiânia: Solo Editores, 1997.

DE YOUNG, R. Expanding and evaluating motives for environmentally responsible behavior. **Journal of Social Issue**, University of Michigan: [s.n.], vol 56, n 3, 2000, p. 509-526.

FALK, I. e KILPATRIK, S. What is social capital? A study of social interaction in a rural community. **Sociologia Ruralis**, University of Tasmania, Launceton, Australia: Blackwell Publishers, vol. 40, n 1, 2000.

FARIA, T. Ibama começa a desapropriar áreas e enfrenta conflitos. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez>.

FEATHER, N.T. Values, Valences and choice: the influence of values on the perceived attractiveness and choice of alternatives. **Journal of Personality and Social Psychology**, Flinders University of South Australia: [s.n.], vol. 28, n 6, p. 1135-1151, 1995.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FRANCO, J. L. A. Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930 – 1992). In: DUARTE DA SILVA, S. L. (org.). **Relações da Cidade- Campo**, Goiânia, UFG, 2000. p. 71-111.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: PASQUALI, L. **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM / IBAPP, 1999, cap. 10, p. 231-258.

HAIR, J.F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005, cap. 3, p. 89-127.

LEUZINGER, M.D. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): Aspectos relevantes. In: 1º ENCONTRO NACIONAL DE ADVOGADOS DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE: “A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE”, 2004, Curitiba. **Anais**. Curitiba: [s.n.], 2004.

LIN, N. Building a network theory of social capital. In: XIX International Sunbelt Social Network Conference. 1999, Department of Sociology, Duke University: [s.n.], vol 22, n 1, p. 28-51, 1999.

MASLOW, A.H. A Theory of human motivation. **Psychological Review**, Brooklyn College: [s.n.], vol 50, n 4, 1943, p. 370-396.

McCORMICK, J. A Revolução ambientalista (1962 – 1970). In: **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992, cap. 3, p 63-80.

MEIÇÓ, C.A. **Diagnóstico Socioeconômico da APA do Pouso Alto: Chapada dos Veadeiros - Goiás**. Brasília, 2005.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração do SNUC. In: BENJAMIN, A.H. (coord.). **Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 190-231.

MERTENS,F.; SAINT-CHARLES, J.; MERGLER, D.; PASSOS, C.J. & LUCOTTE, M. Network Approach for Analyzing and Promoting Equity in Participatory Ecohealth Research. **EcoHealth**, Universidade de Brasília & Universite du Quebec Montreal: published online, vol 2, p. 1–15, 2005.

MILANO, M.S. Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais Curitiba**: [s.n.], vol. I, p. 150-165, 1997.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2001, p. 66-200.

NARAYAN, D. & CASSIDY, M.F. A dimensional approach to measuring social capital: development and validation of a social capital inventory. **Current Sociology**, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: Sage Publications, vol 49, n 2, p. 59-102, 2001.

OSKAMP, S. A sustainable futures for humanity? How can psychology help? **American Psychologist**, Claremont: [s.n.], vol 55, n 5, p. 496-508, 2000.

PASQUALI, L. Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In: **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM / IBAPP, 1999, p. 37-71.

PATO, C. L. **Comportamento ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais**. 2004, 163 p. Tese (Doutorado em *Psicologia*) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

SCHWARTZ, S.H. & BILSKY,W. Toward a universal psychological structure of human values. **Journal of Personality and Social Psychology**, The Hebrew University of Jerusalém & Universit Freiburg im Breisgau, Federal Republic of Germany: [s.n.], vol 53, n 3, p. 550-562, 1987.

SCHWARTZ, S.H. & BILSKY,W. Toward a theory of the universal content and structure of values: extensions and cross-cultural replications. **Journal of Personality and Social Psychology**, The Hebrew University of Jerusalém & Kriminologisches Forschungsinstitut Niedersachsen e. V. Hanover, Germany: [s.n.], vol 58, n 5, p. 878-891, 1990.

SCHWARTZ, S.H. Universals in the content and structures of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. **Advances in Experimental Social Psychology**, Orlando: Academic, vol 25, p. 1-65, 2004.

SCHWARTZ, S.H. Validade e Aplicabilidade da Teoria de Valores. Departamento de Psicologia. Universidade Hebraica de Jerusalém, 1992.

STERN, P.C. Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. **Journal of Social Issues**, Washington: [s.n.], vol 56, n 3, p. 407-424, 2000.

TAMAYO, A. Valores de los adolescentes: ejes motivacionales. **Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina**, [S.1: s.n.], vol 39, n 2, p. 140-151, 1993.

VIGEUVANI, T. Meio Ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos. **Ambiente e Sociedade**. Campinas: NEAM, vol 1, n 1, p 27-61, 1997.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, Brown University, Providence: Kluwer Academic Publishers, vol 27, 1998, p. 151-208.

ZELEZNY, L.C. & SHULTZ, P.W. Promoting environmentalism. **Journal of Social Issues**, California: [s.n.], vol 56, n 3, p. 365-371, 2000.

Legislação

Brasil. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9985.htm>

Goiás (Estado). Decreto nº 5.419 de 07 de maio de 2001. Disponível em: http://www.gabcivil.go.gov.br/decretos/2001/decreto_5.419.htm

Goiás (Estado). Decreto nº 5.500 de 15 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.gabcivil.go.gov.br/decretos/2001/decreto_5.500.htm

Goiás (Estado). Decreto nº 5.806 de 21 de julho de 2003. Disponível em: http://gabcivil.go.gov.br/decretos/2003/decreto_5.806.htm

Goiás (Estado). Lei nº 12.596 de 14 de março de 1995. Disponível em: http://www.gabcivil.go.gov.br/lei_ord_1995_part1.htm

Goiás (Estado). Lei nº 14.247 de 29 de julho de 2002. Disponível em: http://www.gabcivil.go.gov.br/lei_ord_2002_part3.htm

Goiás (Estado). Lei nº 14.334 de 26 de novembro de 2002. Disponível em: http://gabcivil.go.gov.br/leis_ordinarias/2002/lei_14334.htm

Goiás (Estado). Resolução nº 051 de 30 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.semarh.goias.gov.br/cemam/>

APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

INSTRUÇÕES

Na primeira coluna são descritas algumas pessoas. É dito o que é importante para elas. Compare-se a elas, avaliando o **quanto cada uma delas se parece com você**. Em seguida marque um “X” na coluna que descreve o **quanto ela se parece com você**.

<i>Para esta pessoa é importante</i>	Quanto esta pessoa se parece com você?					
	Se parece muito comigo	Se parece comigo	Se parece mais ou menos comigo	Se parece pouco comigo	Não se parece comigo	Não se parece nada comigo
1) Para esta pessoa é importante não depender das idéias e pensamentos das outras pessoas. Ela gosta de inventar maneiras novas de fazer as coisas.						
2) Para esta pessoa é importante ser rica. Ela quer ter muito dinheiro e possuir coisas caras.						
3) Para esta pessoa é importante que todas as pessoas do mundo sejam tratadas com igualdade, compreensão e justiça.						
4) Para esta pessoa é importante demonstrar suas habilidades. Ela quer ser admirada pelo que ela sabe fazer.						
5) Para esta pessoa é importante viver em um ambiente seguro. Ela evita qualquer coisa que possa colocar sua segurança em perigo.						
6) Para esta pessoa é importante fazer coisas novas, mudar. É importante para ela fazer várias coisas diferentes na vida.						
7) Para esta pessoa é importante respeitar as normas. Ela acredita que as pessoas deveriam sempre seguir as regras, mesmo quando ninguém está observando.						
8) Para esta pessoa é importante ouvir as pessoas que são diferentes dela. Mesmo quando não concorda com elas, ainda quer entendê-las.						
9) Para esta pessoa é importante ser humilde e modesta. Ela não gosta de ter coisas que chamem atenção para si.						
10) Para esta pessoa é importante aproveitar a vida. Ela gosta de divertir-se.						

11) Para esta pessoa é importante tomar suas próprias decisões sobre o que faz. Ela gosta de ser livre para planejar e escolher suas atividades.						
12) Para esta pessoa é importante ajudar as pessoas ao seu redor. Ela quer cuidar do bem-estar delas.						
13) Para esta pessoa é importante possuir bens materiais e ter autoridade sobre as pessoas. Ela gosta de ser admirada.						
14) Para esta pessoa é importante ter segurança. Ela gosta de sentir-se segura na vida.						
15) Para esta pessoa é importante se arriscar. Ela está sempre procurando aventuras.						
16) Para esta pessoa é importante se comportar sempre corretamente. Ela quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam achar errado.						
17) Para esta pessoa é importante estar no comando e dizer aos demais o que fazer. Ela quer que as pessoas façam o que manda.						
18) Para esta pessoa é importante ser fiel a seus amigos. Ela se compromete com eles.						
19) Para esta pessoa é importante preservar a natureza. Cuidar do meio ambiente é importante para ela.						
20) Para esta pessoa é importante fazer as coisas da maneira como sempre foram feitas. Ela busca a tradição em sua vida.						
21) Para esta pessoa é importante divertir-se pelo prazer que lhe proporciona. Ela fica feliz em aproveitar a vida.						

Dados do respondente

Idade:

Sexo: ()H ()M

Nível de escolaridade

- Sem escolaridade
- 1º grau incompleto
- 1º grau completo
- 2º grau incompleto
- 2º grau completo
- 3º grau incompleto
- 3º grau completo

Local onde mora: sede municipal povoado, qual?

Qual sua ocupação?

Você recebe salário? sim não Qual a faixa da sua renda mensal?

- Menos de 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

Você recebe algum benefício do governo? sim não Qual?

Você sabe o que é a APA do Pouso Alto? sim não

Você recebeu informações sobre a APA do Pouso Alto? sim não

Como / de quem você recebeu essas informações?

Há quanto tempo você sabe sobre a APA?

Participou da fase de criação da APA em 2001? sim não

Ajudou no levantamento de dados para elaboração do plano de manejo da APA? sim não

Participou das reuniões para formação do conselho da APA? sim não De quantas?

É membro de algum grupo que está representado no conselho? sim não De qual?

Você é o representante ou suplente de algum desses grupos que está representado no conselho?

- representante titular suplente nenhum dos dois

O que a APA representa para você?

- segurança proteção ambiental oportunidades de desenvolvimento social e econômico restrições / proibições outros, o quê?

ENTREVISTA SOBRE CAPITAL SOCIAL

Características dos grupos

Você participa das decisões tomadas por esses grupos?

Qual o tamanho da sua contribuição para essas decisões?

Normas

Pensando nas pessoas que estão participando da implementação da APA do Pouso Alto: pessoas que estão no conselho da APA; pessoas que trabalham no governo municipal; pessoas que trabalham no governo estadual; pessoas que trabalham na TSN e pessoas que trabalham para a Boursheid

Em geral, você diria que é necessário ser muito cuidadoso em negociar com elas ou você acha que a maioria delas é confiável?

Em geral, você diria que estas pessoas têm sido egoístas ou solidárias com você e sua comunidade?

Você acha que a maioria dessas pessoas tem tentado tirar vantagem de você e da sua comunidade sempre que elas têm uma chance ou que elas têm sido justas?

Voluntarismo

Onde você mora, é esperado que as pessoas sejam voluntárias?

Onde você mora, as pessoas que não agem de maneira voluntária são criticadas?

Confiança

Em quem você confia ou acredita que pode confiar? (Pense sempre na maioria das pessoas de cada grupo)

- () nos membros da sua família
- () nas pessoas que participam das mesmas associações, cooperativas ou conselhos que você
- () nas pessoas que participam de outras associações, cooperativas ou conselhos
- () nas pessoas do seu município
- () nas pessoas de outros municípios
- () nas pessoas que moram no seu município, mas que vieram de outros lugares
- () nas pessoas que trabalham com você
- () nas pessoas que moram perto de você
- () nas pessoas das associações que estão representadas no conselho da APA
- () nas pessoas que trabalham no governo municipal
- () nas pessoas que trabalham no governo estadual
- () nas pessoas que trabalham na TSN
- () nas pessoas que trabalham para a Boursheid

Qualidades do governo

O governo municipal consegue fornecer à população todos os serviços que deveria (ambulância, profissionais de todas as áreas, transporte da zona rural para a zona urbana para que a população recolha seus benefícios, estradas etc) ou a população precisa gastar dinheiro para ter acesso a algo que já deveria ser coberto pelos impostos?

E em relação ao governo estadual?

O governo municipal soluciona total ou parcialmente os problemas? E o governo estadual?

O governo municipal atende quando a comunidade solicita? E o governo estadual?

O governo municipal procura saber do quê a comunidade está precisando? E o governo estadual?

O governo municipal ouve a opinião da comunidade quando vai elaborar regras, leis e políticas que afetam a sua vida? E o governo estadual?

Honestidade e corrupção

Você considera honestas:

as pessoas das associações que estão representadas no conselho da APA ()sim ()não

as pessoas que trabalham no governo municipal ()sim ()não

as pessoas que trabalham no governo estadual ()sim ()não

as pessoas que trabalham na TSN ()sim ()não

as pessoas que trabalham para a Boursheid ()sim ()não

Competência

Você considera competentes:

as pessoas das associações que estão representadas no conselho da APA ()sim ()não

as pessoas que trabalham no governo municipal ()sim ()não

as pessoas que trabalham no governo estadual ()sim ()não

as pessoas que trabalham na TSN ()sim ()não

as pessoas que trabalham para a Boursheid ()sim ()não

Segurança

Você se sente seguro no município?

Você acha que o governo municipal te assegura?

O que ameaça a segurança da população, lembrando que a segurança se refere à saúde, educação, alimentação, habitação, emprego, lazer, violência e infra-estrutura pública?

APÊNDICE II – ANÁLISE GRÁFICA DOS RESULTADOS

GRÁFICOS DE PIZZA DAS CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

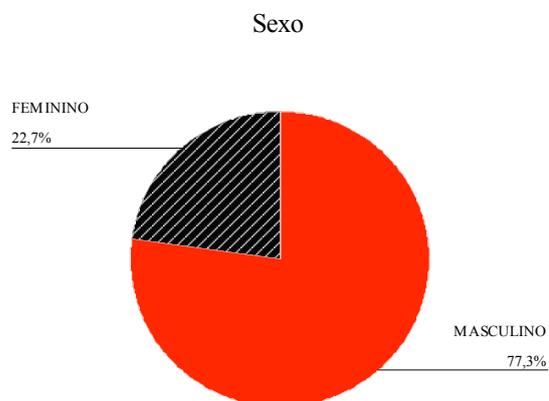


Gráfico 1: Distribuição do sexo da amostra

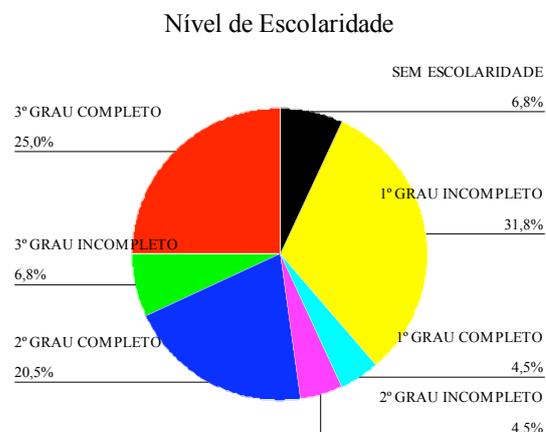


Gráfico 2: Nível de escolaridade da amostra

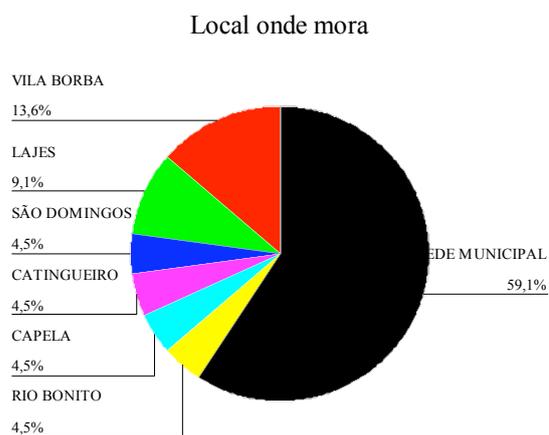


Gráfico 3: Local onde a amostra mora

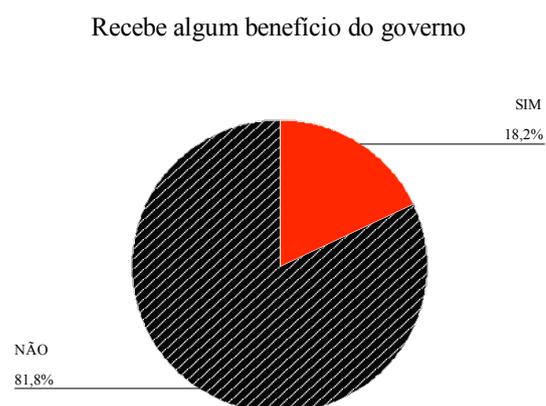
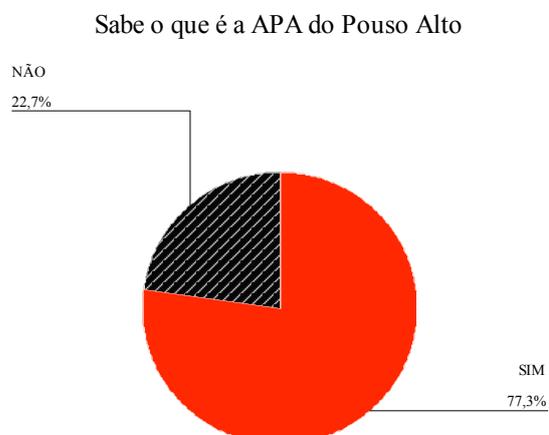
Gráfico 4: Percentual da amostra que recebe benefícios programa *Fome Zero*

Gráfico 5: Percentual dos que sabem o que é a APA

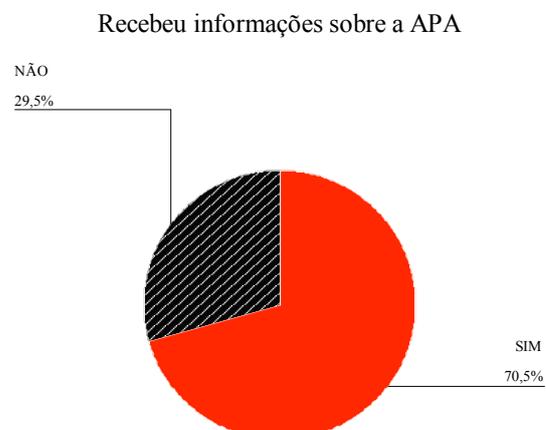


Gráfico 6: Percentual dos que receberam alguma informação sobre a APA

Como / de quem recebeu informações sobre a APA

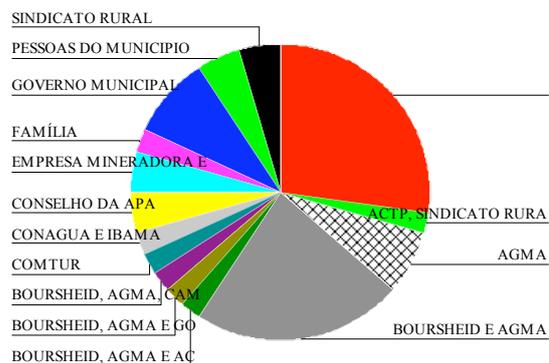


Gráfico 7: Fonte de informação sobre a APA

Qual a sua ocupação

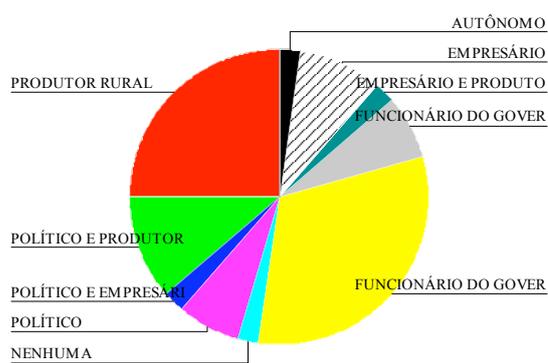


Gráfico 8: Ocupações da amostra

Participou da criação da APA

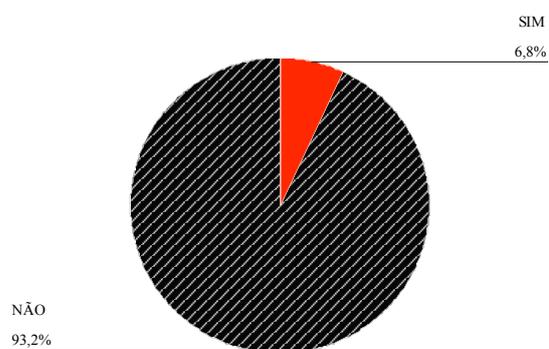


Gráfico 9: Percentual daqueles que participaram da criação da APA

Ajudou na elaboração do plano de manejo

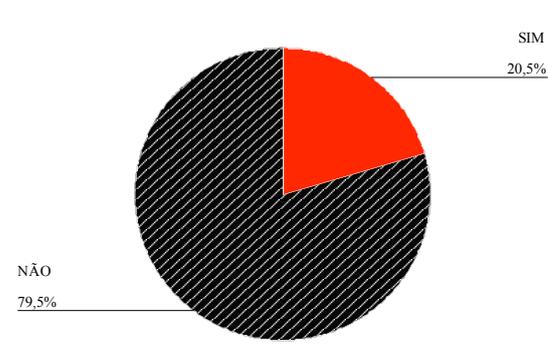


Gráfico 10: Percentual de quem ajudou na elaboração do plano de manejo

Participou das reuniões para formação do conselho

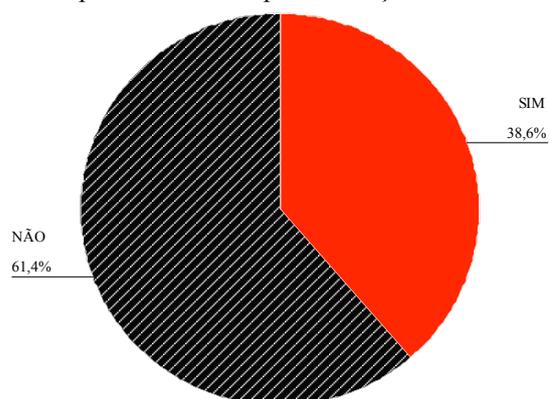


Gráfico 11: Percentual daqueles que participaram das reuniões para formação do conselho

Está representado no conselho

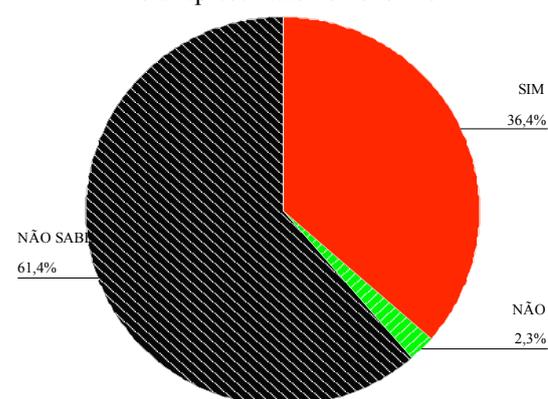


Gráfico 12: Percentual daqueles que estão representados no conselho

O que a APA representa

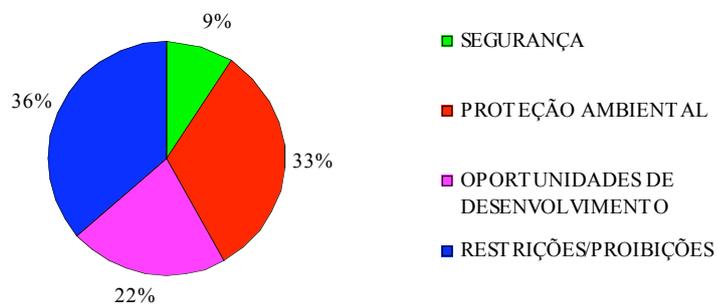


Gráfico 13: Percentual dos significados da APA para a amostra

GRÁFICOS DE PIZZA DOS DADOS DO CAPITAL SOCIAL

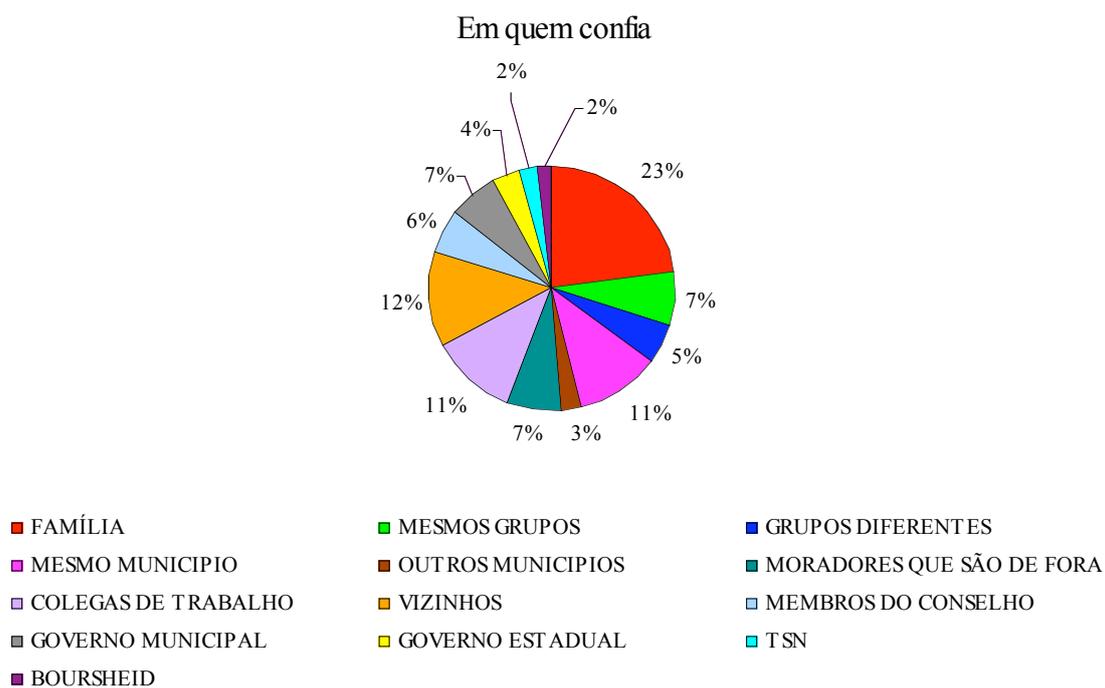
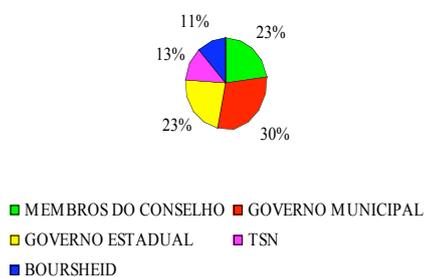


Gráfico 14: Percentual da amostra que confia em cada um dos segmentos

Quem você considera honesto



Quem você considera competente

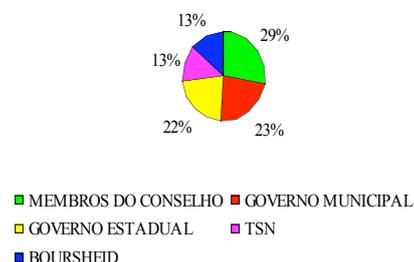


Gráfico 15: Percentual da amostra que considera cada um dos segmentos honesto

Gráfico 16: Percentual da amostra que considera cada um dos segmentos competente

É necessário ser cuidadoso em negociar



As pessoas são egoístas/solidárias

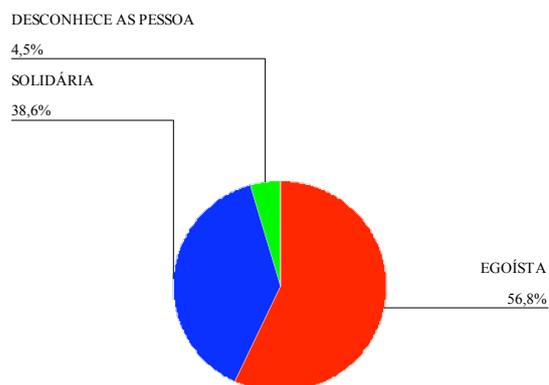
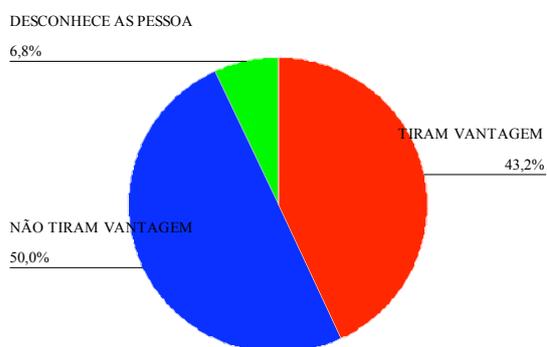


Gráfico 17: Percentual da amostra que considera necessário ser cuidadoso em negociar com quem está implementando a APA

Gráfico 18: Percentual da amostra que considera as pessoas que estão implementando a APA egoístas ou solidárias com a comunidade local

As pessoas costumam tirar vantagem ou não



As pessoas esperam o voluntarismo

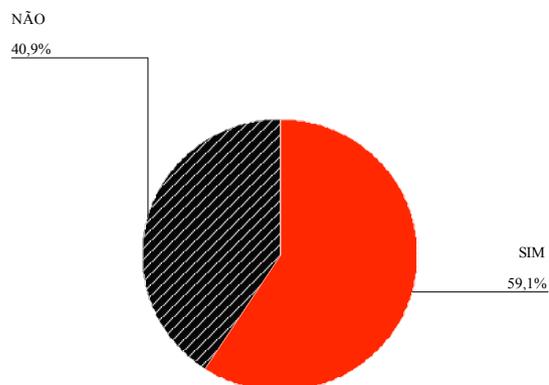


Gráfico 19: Percentual da amostra que considera que as pessoas que estão implementando a APA tentam tirar vantagem da comunidade local

Gráfico 20: Percentual da amostra que espera o voluntarismo de seus vizinhos

Governo municipal oferece suporte

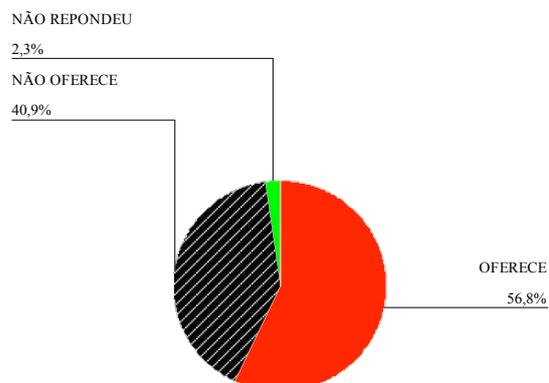


Gráfico 21: Opinião da amostra em relação ao suporte oferecido pelo governo municipal

Governo estadual oferece suporte

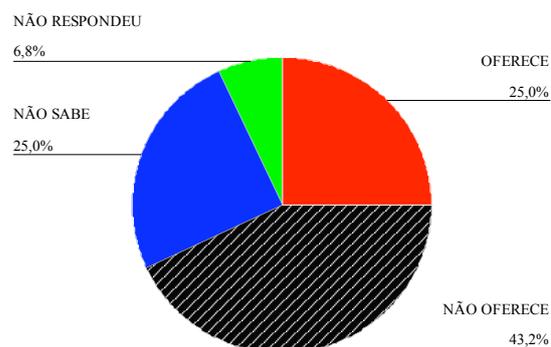


Gráfico 22: Opinião da amostra em relação ao suporte oferecido pelo governo estadual

Governo municipal soluciona os problemas

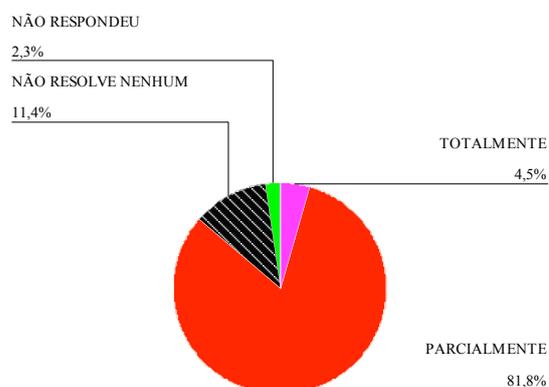


Gráfico 23: Opinião da amostra em relação às soluções oferecidas pelo do governo municipal às necessidades da comunidade local

Governo estadual resolve os problemas

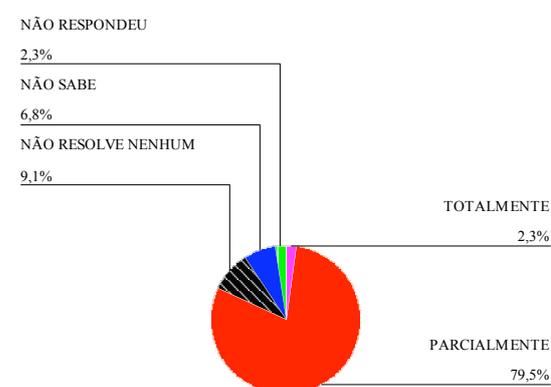


Gráfico 24: Opinião da amostra em relação às soluções oferecidas pelo do governo estadual às necessidades da comunidade local

O governo municipal atende quando solicitado

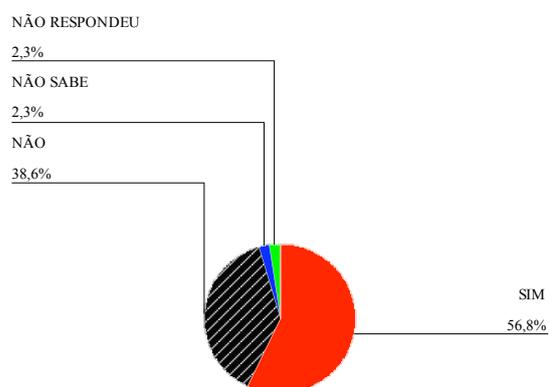


Gráfico 25: Opinião da amostra em relação ao atendimento do governo municipal às solicitações da comunidade

O governo estadual atende quando solicitado

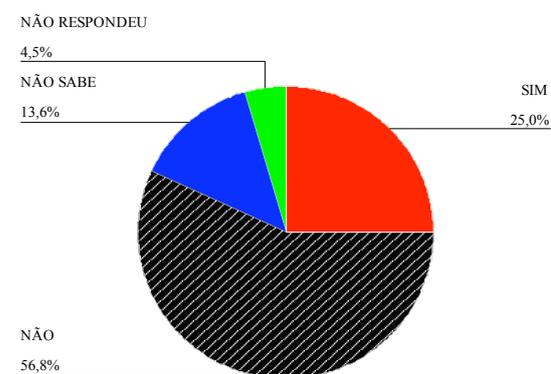


Gráfico 26: Opinião da amostra em relação ao atendimento do governo estadual às solicitações da comunidade

O governo municipal investiga o que é necessário

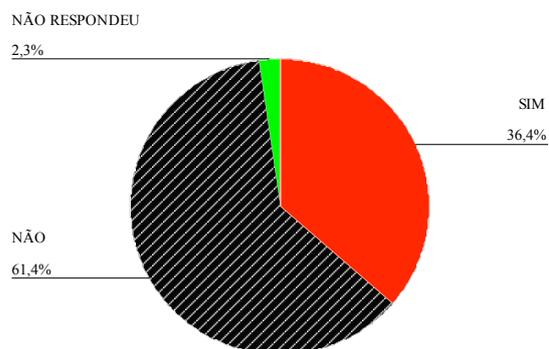


Gráfico 27: Opinião da amostra em relação à consulta do governo municipal à comunidade

O governo estadual investiga o que é necessário

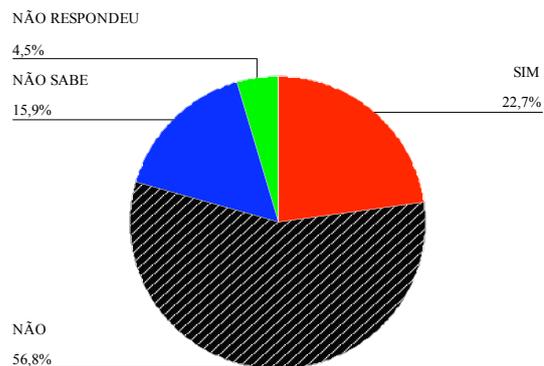


Gráfico 28: Opinião da amostra em relação à consulta do governo estadual à comunidade

O governo municipal ouve a comunidade

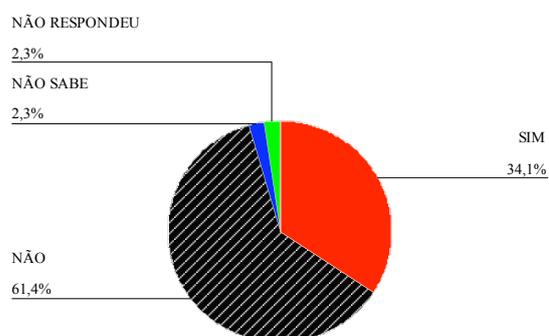


Gráfico 29: Opinião da amostra em relação à atenção que o governo municipal dirige às idéias da comunidade

O governo estadual ouve a comunidade

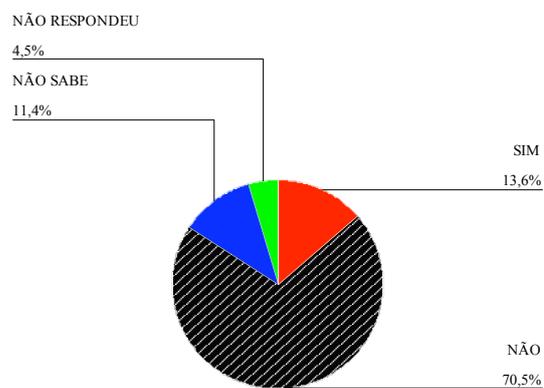


Gráfico 30: Opinião da amostra em relação à atenção que o governo estadual dirige às idéias da comunidade